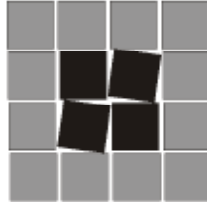


**REVISTA DE
CIÊNCIAS SOCIAIS**



Violência e Conflitos Sociais

**Universidade Federal do Ceará
2006**

Revista de Ciências Sociais

Volume 37 – número 1 - 2006

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

ISSN.BL 0041-8862

Comissão Editorial

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Irllys Alencar Firmo Barreira e
Maria Sulamita de Almeida Vieira

Conselho Editorial

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP), Céli Regina Jardim Pinto (UFRES), César Barreira (UFC), Fernanda Sobral (UnB), Daniel Soares Lins (UFC), Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA), Ismael de Andrade Pordeus Júnior (UFC), Jawdat Abu-El-Haj (UFC), Linda Maria de Pontes Gondim (UFC), Lucio Oliver Costilla (UNAM), Manfredo Oliveira (UFC), Maria Helena Vilas Boas Concone (PUC-SP), Mirtes Miriam Amorim (UFC), Moacir Palmeira (UFRJ) e Ruben George Oliven (UFRGS).

Edição

Projeto gráfico: Fernanda do Val

Editores eletrônicos: Adimilson de Andrade

Revisão: Sulamita Vieira

Endereço para correspondência

Revista de Ciências Sociais

Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)

60.020-181 Fortaleza, Ceará / BRASIL

Tel./Fax: (85) 33-66-74-21 / 33-66-74-16

site: www.rcs.ufc.br

E-mail: rcsocioisufc@bol.com.br

Publicação semestral

Solicita-se permuta / Exchange desired

Dossiê: VIOLÊNCIA E CONFLITOS SOCIAIS

- 4 NOTA EDITORIAL
- 5 A CONSTITUIÇÃO DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DA CÔRSEGA E O USO DA PROPAGANDA ARMADA
F.-M. Ceccaldi e F. Pesteil
- 18 PREVENINDO A DELINQUÊNCIA VIOLENTA NOS JOVENS
Anthony N. Doob
- 28 *O HABITUS GUERRILHEIRO E AS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA (FARC-EP)*
Jesus Izquierdo
- 41 MATADORES DE ALUGUEL: CÓDIGOS E MEDIAÇÕES. NA ROTA DE UMA PESQUISA
César Barreira
- 53 NORDESTE: VIOLÊNCIA E POLÍTICA NO SÉCULO XX
Moacir Palmeira

Artigos

- 63 A CONJUGALIDADE HOMOSSEXUAL NO SISTEMA DE GÊNEROS E PARA ALÉM: MICROPOLÍTICAS HOMOERÓTICAS
Antonio Cristian Saraiva Paiva
- 77 O SENTIDO DA COMUNIDADE CATÓLICA SHALOM ENTRE OS CARISMÁTICOS DE FORTALEZA
Roseane Freitas Nicolau

Resenha

- 93 OS ZIGUEZAGUES DO DR. CAPANEMA, de Maria Sylvania Porto Alegre
Irllys Alencar Firmo Barreira

- 96 **ÍNDICE PARCIAL DE AUTORES: 1995-2005**

NOTA EDITORIAL

Reunindo diferentes abordagens, alicerçadas em contextos históricos diversificados, este número da Revista é dedicado a uma reflexão sobre o tema *violência e conflitos sociais*.

Esta associação temática não é casual. De fato, se o conflito pode ser percebido como elemento constitutivo do próprio “viver em sociedade”, sua transformação em violência põe em evidência várias questões, algumas delas ligadas diretamente à estrutura e organização de determinadas sociedades. Em primeiro lugar, a capacidade das sociedades absorverem e controlarem os conflitos. Segue-se a essa perspectiva uma interrogação sobre a maneira como diferentes atores sociais pensam e redefinem os conflitos em suas vidas cotidianas. As formas legalizadas e não legalizadas de enunciação dos conflitos – expressas em disputas mais amplas pela nacionalidade (a exemplo da Frente Nacional de Libertação da Córsega e da organização dos guerrilheiros colombianos) e nos modos personalizados de imposição da violência (matadores de aluguel, por exemplo) – revelam os monopólios difusos da violência e suas diferentes manifestações, presentes no mundo social contemporâneo e em outros momentos da história.

A riqueza deste dossiê está no fato de apresentar resultados de pesquisas realizadas em contextos sociais e políticos bastante diferentes, pondo entre parênteses a vigência de uma modernidade já plenamente constituída, com direitos, leis e deveres.

De fato, nem do ponto de vista histórico, nem da perspectiva geográfica, é possível localizar a violência de modo restrito. A multiplicidade de expressões e situações, nomeadas violentas, indica a necessidade urgente de revisões conceituais e recortes comparativos. Esperamos que as reflexões apresentadas neste conjunto de artigos possam contribuir para o aprofundamento do debate.

Os dois outros artigos, presentes nesta edição, tratam, respectivamente, das micro políticas homoeróticas e dos sentidos de comunidade, entre católicos, abrindo um leque temático que pode ser considerado emergente. Seguem o espírito e a estrutura da revista em sua busca constante de reunir discussões contemporâneas e reflexões nucleadas em torno de recortes específicos.

Destaca-se ainda, neste número, a apresentação de um índice parcial de autores, no período 1995-2005, que contribui para a construção permanente de nossa memória editorial.

A Comissão Editorial

A CONSTITUIÇÃO DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DA CÔRSEGA E O USO DA PROPAGANDA ARMADA

Se, em termos empíricos, cada um de nós é capaz de identificar a violência, no plano conceitual isto é bem mais difícil. A violência está indissociavelmente ligada à idéia de transgressão. O contexto político dessa relação torna problemática a adoção de uma posição de princípio contra a violência. O que pode ser interpretado como uma agressão ou um perigo, para a ordem da cidade, em certos casos, é uma resposta social e política libertadora.

O ponto de vista normativo é apenas uma abordagem, entre tantas outras, referente à reunião de indivíduos em um grupo decidido a se fazer entender por meio do emprego de forças armadas. O desafio estimulante para uma sociologia da ação poderia consistir em decompor as sequências de tempo e de gestos de reivindicação que, às vezes, os próprios atores procuram inscrever em uma totalidade, dentro de um determinado período. O estudo da ação organizada apresenta um desafio maior que leva a refletir sobre os diferentes níveis do fazer e de seus significados. Rearticular a experiência individual ou coletiva, sem negligenciar a sociedade, nos conduzirá a repensar as modalidades de passagem de fronteiras estabelecidas por sucessivas leituras te-

F.-M. CECCALDI*,
PHILIPPE PESTEIL**

RESUMO

Partindo do princípio de que a violência está associada à transgressão da ordem, os autores analisam os códigos de reciprocidade e valores presentes em comportamentos coletivos. Verificam o contexto político libertário que conduz jovens à violência por meios ilegais, tendo como referência o papel da Frente Nacional de Libertação da Córsega. Consideram que o desafio teórico estimulante de uma sociologia da ação consiste em compreender a ação organizada em uma complexa rede de relações significativas, rearticulando experiência individual e sociedade.

ABSTRACT

The author hold as their starting point the principle that violence is associated with violation of order, and they analyze the codes of mutual exchange found in group behavior. The authors exam the libertarian-political environment that carry youngsters to violence by means of illegal practices, having as reference the role of Corsica's National Liberation Front. They hold that the theoretical stimulating challenge to be found within an active sociology consists in one understanding the logic of organized action in a complex web of meaningful relationships that will thus rearticulate both individual experience and society.

* F.-M. Ceccaldi é doutora em Sociologia e pesquisador na Universidade da Córsega.

** Philippe Pesteil é antropólogo, professor (*maître de conférence*) da Universidade da Córsega.

óricas. A produção de um modelo explicativo não é objetivo deste artigo; nos limitaremos a evidenciar algumas articulações impossíveis de serem ignoradas em casos desse tipo.

Observemos que, entre os anos 1960 e início dos 1970, a emancipação da palavra se beneficiou de uma conjuntura favorável. O questionamento das hierarquias sociais existentes, com certeza, alteraria os equilíbrios culturais estabelecidos. A delimitação, pela juventude, de seu espaço político, é um exemplo. Por trás do hipotético conflito entre gerações – ao mesmo tempo “ingênuo” e carregado de utopismo, que algumas vezes nos querem apresentar – estão em jogo transformações profundas. O sucesso de várias expressões de contestação de uma decisão levou, nessa época, a uma modificação irreversível das regras do jogo (J.-D. REYNAUD, 1989). A ecologia ou o feminismo alimentaram, abundantemente, os coletivos que tornaram a palavra pública: atente-se, por exemplo, para Plogoff ou para a lei Veil, em 1975.

Os referenciais de análise e a organização da sociedade vivenciam, simultaneamente, uma renovação. É nesse contexto social, rico em transformações, que surgem as teorias da ação

coletiva e a noção de novos movimentos sociais. Não obstante a constituição de um campo vasto e emergente no qual estamos inseridos, ainda hoje, nenhuma chave teórica satisfaz plenamente as nossas buscas de explicação. Constitui-se objeto de análise, neste artigo, o uso que a Frente de Libertação Nacional da Córsega (FLNC) faz da violência, nomeado, pelo próprio movimento, de propaganda armada. A violência se manifesta pela destruição dos bens conhecidos como símbolos da dominação colonial (sic).

Em 5 de maio de 1976, a FLNC anunciava sua criação, reivindicando a autoria de vinte e um atentados cometidos na noite anterior. É preciso observar, entretanto, que o recurso a esse modo de ação é anterior à sua criação. Em 1964, a Sociedade de Economia Mista pela Valorização da Córsega [Société d'Économie Mixte pour la Mise en Valeur de la Corse – SOMIVAC] tornou-se símbolo da desapropriação fundiária e foi transformada em alvo. A venda de terras a recém-chegados para mudar a escala da prática agrícola transforma-se no foco do descontentamento popular. Em 1968, os bens e as propriedades pertencentes aos repatriados de países do Norte da África serão atacados por bombas caseiras. Os acontecimentos de Aléria, em agosto de 1975, considerados ainda hoje como tempos duros da história coletiva, emblemáticos da recusa da política de Estado implementada na ilha, são ações de militantes oriundos do movimento público regionalista e de agricultores.

Nosso objetivo não é reconstituir a genealogia da violência política na Córsega. Ela assume, lá, como em qualquer outro local, formas múltiplas e variadas, de acordo com os períodos e as normas em vigor. Considerando que a concepção de violência não é idêntica em uma sociedade marcada pela brutalidade de seu sistema repressivo e uma organização que se esforça para distinguir entre punição e sanção, refutamos as especulações sobre uma violência endêmica, amalgamando, sem distinção, os bandidos dos séculos XVIII, XIX, os *Maquis* que estão na origem do movimento de libertação da Córsega, em 1943, e os homens da FLNC¹.

Para apreender a natureza do engajamento dos homens da FLNC, procuramos seus membros fundadores. A passagem ao ato, que é da ordem da expressão contestatória, nos leva a questionar diversos ramos da sociologia. Em virtude de recomposições múltiplas e complexas de que são objeto os movimentos públicos e clandestinos, nossas propostas de análise não poderão ser estendidas, sem precauções, às ações posteriores. Depois de haver traçado as perspectivas históricas e políticas dos acontecimentos, examinaremos a relação entre o indivíduo e o coletivo constituído.

O fenômeno contestatório não deverá ser confundido com o uso da violência. Esta deve, então, ser questionada pelo que é. Desse modo, devemos considerar que a destruição do bem material constitui um dos modos de expressão da oposição. Ela se insere, todavia, em um movimento reivindicativo mais amplo. Os protagonistas da contestação não seguirão todos por esta via, para exprimir seu desacordo. Do mesmo modo, um ato de destruição reivindicado pela FLNC conduz aos locais apenas poucos homens: o comando². A depender dos lugares e das ocasiões, poderá ocorrer que os homens da FLNC também se expressem sem violência.³ Enfim, não há vítima no discurso dos militantes que falam voluntariamente de alvos materiais, da palavra de ordem de respeito à vida humana e de um modo de denúncia senão de advertência oposta às práticas condenáveis.

A luta armada, vista de fora, é uma ação coerente de um grupo homogêneo. A estratégia de defesa dos homens, traduzida em 1979 diante da Corte de Segurança do Estado, contribui para dissipar a personalidade de cada um, por trás de uma identidade coletiva do povo corsa. Diante de um processo que se esforça para desembaraçar o emaranhado de fios das responsabilidades e dos atos praticados, em conformidade com o Direito francês, que não reconhece o caráter coletivo dos delitos, os acusados, os defensores e os testemunhos favoráveis vão insistir sobre a representação dos atores e sua conformidade a um “ser da Córsega” historicamente enraizado. Ora, os atores da ação violenta reencontrados não

explicam necessariamente sua passagem ao ato em uma perspectiva única. Para além dessa justificativa jurídica, que opera em comum, a análise sociológica deverá dar conta do engajamento pessoal na ação coletiva. Também é na articulação das experiências coletiva e individual que situaremos nosso questionamento.

Território e apropriação da palavra visando à constituição da ação coletiva

A ação violenta é, para certos militantes oriundos da tendência autonomista, guiada pela surdez do Estado, em relação à reivindicação popular; enquanto que para outros, ela é usada apenas para significar a ruptura com a demanda e o método. A mensagem se dirige, nesse caso, tanto ao Estado quanto aos membros de movimentos julgados muito moderados. A *Nuit Bleue* de maio de 1976 introduz um novo ator na cena política. Por suas escolhas e seus atores, os homens contribuem para escrever a história dos povos aos quais pertencem. Para um segmento importante da juventude, a ação permitirá reintegrar o curso do tempo e o uso da violência, fornecendo uma resposta legítima para essa exclusão. Precedentemente, o tema da revolta armada destinada a pôr fim a uma injustiça ou a uma opressão foi popularizado pelo movimento genericamente designado pelo termo “*reacquistu*”⁴. Realizando uma junção comportamental com os gestos dos ancestrais, essa operação permitirá estabelecer uma relação representativa entre os movimentos populares que tinham o poder genovês por alvo (1284-1755) e as ações contemporâneas voltadas para a defesa dos direitos de uso com finalidades pastorais da planície oriental.⁵ Esse “retorno” a si mesmo foi uma preparação para a revalorização da língua.⁶

Testemunha da descolonização, a jovem geração percorrerá um caminho de questionamento da autoridade. Contestar a legitimidade da soberania é questionar a democracia. É importante distinguir entre as ações que são direcionadas para as modalidades de exercício da autoridade do Estado e aquelas opostas ao próprio fundamento desse exercício. A reivindicação insular também oscilará de

modo incerto entre esses dois pólos. O incômodo democrático está ainda situado no centro do debate, quando a recusa ao clientelismo torna-se argumento generalizado e unificado. A fraude eleitoral jamais contrariada, abrangendo todos os partidos, e encontrando novos viéses a cada escrutínio, ascenderá o sentimento de estar à parte na República.⁷ Mesmo se a terminologia não está em voga no momento dos acontecimentos, será a crise de cidadania que provocará na Córsega os abalos a serem estudados. A cidadania é entendida, aqui, na sua acepção política; ou seja, dizendo respeito à relação que os indivíduos mantêm com o poder. Tanto na teoria quanto no plano empírico, a cidadania passa pela compreensão do fenômeno estatal, que repousa sobre a oposição entre um estado da natureza e um estado de direito.

*[...] quando vemos as pessoas se agarrando às grades e as grades caem, que a polícia e o prefeito não são mais respeitados, que há um desregramento, é uma população que se defende por si mesma. É uma coisa de defesa, isto é a reviravolta de minha vida! Se, em seguida, eu fui para o movimento nacionalista, é porque eu vi os ‘*boues rouges*’⁸; era inaceitável. Eu também entrei na prefeitura, e pronto. A autoridade do Estado vacilou porque ela não estava em sintonia com as aspirações dos cidadãos. Em um dado momento, a gente sentia que tinha um perigo e as autoridades, que naturalmente deveriam assegurar a proteção contra esses medos, contra essas inquietudes, não estavam lá. Nós fomos mais longe; nós ganhamos a causa; a gente estabeleceu regras para o problema, sem eles; a partir de então, se nós não temos mais necessidade deles, nós mesmos estabelecemos regras para o problema. E isso fez um grande bem e veiculou a idéia de independência. Porque num momento dado, todas as estruturas existentes não funcionavam de acordo com o nosso interesse. Depois*

de ser muito respeitoso com a hierarquia, as autoridades e tudo mais [quando eu era muito jovem], e pensando por volta dos 19 anos, tudo o que me parecia ordem estabelecida, eu vi vacilar, e eu não tive respeito por aquela ordem lá; isto é certo (E5).

Quando a regulamentação não é aplicada, então é deixada ao julgamento do mais forte, daquele que intimida mais do que o outro; está terminado. É o fim; o Estado não existe mais. E digo que os funcionários que trabalham na Córsega têm muito mérito. Se você quer, você está em contato com o funcionário e o Estado é completamente demissionário. É preciso mesmo reconhecer. Então, você está lá, você não sabe muito bem como proceder. É realmente uma situação desconfortável (CECCALDI, 2000: 190).

Coletados em locais diferentes, esses testemunhos traduzem a atitude circunspecta dos corsos diante da autoridade estatal. A convergência do sentimento de desilusão, recolhida em espaços sociais diversos, explica em grande parte a boa complacência inicial dos insulares, em relação aos movimentos contestatórios. Eles são o sinal da inadequação entre a esfera decisória e a base popular. A “coabitação funcional” (ABELES 1990: 98) que o Estado mantém com os insulares na Córsega permitiu – ao corroer a legitimidade do poder central – a chegada de um novo ator à cena política. Os objetivos explicitados pela FLNC, consistindo em uma inflexão global da decisão política num sentido mais favorável aos interesses coletivos, abrirão, no desenrolar dos acontecimentos, o acesso ao poder de uma classe política renovada.

Os anos 1950-1973 são essenciais para apreender a expressão do descontentamento. A ilegalidade que percorre a vida eleitoral sem que o Estado forneça os meios para erradicá-la deprecia fortemente

as bases do sistema político democrático. A exclusão da língua corsa da lei Deixone, de 11 de janeiro de 1951, será recebida como uma verdadeira injustiça cultural.⁹ A extensão da lei só entrará em vigor, em 16 de janeiro de 1974, por meio de decreto ministerial. Ora, desde 1971, a associação Scola corsa estava ligada paralelamente ao ensino e a um trabalho de reivindicação pelo reconhecimento da língua.

O projeto de construir uma base atômica em Argentella, em 1960, exacerbando a cólera popular será abandonado. Entretanto, a desconfiança dos insulares quanto ao uso do território está em estado de alerta; ela se reativará várias vezes. Podemos mesmo considerar que as palavras de ordem melhor seguidas são as que dizem respeito ao território e à comunidade. Elas conseguem, devido à sua capacidade de ultrapassar interesses de categorias, ou seja, de facções, formas de mobilização geral.

Na memória social o início da ação armada assume o valor de expressão de tomada de consciência dos filhos do povo corsa, quando apresentado como uma entidade coerente com as aspirações de futuro globalmente homogêneas. Os enfrentamentos, algumas vezes violentos entre os corsos, visavam diferentes destinos para sua ilha e o caráter plural das tendências que existiam entre os participantes para uma redefinição das relações com o Estado desmentem essa visão da história. Muito presente, o contexto pós-colonial também compõe as múltiplas projeções de futuro. O impacto da descolonização da Argélia é inegável e complexo. Parece que o Estado acumulou nessa ocasião um déficit de credibilidade, por diversas razões, em meios díspares de sensibilidade política. Os corsos engajados ou simpatizantes da L'OAS (Organização da Armada Secreta) eram numerosos nessa época. Eles vêem uma confissão de fraqueza na solução política adotada. A geometria variável do território sobre o qual se estende a soberania francesa, e, portanto, a reversibilidade da nacionalidade aparece como evidência para uma diversidade de atores sociais. De maneira mais mecânica, a descolonização terá como conseqüência um déficit na oferta de empregos públicos. É um dado ao qual a população ativa da ilha - cuja composição

tem presença expressiva de funcionários públicos - é particularmente sensível. Essa característica já era denunciada pelo movimento autonomista denominado *muvriste* que, desde 1922, via nessa caçada crônica ao emprego público, fortemente integrado nas estratégias familiares, um freio ao desenvolvimento emancipado. Essa participação dos corsos na construção da colonização é sistematicamente esquecida pelos movimentos nacionalistas que, no entanto, mobilizam amplamente o passado, para construir os projetos de futuro. O fim desse possível investimento político desempenhou, todavia, um papel maior na crise social, a partir dos anos 1960.

Essa crise de confiança toma impulso, em um curto período devido à quantidade de descontentamentos diretamente relacionados ao uso ou à valorização do território. Essas múltiplas contestações expressas, em sua maioria, no espaço público, com a ajuda de meios variados, verão nascer um movimento político clandestino. A necessidade de organizar os homens, os meios e a luta é freqüentemente apresentada como estando na origem da FLNC.

A violência e a política, nesse caso, são difíceis de serem inseridas nos contextos exclusivos um do outro: numerosos militantes estimam que esse era o único meio que permitia, na época, formular uma vontade de mudança, em um espaço político de acesso muito controlado e sensibilizar seus compatriotas para essas possibilidades. Se o caráter instrumental é posto em primeiro plano, quando se trata, por exemplo, de por fim aos atentados ao território ou, ainda, de forçar as negociações, será redutor acreditar que a FLNC não é nada mais que um braço armado; e há um risco muito grande de ocultar outras dimensões, que combinadas ou não a esta, também estão presentes.

O contexto histórico não deve ser negligenciado. Os movimentos de emancipação diante da autoridade se traduzirão sob as mais diversas formas. Os atores encontrados têm a convicção de que, nesse período de profundas transformações sociais, o sucesso de várias iniciativas de contestação política leva a modificações irreversíveis, cuja natureza é encorajar a luta. O ataque (*le minage*) do Navio da

Montédison, quando do episódio denominado “*des boues rouges*”, aparecerá como mais eficaz do que as ações judiciais. Essa percepção, compartilhada por uma ampla maioria da população, não advogará, incondicionalmente, a favor da legalidade.

Entre as diversas apropriações da palavra, as manifestações que fazem ouvir uma voz localizada se caracterizam pelos trunfos de que podem se revelar portadoras. Com efeito, se as reivindicações sempre coletivas estimulam os atributos comuns, no caso da Córsega, a comunidade histórica relembra as legitimidades políticas hoje revogadas. O questionamento da soberania pode se tornar o trunfo de uma reivindicação sediciosa. A violência associada a uma causa nacional é identificada por M. Wiewiorka, que assinala a evolução atual da violência como uma realidade da segunda metade do século XX.¹⁰

Desde então, quando os insulares dizem “Parem com o lixo em nossos armários de comida” [*Halte à la poubelle dans le garde manger*]¹¹, ou quando recusam a monocultura, cada um desejará medir a amplitude da contestação latente do poder do Estado. Interrogam-se se, para além dos interesses compartilhados; não se trata de limitar o exercício do poder do Estado. A instrumentalização de um sentimento de independência como meio para reorientar as negociações é uma hipótese compartilhada por diversos observadores. Ela está situada quando o ator coletivo já está constituído, mas não explica, entretanto, a sua passagem do ator individual para a ação comum.

O ator coletivo: uma realidade sociológica que não pode ser captada?

Desde sempre, o ator coletivo põe um problema, tanto para a Sociologia quanto para o Direito. Os grupos, as categorias de população são, entretanto, familiares aos sociólogos. Se, o sistema de defesa dos vinte e um militantes da FLCN comparece diante da Corte Secreta do Estado, em 14 de junho de 1979, e, particularmente, as argumentações dos advogados se prevalecem do povo corsa, o Direito francês exclui a responsabilidade coletiva, e o advogado geral insistirá na passagem para o ato violento,

organizado, subversivo, tendo por fim a sedição.

Saber que contexto pode conduzir homens jovens e socialmente integrados ao local onde vivem, a empregar meios ilegais, em que a violência é um dos modos de expressão, apresenta outros problemas diretamente ligados à sociologia. O contexto social e a ausência democrática são os argumentos mais freqüentemente utilizados, juntamente com a regressão cultural e principalmente, a recuperação ou manutenção da língua. Entretanto, como observa Wieviorka, as abordagens que se acomodam a esses caminhos explicativos eliminam os próprios atores do campo de estudo (2004: 213).

A pesquisa realizada em 2001¹² junto aos membros fundadores dissipa a unidade de percepção de mundo como cimento da união. A criação da FLNC nos foi explicada como uma ruptura por parte de um conjunto de militantes decepcionados com o movimento autonomista. Entretanto, desde a criação do grupo armado, duas tendências presentes não se inspiram nas mesmas referências políticas:

Havia, de algum modo, duas correntes. A corrente parisiense, digamos corsa, do exterior, muito influenciada pelo esquerdismo, maoísmo e outros. Eles tinham uma visão muito teórica da instalação de um poder popular, democrático [...] freqüentemente, eles viam a realidade de muito longe. E tinha uma corrente interna de militantes que nunca tinham saído da Córsega e que era quase sempre originária do ARC Pessoas mais pragmáticas, que estavam mais em contato com a terra, em contato com a cultura corsa menos esquerdista, não de direita; de corrente de direita, não tinha. Mas, as abordagens eram bem diferentes a partir dessa formação e desse vivido (E5).

Eu pertencia ao Partido Corso para o Socialismo [PCS], que agrupava uma trintena de pessoas, originárias de maio

de 68 e da Frente Regionalista Corsa [FRC], sobretudo em Paris. Esse pequeno grupo tocava um trabalho teórico, sem contato com os grupos clandestinos armados que agiam na Córsega. Nós difundíamos jornais confidenciais. A FPLC entrou em contato conosco, depois de nossos comunicados favoráveis à libertação nacional da Córsega, publicados em 1975 (E1).

A existência de bases diferentes, no momento da criação é, doravante, encoberta, por um discurso de unidade, que convida todo o povo corsa a se unir. As numerosas divisões autorizam, hoje, os atores políticos a exprimirem essas famosas divergências com as quais eles foram, entretanto, compostos. A propaganda contava mais do que com as armas, nos disse esse militante de tendência esquerdista. A constituição de uma organização pública era um verdadeiro trunfo. A criação da FNLC e a luta armada deveriam ser instrumentos apenas em um momento. A violência nos é apresentada a partir de um ângulo utilitário. Encontramos essa percepção entre outros informantes.

A distância entre os componentes agrupados não cessará de apresentar problemas para a própria organização da luta. A despeito dos esforços permitidos ao mais forte deles para expor uma coerência, os protagonistas não escondem mais terem fracassado nas lógicas de harmonização, indispensáveis para um projeto de sociedade.

No primeiro ano, logo antes de nossa prisão e da chegada de outros responsáveis, as discussões entre os defensores da libertação nacional e os defensores da libertação social freava uma tomada de decisão (E2).

Eu vivi o lado estudante; eu não compreendia o recorrer à violência, a não ser pela independência. Então, se se recorre à violência para chegar a uma separação, eu penso que a gente

só deve entrar na violência para atingir a independência. Eu recusei aderir à FPCL porque autonomia e violência, eu não via... (E4).

Como atores individuais tão diferentes conseguiram se associar em um coletivo? A vontade de desqualificar a oposição direita/esquerda, atributo de uma carta mental francesa, permitirá uma coabitação declarada apolítica, mas não sem tensões. A proclamação de pertencimento étnico constituirá um elemento federativo. Em 1964, o CEDIC¹³ publicava um “manifesto pela etnia corsa”. O tema da “decorsização” da ilha e do desaparecimento da comunidade histórica aparecia como uma justificativa maior para a reunião das vontades de mudança e de ruptura com os partidos clássicos. A argumentação terá uma influência profunda e durável sobre a tendência contestatória, autonomista, em seguida nacionalista. É preciso observar que a relação com o Estado-nação é muito próxima da concepção de Gellner, que endossa a legitimidade dos detentores do poder, análoga à dependência dos governados. A comunidade política é pensada em oposição ao Estado-nação muito mais do que em termos de um projeto político de futuro. A ênfase do fundo comum, na ocorrência identitária, passa para segundo plano os aspectos sociais que não estavam, entretanto, ausentes das primeiras sensibilizações. Vários informantes, lembrando a situação desastrosa da Córsega de então, explicarão seu engajamento pelo imobilismo do Estado oposto ao desejo de mudança social. A esses motivos de ordem política e do domínio coletivo acrescentam, freqüentemente, experiências pessoais, na maior parte das vezes afastadas dos grandes acontecimentos internacionais. A contribuição estimável à organização é um critério de natureza a legitimar, como em toda empresa, o recrutamento e a posição no organograma: a capacidade de procurar armas, de manipular explosivos ou, ainda, de entregar outros tipos de bens e serviços são exemplos eloqüentes. As situações continuam suscetíveis de inversão ao acaso das contribuições que podem assegurar uns ou outros.

O sujeito do tempo político, nos diz Rezsohazy, permite combinar duas abordagens habitualmente opostas: a explicação a partir das estruturas, das situações determinadas e determinantes e a explicação a partir dos atores, de sua vontade de fazer sua história.¹⁴ A entrada na FLNC, a simpatia ou o fornecimento pontual de um apoio logístico constituem, de algum modo, o encontro entre a história coletiva e aquela de cada um. O autor continua uma reflexão muito instrutiva, sobre o ator político, ao longo dos tempos. As regras democráticas fixam a duração dos mandatos e as condições de designação dos eleitos. O desregramento desse sistema é, por outro lado, um argumento maior por meio do qual os atores locais, participantes ou não, explicam a emergência dos movimentos políticos não convencionais. O fenômeno geracional assume, então, toda a sua dimensão. Trata-se, para os atores excluídos da participação na política tradicional – alguns de retorno do estrangeiro, formados nas universidades continentais – de ver diferentemente o futuro. Se, as projeções políticas ocupam evidentemente um lugar importante, o problema do grupo e dos indivíduos nos preocupa mais particularmente. Entretanto, esse problema não tornou mais fácil ou mais árduo decifrar as diferentes correntes ideológicas.

Certamente, o ator coletivo vai produzir e difundir sentido em seu entorno; entretanto, o ato de pensar o seu engajamento se realiza no espaço íntimo de reflexão de cada indivíduo. Não é preciso procurar as divergências entre os protagonistas para fragmentá-los na FLNC no seio da qual se unem. Dan Sperber, separando a palavra e o pensamento e ainda o indivíduo e o grupo, nos põe no caminho da apreensão complexa do ator coletivo.¹⁵ Apenas as representações ideais comunicadas podem ser compartilhadas. Elas são, segundo Sperber, objeto de uma versão mental em cada um dos membros do conjunto: o indivíduo é entendido na sua realidade de ser pensante, não constituindo com o coletivo uma unidade de perfeita coincidência.

A socialização, a cultura, o contexto, a frustração são também elementos presentes nas diferentes teorias explicativas. Coletamos numerosas anedotas

e motivações apresentadas como elementos engajadores. A articulação no seio de um conjunto teórico coerente continua incômoda. Não podemos deixar de lado a racionalidade, reside ela no testemunho ou na tentativa analítica.

O militante e a organização: a racionalidade em questão?

A luta armada parece ter se imposto, por si mesma, como uma necessidade para fazer ouvir uma voz dissonante em uma divisão política estabelecida e pouco inovadora. Entretanto, quando as testemunhas relembram suas tentativas de serem racionais, o fazem, geralmente, a propósito da gestão dos homens e dos meios. As precauções a serem tomadas para pôr os homens ao abrigo da repressão constituem um momento importante de discórdia. Os clandestinos são muito divididos em modalidades suscetíveis de garantir sua segurança. Para alguns, o mais perfeito anonimato, assegurado pelos grupos restritos em que o interconhecimento tem um papel capital, é o melhor meio. Para outros, ele provoca rupturas no seio do movimento, a legibilidade da composição acentuando os riscos de desvios e disparidades decisórias no território.

A suposta racionalidade que consiste em usar, tal como uma fonte instrumental, o recurso à violência é mais complexa do que parece. As negociações suscitadas pela *passagem ao ato* não são totalmente previsíveis. Uma parte de imponderáveis difíceis de serem apreendidos subsiste; os colocadores de bombas sabem muito bem que existe um perigo na manipulação dos explosivos e que eles podem incorrer em sanções penais se forem identificados. Os cálculos prévios podem não ser suficientes para traduzirem o engajamento. Entretanto, o fio condutor das narrativas das experiências apresenta, para além das contradições, certa forma de coerência.

A escalada da violência é sempre explicada pela força do Estado e de seu arsenal repressivo. Um combate político está sujeito às interações. Se as tréguas e promessas eleitorais não rompem com a totalidade de explicações, em termos de instrumentalização,¹⁶ mostram as composições inevitáveis com o outro.

Como ter certeza do que faz parte do enfrentamento com o Estado central e do que são as conseqüências daí advindas? Creys-Malville, manifestação anti-nuclear que se transformou em violência não controlada, fornece um triste exemplo. Nessas hipóteses sobre as prováveis reações de uns e de outros, a FLNC só pode ser confrontada com a avaliação do caráter razoável, ou não, de suas ações. Apesar de tudo, havia um pouco de confiança no sistema francês, concluiu esse militante longamente encarcerado depois do testemunho que se segue:

Alguns nos apresentam como românticos, mas a gente conhecia o risco físico e a prisão. Mesmo na prisão, a gente não estava consciente das penas incorridas. Pensávamos que o Estado ia compreender; é por isso que a gente falava de propaganda armada. A gente admite que fez isto, mas se discutimos e se não fazem para nós um plano de desenvolvimento. Para nós, é isto que está subjacente; a gente não imaginava o tamanho das penas [...] A gente levantava, no nosso grupo, no início da prisão, hipóteses, pensava três anos, quatro, talvez. Quando ouvimos, dez anos. Eu peguei dez anos, então era o mínimo diante dos fatos. Mas, a convicção íntima dos juízes me considerava como um responsável. Eu era julgado pela participação em um atentado; eu peguei dez anos (E2).

A percepção, com toda a subjetividade que a envolve, apresenta claramente uma escolha estratégica. O que é feito do sociólogo, quando se esforça para elucidar o comportamento dos outros? Ele sabe o suficiente para reconstituir o conjunto desses fenômenos que se apresentam aos olhares mais agudos, porque intimamente, dentro de cada um de nós e, para alguns, tão indisponível à palavra, que eles talvez não tenham jamais dito inteiramente o que são para aqueles que os aceitam, apesar de dizerem um pouco sobre si mesmos? Persuadido da justiça de

seu combate, esse oponente do Estado esperava, entretanto, se ouvirmos suas palavras, a compreensão do mesmo, confessando sua própria ingenuidade.

A presença dessa subjetividade é conhecida; mas, como traduzi-la para aqueles que, como nós, se esforçam para pôr em perspectiva o agir e o pensar? Esta a razão de sublinharmos, com a ajuda preciosa de Dan Sperber, que a irredutibilidade das idéias é válida para aqueles que constituem um coletivo. Ora, o melhor que fazemos é nos aproximarmos dos pensamentos que são expressos, ou seja, daqueles que, desde então, poderão ser objeto de uma representação ou de uma contradição, em cada um dos membros de um coletivo.

Evidenciar as trocas entre atores e pequenas unidades grupais, a nosso ver, é uma via suscetível de dar conta do caráter social do grupo constituído. Percebemos o lugar do relacional, a proximidade ou o afastamento intelectual de uns em relação aos outros, as solidariedades por afinidade etc. O retorno sobre esse momento da história política só podia nos levar em direção à sociologia das organizações e ao interesse que ela tem pelo meio social. A releitura de Coleman, sugerida por E. Lazega, é, nesse sentido, rica em propostas que dão às trocas sociais o lugar que lhes deve ser atribuído na constituição e evolução de uma organização.

Aqueles que temos o hábito de observar como população, porque apresentam certo número de características comuns, nos permitem apresentar questões, procurar problemas e buscar abordagens explicativas. Entretanto, existem certos domínios em que essas tentativas de estabelecer prioridades na análise se revelam mais delicadas, pois umas e outras fornecem elementos parciais para a compreensão. As contradições que as atravessam parecem irredutíveis. E nós mesmos somos confrontados a uma realidade cuja complexidade não se pode traduzir bem.

A constituição de um ator coletivo faz parte desses questionamentos que levam a reinterrogar a grande dicotomia que estrutura a disciplina. Um dos desafios da sociologia contemporânea consiste na procura de abordagens pertinentes. O indivíduo, o meio ambiente, o contexto histórico, a história pes-

soal ou o acontecimento imprevisto e, ainda, os sentimentos todos são fatores que justificam uma ação. Dizer o peso de cada um na tomada de decisão seria querer ordenar, a qualquer preço, segundo prioridades exteriores ao próprio ator, a importância de seu vivido. No entanto, o ator nos fornece uma palavra que cabe a nós situá-la no seio de uma análise.

É então que aparece a necessidade de formalizar os diferentes níveis do desenvolvimento da ação coletiva. Considerar a transgressão da lei como uma ação no sentido em que ela é deliberada e socialmente construída nos levará, necessariamente, a questionar a racionalidade nas duas facetas que lhe atribuem Boudon e Bourricaud, a saber: cognitiva e praxeológica.

Depois de ter sondado os limites da teoria da escolha racional, J. Elster propõe adicionar as normas sociais. As motivações para agir coletivamente podem combinar interesse individual e normas socialmente estabelecidas. Estas constituem um fundo disponível aos indivíduos para que possam evidenciar suas ações. A norma da reciprocidade descoberta pelo autor norueguês não é primordial, quando esse militante se dirige a nós? “[...] o Estado francês não se comportava conosco como um bom pai de família, nós o renegamos!” (A6).

A falta do código de reciprocidade é ainda mobilizada quando os cidadãos pesam sua decepção por não serem uma prioridade do Estado, com as conseqüências sociais das duas guerras mundiais. Recorrendo a fundamentos gerais, mas operantes, os atores da época lançaram as bases de uma possível contestação política. A atenção voltada para estes permite ler o argumento da *Lei de Talião* que opõe a violência política como resposta à violência do Estado sem duvidar do pertencimento a este último.

Por um reexame das leituras teóricas

Se se admite considerar a violência como um meio de contestação, dentre outros, é preciso refletir sobre as abordagens teóricas que permitem que a pensemos. À margem dos recursos discursivos mobilizados pelos autores, é conveniente apreender esse tipo particular de ação política.

Recusar a causalidade única e unitária para fazer eco aos atores é a dificuldade teórica sobre a qual se chocam os pesquisadores desejosos de apreender os mecanismos da ação coletiva. Charles Tilly enumera os modelos explicativos desse tipo de ação (TILLY, 1986: 229), mas, a construção de um modelo que dê conta da formação dos grupos contestatórios continua indisponível. Em um outro inventário crítico das grades teóricas consagradas à mobilização, Chazel apresenta as contribuições sucessivas, de cada uma, à sociologia.

Afastado das perspectivas estritamente utilitaristas, o autor sugere uma exploração melhor das pistas capazes de fornecer esclarecimentos sobre as condições favoráveis para a emergência de uma ação coletiva (CHAZEL, 1986: 265-268). Esforçando-nos para resolver a questão da criação da organização, ela certamente reterá nossa atenção. O paradigma econômico particularmente demonstrou seus limites e Chazel inverte, apropriadamente, a perspectiva olsoniana, mostrando que as incitações seletivas não podem motivar a gênese de um movimento contestatório do qual elas são, de modo mais verossímil, produto (*ibid*: 263).

Os reagrupamentos por afinidade devem, ainda, encontrar seu lugar na constituição de um grupo clandestino, pois a confiança é um fator capital para a sequência da ação. E os testemunhos recolhidos demonstram essas dimensões propriamente subjetivas evocadas por Wieviorka (2004: 284). Os membros fundadores que encontramos insistem na força das relações interpessoais. Ela permitia, dizem eles, exercer certo controle sobre os riscos de desvios, indubitavelmente presentes na escolha da luta armada.

As noções de “do grupo” e “de fora do grupo”, evidenciadas por Merton, podem igualmente se mostrar úteis para se apreender a vida interna dos comandos. Os ativistas abordam com boa vontade o tema do grau e do tipo de coesão do grupo. O sentimento de exclusão da cidadania francesa acentuará a unidade regional. A partilha do segredo da clandestinidade que unifica a rede mostra-se, às vezes, insuficiente para manter a coesão. A insistência dos

militantes em apontar as tendências “parisiense-esquerdista”, estudante, agrícola subentende a fragilidade que não desmente as múltiplas cisões.

Essas posições de princípios propiciam as condições requeridas, que permitem aceder a um nível intermediário de leitura dos fatos situados entre a motivação individual e a passagem ao ato do coletivo. Thomas Schelling convida o leitor da *La Tyrannie* a desconfiar das conclusões apressadas das passagens das fronteiras metodológicas (1980: 20). Sofremos, ainda, para construir uma explicação geral que dê conta das múltiplas facetas do engajamento de um, no conjunto. Considerações cuja visibilidade não é gritante escapam, muitas vezes, à nossa observação, sobretudo quando de retornos diferenciados sobre fragmentos da existência.

Assim, a confiança e a amizade têm um papel importante na constituição desses grupos. É o que se evidencia no apoio dado aos militantes em dificuldade, pelos próximos, mesmo quando notoriamente marcados por outros pertencimentos políticos; podemos, então, admitir que a estima construída em outras esferas possa conduzir ao apoio e ao agrupamento em torno da causa de outro. Nas representações do grupo, essas relações engajam igualmente a lealdade de um em relação aos outros. A idéia difundida entre os informantes é que as mudanças ocorridas após as prisões, a ampliação do movimento, a reorganização dos setores de intervenção e divisão destes terão, consideravelmente, ferido essa confiabilidade. Se se considera o movimento clandestino em um momento T, posterior à sua formação, o modelo olsoniano pode ser aplicado.¹⁷ Os indivíduos presentes à origem, recrutando pessoas julgadas seguras, reconhecem um distanciamento, às vezes, um afastamento, coincidindo com a chegada dos novos atores, posicionados em outras bases e visando outras práticas.

O interesse demonstrado por Lazega pelos parâmetros sociais situa o ator no coletivo constituído. As trocas sociais relativas à estrutura encontram, assim, seu lugar em uma perspectiva de generalização, abrindo uma inteligibilidade sobre a negociação das cooperações, por exemplo, no caso que analisamos.

Os nichos sociais aparecem também para dar conta das redes de relação multilaterais que atravessam uma organização, inserindo ou excluindo alguns de seus membros, ameaçando ou reforçando a coesão do grupo.

A concorrência de status evidencia os acordos potenciais, do interior, entre detentores de recursos desiguais no seio de um coletivo. No que diz respeito ao movimento clandestino, a capacidade de agir, entendida como um “saber fazer calculado” e uma capacidade de dialogar com o poder central, não pertencendo sistematicamente aos mesmos atores, as lutas pela influência não tardarão a distender os laços que haviam sido tecidos pela necessidade de uns e outros. Os jogos sociais não se situam mais unicamente fora; os entrelaçamentos que unem o indivíduo a seu grupo de pertencimento e a politização interna e dinâmica das relações que se processam em torno destes podem ser apreendidos em diferentes níveis.

As projeções políticas mantêm, evidentemente, uma relação estreita com as temporalidades. A opção de luta escolhida deve também ser sustentada pelo tempo necessário. Alguns depoimentos animados por um espírito revolucionário visam curta duração. Ora, a incerteza reside, seguramente, na construção de tal empreendimento. A longevidade modificará, no cotidiano, as relações interpessoais, as decisões que deverão ser tomadas diante das respostas do Estado e, a longo prazo, o futuro do projeto e da gestão dos meios.

A degradação das relações entre ex-companheiros de armas retrabalhará as introspecções e as lembranças de cada um. O arrependimento sempre está presente, quando não o de ter atingido o pretendido, aquele da evolução das coisas ou ainda dos erros cometidos em um ou outro momento. Sabemos bem que o tempo passado impregna o nosso corpo tanto quanto as lutas fratricidas degradaram o nacionalismo insular, engendrando dores e rancores. Os jovens fundadores de ontem são, hoje, homens maduros, informados sobre as mutações políticas locais e mundiais e a sua visão política, no momento da pesquisa, será, sem dúvida, transformada.

A propósito da pesquisa

Este artigo é fruto de pesquisa feita pelos dois autores em 2001. Trata-se de investigação social de um tipo particular, na medida em que os membros fundadores da FLNC são pouco numerosos e não são intercambiáveis. Começamos esta pesquisa com um encontro com um militante, autor de uma obra, e, devido a isto, notoriamente conhecido por sua ação fundadora. A menor recusa em participar, a menor indisponibilidade poderia causar sérios problemas. Se evitamos, habitualmente, designar um informante por outro nome, nos asseguramos, nesse caso específico, da composição da equipe inicial. Quando foi possível, pedimos que fôssemos recomendados, ou seja, quando os antigos irmãos de luta não se recusavam a falar conosco. Quando necessário, entramos em contato diretamente; os informantes jamais recusaram as indicações, permitindo que prosseguíssemos com a pesquisa. A literatura referente à clandestinidade atribui, freqüentemente, a fundação a militantes que se juntaram mais tarde ao grupo existente. Sob este aspecto “obscuro”, encontramos, certamente, aspectos incontornáveis, pois estavam acostumados à solicitação jornalística. Apesar de nosso bom conhecimento em história política e dos homens, atores esquecidos por todos voltaram para a frente da cena. Um de nós foi para a Córsega onde está um antigo criador da FNLC. O testemunho sobre os fatos reprimidos é algo especial porque portador das batalhas penais. Alguns se entregaram com grande boa vontade a relembrar momentos passados. Outros militantes, tendo construído seus sistemas de defesa para negação dos fatos, foram freqüentemente reticentes em admitir efetivamente sua participação. Algumas vezes, as informações sutilmente e/ou maliciosamente destiladas permitiam corroborar. Sensíveis a esta demonstração de confiança em nossa capacidade de reconstituir um quebra-cabeça, endereçamos a todos a expressão de nosso simpático reconhecimento.

É preciso observar que o sentimento da iniqüidade da justiça francesa conduziu o coletivo, a compaixão pelos compatriotas, mesmo quando, po-

liticamente afastados da idéia de independência. A despeito dos anos passados, como transformar sob o olhar dos seus e, talvez, sob seu próprio olhar, a imagem de vítima do Estado francês? Enfim, a clandestinidade é um estado delicado: ele nos foi confessado a *posteriori*, garantia útil para a continuidade das atividades, e compreendemos facilmente que um militante guarde silêncio sobre seu engajamento presente. À parte essas considerações, o trabalho de campo não está isento de convivialidades e cooperações que integram o cotidiano do pesquisador da sociologia.

Notas

¹ F.-M. Ceccaldi, "Construire les territoires de l'autre", *Socio-Anthropologie*, n° 9, pp. 109-124.

² Esse grupo restrito, mas com a reputação de representar a FLNC, age em nome do coletivo.

³ As reuniões públicas, as panfletagens, uma campanha eleitoral, o voto ou a abstenção são tanto meios como momentos de expressão dos quais não são necessariamente excluídos os clandestinos.

⁴ Reapropriação.

⁵ F.-M. Ceccaldi, "Mémoire collective et conscience individuelle: éléments de réflexion autour de l'exemple corse", 15 páginas. Comunicação feita no Colóquio IPRESCO: Les temporalités sociales, Poitiers 20-21 novembro 1998.

⁶ Cf. F. Etori, *Le mémorial des Corses*, pp. 334-414. A criação, em 1880, do *Bulletin des Sciences Historiques et Naturelles de la Corse*, precede o de *Tramuntana*, fundado em 1896. *La Corse Historique* de P. Lamotte e os trabalhos pré-históricos J. Grosjean, J., L. Jehasse e G. Moracchini precedem a criação do *Muntese*, em 1955.

⁷ Podemos consultar, a título de documento, o dossiê da fraude eleitoral no n° 9 da *Revue Kyrn*, publicado em março de 1971. Um glossário da fraude eleitoral mostra o humor de abusado relacionado à designação democrática dos eleitos. Alguns exemplos, dentre os mais significativos: Lei: feita para ser mudada. Sobre tudo em matéria eleitoral; sufrágio: como é universal, existe como piada na Córsega; votar: cumprir seu dever de cidadão, freqüentemente com o sentimento de perfeita inutilidade; policiais: encarregados pela lei de proteger a prefeitura e, em seu interior, o prefeito (mesmo quando ele fraudar); cemitério: escritório eleitoral onde são forjadas numerosas maiorias [...].

⁸ O caso denominado "des boues rouges" diz respeito aos dejetos marinhos de bióxido de titânio, jogados ao longo do Cabo Corsa por uma companhia italiana, a Montedison. Ela pagará

por meio de um processorelâmpago e pelo descontentamento de uma parte crescente da população corsa. Mais uma vez, a população reage diante de um atentado ao meio natural. A contestação respeita o modelo da época (NIMBY).

⁹ Devido à língua corsa ser um dialeto italiano e não uma língua completa, ela não será incluída na lista exaustiva da lei Deixoné. Ainda em 1971, um complemento de lei do ministério considerava o dialeto da Córsega como estando à procura de sua unidade e codificação.

¹⁰ M. Wievorka, *La Violence. Voix et regard*, Paris, ed. Balland, 2004, pp. 54-55.

¹¹ Essa palavra de ordem está relacionada com o caso, já citado, dos dejetos marinhos de bióxido de titânio, jogados no Cabo Corsa pela companhia italiana.

¹² Voltaremos mais tarde sobre as condições de pesquisa nesse caso específico.

¹³ Comitê de Estudos e da Defesa dos interesses da Córsega.

¹⁴ Rudolf Rezsöházy, "Le temps politique", in *L'Acteurs et ses raisons, Mélanges en l'honneur de Raymond Boudon*, Paris, PUF, 2000, pp. 11-24.

¹⁵ Dan Sperber, *La Contagion des idées*, Paris, Odile Jacob, 1996, p. 50

¹⁶ Podemos admitir que suspende as ações violentas ou acentua-las apresenta um caráter instrumental.

¹⁷ Melhor do que as especulações culturalistas mobilizando as hipotéticas leis da omertá, o modelo *voice, exit and loyalty* permitida contar com comportamentos do militante em relação aos seus "irmãos de armas".

Referências Bibliográficas

ABÉLÈS, Marc (1990), *Anthropologie de l'État*. Paris: Armand Colin.

BIRNBAUM, Pierre (sous la dir. de), (1997), *Sociologie des nationalismes*. Paris: PUF.

CHAZEL, François (1991), "Individualisme, mobilisation et action collective", in Pierre Birbaum et Jean Leca (sous la dir. de), *Sur l'individualisme*. Paris: Presses de la FNSP (1re éd. 1986), pp. 244-268.

CHAZEL, François (2000), *Aux fondements de la sociologie*. Paris: PUF.

CECCALDI, Francesca-Maria (2001), "Construire les territoires de l'autre: la Corse", *Socio-Anthropologie*, n°9, pp. 109-124.

CECCALDI, Francesca-Maria et PESTEIL, Philippe (2003), "Créarea Frontului de Nationala din Corsica si folosirea violentei ca expresie politica" in Gilles Ferréol et Adrian Neculau (sous la dir. de), *Violenta, aspecte psihosociale*, Iasi, Polirom, pp. 274-290.

- ECKSTEIN, Harry (2002), "Violence politique. Les approches théoriques", *Cahiers de la sécurité intérieure*, n°47, janvier-mars, pp. 167-193.
- ELSTER, Jon (1989), *The Cement of Society*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FAVEREAU, Olivier (1997), "L'incomplétude n'est pas un problème, c'est la solution", in Bénédicte Reynaud (dir.), *Les Limites de la rationalité: les figures du collectifs*. Paris: La Découverte, pp. 219-223.
- GELLNER, Ernest (1983), *Nations et nationalisms*, Oxford, Blackwell.
- GURR, Ted (1970), *Why men rebel*. Princeton: Princeton University Press.
- LAZEGA, Emmanuel (2004), "Rationalité, discipline sociale et structure", *Revue française de sociologie*, avril-juin, pp. 305-329.
- MERTON, Robert K (1997), *Éléments de théorie et de méthode sociologique*. Paris: Armand Colin, (1^{er} édition en langue anglaise: 1957).
- REYNAUD, Jean-Daniel (1989), *Les Règles du jeu. L'action collective et la régulation sociale*. Paris: PUF.
- REZSOHAZY, Rudolf (2000), "Le temps du politique", in *L'Acteur et ses raisons, mélanges en l'honneur de Raymond Boudon*. Paris: PUF.
- SCHELLING, Thomas (1980), *La Tyrannie des petites décisions*. Paris: PUF (1^{re} édition en langue anglaise: 1978).
- SPERBER, Dan (1996), *La Contagion des idées*. Paris: Odile Jacob.
- TILLY, Charles (1991), "Action collective et mobilisation individuelle", in Pierre Birbaum et Jean Leca (sous la dir. de), *Sur l'individualisme, op. cit.* pp. 313-243.
- WIEVORKA, Michel (2004), *Voix et regard*. Paris: Balland.

Tradução de Cíntia Ávila de Carvalho,
Doutora em Ciências Sociais na área de
Itinerários Intelectuais e História dos Saberes,
Unicamp; professora da Universidade Federal
do Espírito Santo.

PREVENINDO A DELINQUÊNCIA VIOLENTA NOS JOVENS¹

Introdução

O maior desafio para uma comunidade interessada em reduzir o crime é determinar o que não se deve fazer. É fácil achar sugestões sobre como reduzir o crime, de abordagens da justiça criminal (por exemplo, relativas à polícia e aos tribunais) a propostas de desenvolvimento (por exemplo, relativas à família e às primeiras experiências), e de assuntos estruturais, gerais (como os relativos à distribuição da riqueza) a lazer (como os relativos à violência na televisão). Acredito que há três questões independentes que devem ser consideradas pelas pessoas encarregadas de determinar ou recomendar as políticas de prevenção da delinquência.

Primeiro, é preciso determinar se a abordagem tem se mostrado efetiva. Segundo, se a abordagem tiver se mostrado efetiva, é preciso determinar se a sua implementação é política, social e economicamente plausível. Terceiro, é necessário determinar se a abordagem representa o uso mais efetivo dos escassos recursos disponíveis, considerando todos os custos e benefícios — isto é, os custos para além das simples despesas financeiras com a justiça criminal, e os benefícios sociais, para além da prevenção da delinquência.

ANTHONY N. DOOB*

RESUMO

Este trabalho sugere um referencial para pensar a prevenção da violência juvenil. A decisão sobre quais medidas de prevenção do crime devem ser tomadas começa pela análise não só da efetividade, mas dos custos das medidas em diferentes circunstâncias. O segundo passo é igualmente difícil: a intervenção deve ser focalizada na localidade específica onde o problema está acontecendo, ou deve se voltar para aspectos mais gerais, como a juventude, a comunidade, a família, que influenciam as possibilidades dos jovens cometerem delitos. Tratam-se de escolhas difíceis. É muito importante, contudo, conhecer as conseqüências das abordagens escolhidas. Do mesmo modo, é igualmente relevante considerar os efeitos da não opção por outras abordagens.

ABSTRACT

This paper suggests a framework for thinking about the prevention of youth violence. The decision on which crime prevention measures should be undertaken starts with an analysis of whether the measure is not only effective, but is the most cost effective approach that is plausible under the circumstances. The next decision is equally difficult: should the intervention be focused on the immediate location in which the problem is occurring, or should the focus be on the youth, the community, the family, or the school, all of which can affect the likelihood that youths will offend. These are difficult choices. It is important, therefore, to know what the consequences are of those approaches that are chosen. It is equally important to consider the consequences of not choosing other approaches.

* Professor do Centro de Criminologia, da Universidade de Toronto (Canadá). Fez a graduação na Universidade de Harvard e se doutorou em Psicologia pela Universidade de Stanford, em 1967.

O primeiro assunto é, possivelmente, o mais óbvio. O fato de uma proposta parecer plausível não significa que seja efetiva. Além disso, o fato de uma intervenção ter sido efetiva, alguma vez em alguma comunidade, não significa que outra abordagem conceitualmente similar, nessa mesma comunidade, em outro momento, continue sendo efetiva. Há duas conseqüências dessas afirmações. Primeiro, é preciso ter cuidado na implementação de programas que não demonstraram ser realmente eficazes. A implementação de um programa que não foi avaliado pode, certamente, ser considerada; mas, os depoimentos sobre a sua eficácia não podem substituir a evidência real de efetividade. Porém, mesmo se algum tipo de ação particular, ou intervenção na escola, ou programa comunitário, tiver demonstrado ser eficaz em algum cenário particular, as pessoas que desenvolvem os programas sociais precisam entender que podem haver características específicas do programa, ou do âmbito sob o qual foi implementado, que são determinantes importantes

da sua eficácia. Segundo, é relevante, portanto, independentemente do que se saiba sobre um programa, monitorar a sua eficácia.

O segundo assunto que deve ser trabalhado — é plausível esta política? — serve como mecanismo para limitar a consideração de várias alternativas. Por exemplo, os dados sobre o uso de diferentes formas de castigo em crianças sugeririam que existe uma relação complexa entre a imposição de distintos tipos de castigo e o comportamento posterior da criança que é alvo deste tipo de disciplina.² Parece que o castigo corporal, em níveis entre baixo e moderado, não está associado à delinquência, quando também são consideradas outras variáveis da relação entre pais e filhos (como carinho e controle). Portanto, ficaríamos tentados a concluir que os níveis de castigo corporal que são usados geralmente em nossa cultura não parecem ser causa de conduta criminosa. Porém, independentemente das relações familiares, níveis muito altos de castigo corporal estão associados à conduta criminosa. Em consequência, nós sabemos, sim, algumas coisas sobre os castigos corporais, mas há duas razões que fazem com que esta não seja uma área de fácil intervenção, mesmo que as conclusões sejam consideradas confiáveis. Primeiro, existem pontos de vista muito firmes a respeito do castigo corporal, em dimensões que vão além dos seus efeitos na criança. A controvérsia sobre o caso de castigo corporal na Corte Suprema do Canadá sugere que as atitudes dos canadenses a respeito não são homogêneas. Segundo, é uma área de difícil intervenção. Seria muito difícil, para qualquer esfera do governo, estabelecer diretrizes ou recomendações específicas sobre como deve ser efetuada a disciplina da criança.

Um outro exemplo é o impacto da violência na mídia. Há muita controvérsia sobre a natureza ou a magnitude da relação entre o consumo da violência na televisão (e em outros meios visuais) e a delinquência violenta. Mas, mesmo que não houvesse controvérsia sobre os efeitos, a capacidade de qualquer área do governo de controlar os meios visuais de entretenimento é limitada.³

A terceira questão fornece uma parte importante do marco conceitual deste trabalho. Estou sugerindo que algumas estratégias de “prevenção do crime” são melhor vistas como parte de questões

políticas, públicas, muito mais abrangentes. Para ser específico, um aumento ou diminuição do crime é, muitas vezes, o resultado de uma política que não tem como alvo original o crime em si. Ou seja, sob este ângulo, o crime, em outras palavras, é simplesmente um desafortunado subproduto de alguma outra política; da mesma forma, a prevenção do crime poderia ser um efeito colateral afortunado de outra política distinta. Portanto, ao olhar tais políticas unicamente da perspectiva do controle do crime, poderemos subestimar ou sobreestimar os custos e benefícios. As políticas, em outras palavras, devem ser consideradas e avaliadas em termos de seus efeitos globais.

Uma revisão da prevenção do crime

A prevenção do crime, geralmente, e a prevenção da violência, especificamente, têm sido, com diferentes graus de sucesso, consideradas sob vários ângulos distintos. Dois desses ângulos — o desenvolvimento de condutas anti-sociais, em crianças, e o papel do sistema de justiça, na prevenção do crime — foram trabalhados por Jenkins e Webster.⁴ Segundo Jenkins, examinar a prevenção da violência, sob a ótica da psicologia do desenvolvimento, é essencialmente uma tarefa do entendimento das causas do desenvolvimento da violência. A abordagem é simples: se nós entendermos os fatores, no desenvolvimento de uma pessoa, que conduzem à violência, poderemos estudar as possíveis abordagens capazes de alterar esses fatores.

Uma revisão da prevenção do crime citada com frequência enumera vários “espaços” nos quais essa prevenção pode acontecer: “locais” ou situações específicas, comunidades, famílias, escolas, mercados laborais, atividades policiais e o sistema da justiça criminal.⁵ Resumir essa revisão faz pouco sentido no contexto deste trabalho. Porém, a questão é que aquilo que geralmente se define como “prevenção do crime” pode ser realizado de muitas formas, visando diferentes tipos de questões.

Outras tentativas de analisar a prevenção do crime classificam esta última em duas grandes categorias: propostas situacionais e propostas comu-

nitárias. Nenhuma das propostas de prevenção está necessariamente em conflito com as outras. A forma sob a qual as diversas abordagens de prevenção do crime competem entre si está relacionada, sobretudo, com a terceira questão colocada no início deste trabalho. Como foi notado por duas eminências em criminologia, há alguns anos,

As políticas de prevenção sensatas deveriam levar em conta [as distintas causas dos distintos crimes]. Muitos assaltos e crimes sexuais, por exemplo, são impulsivos e cometidos sob a influência de tóxicos e emoções poderosas... Alguns crimes ocorrem como atos anômalos em pessoas que, geralmente, respeitam a lei, enquanto outros acontecem como situações de rotina em pessoas geralmente anti-sociais. Uma prevenção efetiva do crime deve ser suficientemente variada e modelada para levar em conta as importantes diferenças entre os crimes e os criminosos. A diversidade de crimes e criminosos é um motivo pelo qual a aplicação da lei é necessária, mas insuficiente, para obter bons resultados.⁶

Além disso, há outra implicação importante desta declaração a respeito do crime. Nenhuma estratégia de prevenção da violência é perfeita. Uma estratégia que reduz o número de crimes violentos o suficiente para ser vista como “efetiva” não deveria ser criticada ou abandonada simplesmente por não ser perfeita. Porém, ao mesmo tempo, um programa pode ser “efetivo” de alguma forma, mas a sua implementação pode não valer a pena porque alguma abordagem alternativa poderia ser mais eficaz, do ponto de vista do custo-benefício.

Abordagens situacionais para a prevenção da violência

A abordagem situacional para a prevenção da violência tem sido descrita como

(...) composta de medidas direcionadas a formas de crime muito específicas que

envolvem o gerenciamento, o desenho ou a manipulação do ambiente imediato, da forma mais sistemática e permanente possível, com o objeto de reduzir as oportunidades do crime e aumentar seus riscos, conforme percebidos por uma grande variedade de criminosos.⁷

De uma perspectiva sociopolítica, as áreas mais evidentes para focalizar a prevenção situacional do crime seriam os locais onde a violência acontece. Porém, a questão é o que fazer quando essa área for identificada. As experiências avaliadas sugerem que não existem soluções simples. Em um exemplo cuidadosamente estudado — a “limpeza” da rodoviária de Nova Iorque, no início da década de 1990 —, muitas abordagens foram utilizadas, algumas das quais envolveram o fornecimento de serviços sociais a pessoas que originavam problemas, enquanto outras consistiram em modificações físicas do próprio prédio. Além disso, lojas que as pessoas gostavam de frequentar foram incentivadas a se estabelecer no prédio. Nenhum aspecto específico das mudanças realizadas pode ser identificado como o mais importante. Entretanto, o efeito sobre o crime e o sentimento de segurança das pessoas na segurança foi dramático.⁸

Às vezes, há problemas, no entanto, que podem ser tratados com abordagens bastante simples. Um estudo inglês do impacto de uma melhoria na iluminação da via pública mostrou uma redução importante de vítimas em áreas iluminadas, com relação a uma área “de controle” sem boa iluminação. O investimento em iluminação provocou, também, um aumento de pedestres na rua à noite, especialmente mulheres. Jovens que moravam na área cuja iluminação pública recebeu melhoria envolveram-se em menor número de situações violentas do que aqueles que moravam na área de controle; além disso, declararam se sentir mais seguros e com menos possibilidades de serem detidos ou interrogados pela polícia.⁹ Estes dois exemplos são interessantes, não apenas pelos efeitos de redução do crime, mas também pelos outros benefícios sociais (como a redução

do medo, uma maior disposição para permanecer em uma área que, antes, era considerada insegura) resultantes da intervenção.

Porém, estes dois exemplos também podem ser utilizados para ilustrar outro aspecto importante do esforço para prevenir o crime: um ponto de partida importante para qualquer tentativa de reduzir a delinqüência é entender o fenômeno que estamos tentando resolver. Na prevenção do crime “situacional”, isto é óbvio: por exemplo, não faz sentido gastar dinheiro melhorando a iluminação pública, se o tipo de crime que estamos tentando reduzir não acontece nem na rua, nem à noite. Na “limpeza” da rodoviária de Nova Iorque, o ponto de partida foi identificar exatamente quais eram os problemas. Nesse sentido, não é suficiente falar de “crime” ou de “violência”, ou de “gangues” ou de “armas” como *o problema*: o problema tem de ser examinado e entendido em termos muito mais específicos.

Uma das preocupações dos enfoques situacionais da prevenção do crime é a possibilidade de efeitos favoráveis serem simplesmente o resultado do deslocamento do crime para áreas vizinhas. Embora isto possa acontecer em algumas circunstâncias, as pesquisas sobre o tema¹⁰ mostram que este não é, de forma alguma, um resultado inevitável. A teoria que diz que o crime será completamente deslocado por abordagens situacionais assume que os delinqüentes estão tão altamente motivados a cometer um crime, que andarão pela comunidade até acharem uma oportunidade para fazer o que eles querem fazer. Tal “teoria” ignora dados importantes que sugerem que muitos crimes não são planejados e seriam melhor definidos como espontâneos ou oportunistas. Também ignora dados que sugerem que o crime não será, inevitavelmente, deslocado para outra área; algumas políticas realmente resultam em uma redução parcial ou completa. Certamente, ao considerarmos a violência, a modificação de situações nas quais esta ocorre “espontaneamente” pode simplesmente eliminar certas formas de violência.

Comunidades, crime e prevenção do crime

O truísmo de que os jovens são o produto das comunidades nas quais se desenvolvem é repetido com tal freqüência, que é fácil ignorar o papel das comunidades no desenvolvimento do crime. As pesquisas sobre o crime e as comunidades são muito variadas, em parte porque o termo “comunidade” é definido, com freqüência, de modo impreciso. No entanto, é evidente que existem enormes diferenças nos tipos de crimes violentos entre as “comunidades”. Por exemplo, no Canadá, nós temos cerca de 2 jovens acusados de homicídio por cada grupo de 100.000 habitantes, comparado com uma taxa pelo menos quatro vezes maior nos Estados Unidos.¹¹ Não está claro, todavia, quais são as dimensões das comunidades responsáveis por essas diferenças. Com a finalidade de subsidiar políticas preventivas, as variáveis que gostaríamos de considerar seriam as mais factíveis de gerar alguma forma de mudança. Apresentarei alguns exemplos de dimensões gerais, que parecem ser importantes na determinação da incidência relativa de violência em uma comunidade.

Nos Estados Unidos, a violência parece, em primeira instância, estar associada com a pobreza. Porém, vários estudos demonstraram com clareza que as comunidades (ou províncias, no caso de um estudo canadense¹²) com menor desigualdade econômica têm menos crimes violentos. Análises cuidadosas, portanto, sugerem que a pobreza não é tão importante quanto a desigualdade econômica em uma comunidade, na explicação das taxas de homicídio e outras formas de violência. No Canadá, níveis altos de desigualdade econômica estão associados, também, a taxas de homicídio relativamente mais altas. Adicionalmente, conforme a desigualdade econômica cresce, através do tempo, o homicídio também aumenta. E, quando a desigualdade econômica diminui, a taxa de homicídio diminui. Dado que a desigualdade econômica pode ser controlada parcialmente pelas políticas sociais (por exemplo, o sistema de impostos, seguro desemprego, assistência social), esses resultados sugerem que as políticas so-

ciais do governo (e a transferência de renda) podem ser ferramentas importantes no controle dos níveis de violência em nossa sociedade.

Outras pesquisas mostram que existe uma relação entre as taxas de bem-estar social e as taxas de homicídios (assim como as de outros crimes). Vários índices da generosidade do sistema de bem-estar social sugerem que esse sistema tem um impacto para além das predições “padrão” do crime (por exemplo, a porcentagem de pessoas que vivem na pobreza, desigualdade de rendas familiares, estrutura da população): sistemas de bem-estar social mais generosos foram associados a menores taxas de homicídio.¹³

Uma investigação conhecida também sugere que poderia ser útil pensar em comunidades como tendo diferentes níveis de “altruísmo social”; este foi definido como “a disposição das comunidades de dedicar recursos econômicos para o benefício e conforto de seus membros, além dos benefícios que recebem do Estado”. Sugere-se que as “comunidades mais capazes de estimular valores que façam com que seus membros obtenham mais satisfação em objetivos altruístas (como o cuidado das crianças, o serviço à comunidade) tendem a ter menos anomia e, como resultado, têm menores taxas de crime”. Neste estudo em particular, o altruísmo social foi medido em número de dólares (doados à campanha da *United Way* por milhão de dólares da renda total da cidade). Os resultados foram claros: as comunidades com altas taxas de contribuições à *United Way* tiveram uma menor quantidade de crimes violentos e menos crimes contra a propriedade. A teoria, certamente, não consiste simplesmente em que as contribuições reduzem o crime. Ao invés disto, a teoria é que os fatores que motivam as pessoas a serem generosas em suas comunidades também tendem a produzir pessoas com menor tendência para cometer crimes.¹⁴ Combinando as descobertas destes dois estudos, seria possível perguntar se os governos locais e provinciais podem, eles próprios, incentivar a criação ou o fortalecimento das formas sob as quais as comunidades cuidam dos seus próprios membros.

Em um plano mais local, parece que os bairros têm características que dizem respeito aos níveis do

crime, independentes das características das pessoas que moram neles. Tem sido mostrado, por exemplo, que, além das características das pessoas que moram (por exemplo, seus níveis de desvantagens, taxa de desemprego, proporção de famílias com apenas um dos pais), bairros com altos níveis de controle social informal e coesão (por exemplo, onde vizinhos estão dispostos a intervir, quando alguém precisa de ajuda) experimentaram menos violência.¹⁵

Isto não significa, necessariamente, que os órgãos públicos, como a polícia, não tenham nenhuma função. Em um estudo em Oakland, Califórnia, pesquisadores identificaram pessoas dentro de cada bairro que eles chamaram de “administradores de área” — pessoas que “moram ou trabalham perto de áreas com problemas, e que, em virtude da sua proximidade e interesses, podem ter uma responsabilidade pessoal ou primária no quarteirão”. Primeiro, as ações coletivas”, por parte dos administradores de área — reuniões com grupos comunitários para discutir problemas, ações conjuntas com a polícia ou com grupos comunitários em áreas problemáticas, participação em limpezas de bairro, participação em programas de vigilância do bairro ou do quarteirão, etc. — tiveram efeitos positivos: reduziram-se os sintomas de desordem; por exemplo, diminuiu o número de pessoas que foram observadas vendendo drogas nos quarteirões onde houve mais ações coletivas por parte dos administradores de área.

Segundo, e além desses efeitos, a polícia de Oakland escolheu alguns quarteirões, aleatoriamente, para receberem atenção especial de uma unidade da corporação. Essa unidade trabalhou individualmente com alguns cidadãos, coordenou visitas de outras agências do governo (bombeiros, trabalhadores públicos, oficiais de controle de pragas, serviços públicos, etc.) para garantir que todos os prédios, códigos de segurança, etc., estivessem em ordem, e para garantir que os donos de propriedades problemáticas estivessem conscientes dos problemas (por exemplo, venda de drogas). Os quarteirões de “controle” receberam policiamento padrão. As áreas que obtiveram (aleatoriamente) “atenção especial” por parte do departamento de polícia, em coordenação

com outros serviços da cidade, mostraram uma mudança positiva, tanto no crime quanto na desordem.

As ações individuais dos líderes informais da comunidade ou dos administradores de área (por exemplo, simplesmente chamar a linha 911 ou linha de ajuda com drogas, falando com administradores de prédios ou moradores) não tiveram um impacto positivo. A ação coletiva dos administradores de área pareceu ser efetiva na redução do crime e das desordens, da mesma forma que o apoio da polícia para lidar com os aspectos problemáticos dos quarteirões visados. Como outros autores observaram,

(...) os administradores de área desempenham um papel importante no controle de problemas de drogas e desordem, e podem ser mais efetivos quando estão mais integrados socialmente com seus vizinhos do quarteirão e quando se envolvem em esforços coletivos, mais do que individuais, para resolver problemas.

Ações individuais, como, por exemplo, chamar a polícia, simplesmente, não parecem ser efetivas.

Os esforços da polícia que constroem relações de trabalho com um grupo seleto de administradores de área podem ter uma maior possibilidade de sucesso, a longo prazo, do que a construção de relacionamentos pessoais com administradores individuais.

As ações coletivas nos bairros parecem ser importantes.¹⁶

O objetivo destes exemplos não é sugerir que as “intervensões comunitárias” funcionarão automaticamente, com ou sem assistência policial. Ao invés disso, parece que aquilo que, de um modo geral, pode ser descrito como “bairros saudáveis”, parece ter uma menor taxa de crimes do que outros. Finalmente, é preciso lembrar que as políticas públi-

cas podem ter um grande impacto na classificação de um bairro como saudável.

Escolas e famílias

As escolas, por duas razões, são objeto de muitas discussões sobre a prevenção do crime: a violência na escola pode ser um problema que precisa ser trabalhado; e as políticas, as práticas e os serviços escolares podem aumentar ou diminuir a quantidade de crimes cometidos por jovens, dentro ou fora da escola. Embora exista uma tendência compreensível de colocar a culpa da desordem na escola exclusivamente nos alunos, pesquisas demonstraram que as políticas escolares e o “clima” escolar são muito importantes. Os resultados das pesquisas sugerem que

[em] escolas, com os piores problemas de disciplina, as regras eram geralmente pouco claras, injustas ou aplicadas inconsistentemente; as escolas responderam de forma ambígua ou indireta ao comportamento dos estudantes (por exemplo, baixavam as notas em resposta ao comportamento impróprio); os professores e os administradores não conheciam as regras ou divergiam nas respostas adequadas para o comportamento impróprio dos estudantes; e os estudantes não acreditavam na legitimidade das regras.¹⁷

Fatores comunitários e individuais também foram considerados relevantes. Mas, a própria escola pode contribuir, tanto para o problema quanto para a solução.

Ao invés de focalizar exclusivamente os jovens com problemas, como explicação das desordens na escola, este estudo sugere que pode ser mais útil entender que

(...) a desordem na escola pode ser reduzida através de esforços conscientes por parte da administração da escola, dos professores, dos pais, dos estudantes

*e dos grupos comunitários ... Cada escola deveria avaliar cuidadosamente seu próprio clima para determinar quais são os fatores estão contribuindo para a desordem.*¹⁸

Uma das descobertas mais otimistas desta pesquisa é a sugestão de que as escolas e as diretorias escolares podem reduzir os problemas de desordem nas suas instituições, não apenas escolhendo “bons” jovens, mas criando escolas eficazes. O ambiente no qual as crianças em idade escolar convivem é muito importante. Concentrar-se na identificação de jovens difíceis (e, em muitas jurisdições, excluindo-os da escola), tem menos chances de ser efetiva, do ponto de vista da sociedade, do que se preocupar pelo que pode ser feito para melhorar a escola. A maioria das variáveis do “clima” escolar reflete características valiosas, sem relação à desordem. Ao criar um ambiente justo, no qual os jovens queiram trabalhar com afinco e, em geral, respeitar os valores da escola, não só obtemos melhores escolas, mas também instituições menos violentas.¹⁹

Foi demonstrado que as características das escolas podem ter um impacto moderadamente importante no crime, no âmbito escolar. As práticas administrativas e de gerenciamento, a comunicação clara e o estabelecimento de objetivos, procedimentos justos para estudantes e professores, tanto quanto a aplicação consistente, ainda que não punitiva, das regras, contribuem para a redução da delinquência juvenil.

A pesquisa indica que os diretores e professores deveriam controlar o comportamento dos estudantes, estabelecendo regras, comunicando expectativas claras de conduta, aplicando as regras consistentemente e oferecendo recompensas por obedecê-las e castigos por infringi-las... Ao maximizar o compromisso e o aprendizado do estudante, as escolas incrementam o comprometimento com a educação e a ligação com a escola. Ao modelar o

*comportamento apropriado e estabelecer um sistema de disciplina honesto e justo, a equipe escolar eleva a confiança dos alunos na validade das regras e das leis.*²⁰

Em outras palavras, as escolas bem administradas têm impactos positivos que vão além de seus objetivos educacionais imediatos.

Como foi observado por Jenkins,²¹ os jovens podem ser caracterizados como tendo vários graus de “riscos” para delinquir. Porém, estar “em risco” de delinquir não significa necessariamente que o jovem irá delinquir. Um estudo constatou que mais de 60% dos adolescentes de alto risco resistiram à delinquência e ao abuso de drogas. Todavia, quanto mais fatores de risco o jovem tenha tido quando criança, maior será o risco de envolver-se na delinquência ou no abuso de drogas.

Mas, o que aconteceu com os adolescentes de alto risco, que não se envolveram na delinquência e no abuso de drogas? Eles tiveram mais “fatores de proteção” que os outros. Em outras palavras, eles tiveram outras resistências ou experiências que lhes permitiram evitar o comportamento anti-social, apesar de seu estado de “alto risco”. As experiências educacionais (como um exemplo de “fator de proteção”) distinguiram, consistentemente, os jovens resistentes dos não-resistentes. Aqueles jovens que foram bons na escola, que a valorizaram e que reportaram ter interações positivas com os professores, demonstraram ser resistentes à delinquência e ao abuso de drogas. Um vínculo familiar forte foi também um importante fator de proteção. A importância de incentivar e ajudar os jovens a se envolverem e se comprometerem com a escola não deve ser subestimada. Isto ressalta o importante papel positivo que a escola pode desempenhar na vida dos adolescentes. Dado que os jovens parecem se tornar naturalmente resistentes ao crime com o tempo, o alvo deve ser o desenvolvimento de vínculos com a escola, desde cedo. As evidências sugerem que desenvolver esse vínculo desde criança poderia, também, ter um efeito na prevenção de problemas posteriores na vida.²²

As intervenções em escolas podem ser menos controversas que as intervenções em âmbito familiar. Mas, algumas intervenções de “políticas públicas” na família também têm efeitos de prevenção do crime. As intervenções desenhadas para melhorar a situação familiar podem ter impactos benéficos diretos e ainda reduzirem os níveis de violência nas crianças que se desenvolvem nessas famílias. Portanto, abordagens de saúde pública, que ajudariam a reduzir o estresse experimentado por toda a família, são muito mais factíveis de ter um impacto substancial na violência juvenil do que programas que têm como alvo crianças individuais. Como um psicólogo observou,

*Qualquer intento de reduzir a violência... deve incluir um esforço sistemático para melhorar o ambiente familiar de... crianças e adolescentes e, em particular, engajar... os pais no papel da paternidade... Isto pode ser feito melhorando os cuidados pré-natais, expandindo a educação dos pais e promovendo políticas amistosas para famílias que reduzam a pobreza, previnam e tratem problemas de saúde mental e de abuso de substâncias tóxicas, e aumentem a eficácia parental.*²³

Um exemplo desse tipo de intervenção é um experimento no qual mulheres predominantemente jovens, solteiras e pobres, foram escolhidas aleatoriamente para receber visitas regulares de enfermeiras na sua casa, durante sua gravidez, e durante os primeiros dois anos de vida da criança, ou simplesmente foram informadas dos programas disponíveis na comunidade. O programa de visitas de enfermeiras teve uma grande variedade de efeitos. Ele reduziu os casos de envolvimento com a polícia, as detenções, e os contatos com o sistema de bem-estar da criança como uma “pessoa com necessidade de supervisão”, durante a primeira adolescência (até os 15 anos). Os programas sociais direcionados para promover crianças saudáveis podem, portanto, reduzir o crime. Se uma comunidade quiser ser rígida com

o crime e, ao mesmo tempo, promover a saúde das crianças, pode fazê-lo, fornecendo serviços de saúde pública a mães, durante a gravidez, e a mães e crianças, nos seus primeiros anos de vida.²⁴

Conclusão

Ofereci, neste trabalho, alguns exemplos de como o crime em geral, e a violência em particular, podem ser reduzidos respondendo apropriadamente a assuntos sociais mais amplos em nossas comunidades. Ao fazer uma revisão desta literatura, fiquei com quatro fortes impressões.

Primeiro, há muitos exemplos de intervenções bem-sucedidas que focalizaram aspectos da comunidade. Ao mesmo tempo, é claramente importante fazer uma análise cuidadosa da natureza dos problemas, escolher atentamente a intervenção e monitorar seus efeitos para garantir o impacto desejado.

Segundo, as intervenções também podem ter um impacto negativo nos jovens. Foi demonstrado, por exemplo, que o programa *Scared Straight* (“Corrigir pelo Susto”) — no qual os jovens são levados a visitar as prisões, onde supostamente são “corrigidos no susto” pelos presos — tem mais chances de aumentar, e não de diminuir, os futuros crimes desses jovens. Embora não se saiba por que este programa tende a aumentar o crime, é evidente que as iniciativas de prevenção precisam ser avaliadas e monitoradas para assegurar que a incidência de crime não crescerá ainda mais.

De fato, impactos negativos de intervenções bem intencionadas têm ocorrido antes. As pesquisas sobre o programa *Scared Straight* ressaltam a importância de contar com dados concretos, mais do que com evidência anedótica, para avaliar as estratégias para a redução do crime.²⁵

Um segundo exemplo de um programa bem intencionado, que teve efeitos nocivos, vem de um estudo de uma clássica intervenção multidimensional, realizada no período 1939-45. Esse foi um programa de alta visibilidade, cuidadosamente implementado e avaliado, de intervenção nas vidas de jovens de áreas decadentes, no centro da cidade. Só foram descobertos os efeitos negativos do programa

quando esses jovens foram localizados, 20 anos mais tarde. Os jovens que participaram, geralmente, aprovaram o programa e, com frequência, atribuíram seus próprios sucessos na vida à experiência com ele. Os impactos negativos só foram descobertos porque o estudo original incluiu um grupo de controle (um grupo de jovens que, escolhidos aleatoriamente, foram rejeitados do programa, em parte porque o próprio programa tinha recursos limitados). Resultado: o grupo de controle se deu melhor.

Terceiro, os programas que são efetivos na redução da violência na comunidade, com frequência, têm também outros efeitos positivos. Isto não deveria surpreender ninguém; sugere, porém, que as políticas sociais corretas ajudam não só àqueles que são o foco de tais políticas, mas também àqueles que deixarão de ser alvo dessa violência.

Quarto, ao examinar esta literatura, me lembrei das várias formas do ditado que diz “se um único crime violento for evitado ou se uma única vida for salva graças à implementação de algum programa ou política, então valerá a pena”. A literatura sobre a prevenção da violência demonstra, claramente, que aqueles que estão influenciados por esse ditado podem agir, inconscientemente, de forma notavelmente irresponsável. Em comunidades com recursos limitados para investir em programas sociais, como a nossa, a questão não é evitar algum evento trágico a qualquer preço. A questão é como maximizar o número de eventos trágicos que podem ser evitados com os recursos disponíveis. Se dois ou três crimes violentos ou vidas puderem ser salvos por meio de uma abordagem distinta, uma única vida salva poderia — e deveria — ser vista como um resultado inadequado.

Notas

1 Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no Seminário de Pesquisa sobre Segurança Comunitária, promovido pela prefeitura de Toronto, Canadá, junho de 2004. A tradução é de Alejandro Reyes e a revisão de Eduardo Paes-Machado (UFBA), que agradecem o patrocínio da Fabamed, na pessoa de Maria Ruth Rocha, desta e de outras traduções.

Muitas das referências, e parte do texto deste trabalho, provêm

do serviço de informações “Criminological Highlights”, do Centro de Criminologia. Para mais informações sobre Highlights, ou para assinar, entrem em contato com Tom Finlay, Gerente, Criminology Library and Information Service, no e-mail: tom.finlay@utoronto.ca.

- 2 Ronald L. Simons, Chyi-In Wu, Kuei-Hsiu Lin, Leslie Gordon e Rand D. Conger, “A Cross-Cultural Examination of the Link between Corporal Punishment and Adolescent Antisocial Behaviour,” *Criminology*, vol. 38, 2000, p. 47-79.
- 3 A habilidade dos governos de controlar a mídia tem, sem dúvidas, diminuído depois do relatório da Comissão LaMarsh: *The Royal Commission on Violence in the Communication Industry* (7 volumes, Toronto: Governo de Ontário, 1977).
- 4 Ver a este respeito Jenkins (2004) e Cheryl Webster (2004).
- 5 Universidade de Maryland, Departamento de Criminologia e Justiça Criminal. *Preventing Crime: What Works, What Doesn't, What's Promising* (Washington, D.C.: Departamento de Justiça dos E.U., Gabinete dos Programas de Justiça, 1997).
- 6 Michael Tonry e David P. Farrington, “Strategic Approaches to Crime Prevention”. In Tonry and Farrington (eds.), *Crime and Justice: A Review of Research, Volume 19: Building A Safer Society—Strategic Approaches to Crime Prevention* (Chicago: University of Chicago Press, 1995).
- 7 Ronald V. Clarke, “Situational Crime Prevention”. In *ibid.*, p. 91.
- 8 Marcus Felson et al., “Redesigning Hell: Preventing Crime and Disorder at the Port Authority Bus Terminal”, In R. Clarke (ed.), *Preventing Mass Transit Crime* (New York: Criminal Justice Press Crime Prevention Studies, Volume 6, 1996).
- 9 Kate A. Painter e David P. Farrington, “Evaluating Situational Crime Prevention Using a Young People's Survey”, *British Journal of Criminology*, vol. 41, 2001, p. 266-284.
- 10 Vide Clarke, “Situational Crime Prevention”, p. 122-129.
- 11 José Savoie, *Homicide in Canada, 2002* [Ottawa: Juristat, 2003, 3 (8)]; Howard Snyder e Melissa Sickmund, *Juvenile Offenders and Victims: 1999 National Report* (Washington, D.C.: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, 1999). Note-se que a taxa canadense, por 100.000 jovens (12-17 anos), foi menos de 2, entre os anos de 1999 e 2002; mas, a média chegou a 2.09, entre 1992 e 2001. As taxas, nos Estados Unidos, referem-se ao intervalo dos 10 aos 17 anos, calculando-se que acontecem 8 “assassinatos” por 100.000 jovens nesta faixa etária. Considerando a probabilidade de uma pequena parte dos jovens assassinar entre de 10 a 11 anos, a taxa para a faixa de 12 a 17 anos é maior que 8.
- 12 Martin Daly, Margo Wilson e Shawn Vasdev, “Income Inequality and Homicide Rates in Canada and the United States”, *Canadian Journal of Criminology*, vol. 43, 2001, p. 219-236.
- 13 James DeFronzo e Lance Hannon, “Welfare Assistance Levels And Homicide Rates”, *Homicide Studies*, vol. 2, 1998, p. 31-45. Vide, dos mesmos autores, “Welfare and Property Crime”, *Justice Quarterly*, vol. 15, 1998, p. 273-287.

- 14 Mitchell B. Chamlin e John K. Cochran, "Social Altruism and Crime", *Criminology*, vol. 35, 1997, p. 203-227.
- 15 Robert J. Sampson, Stephen W. Raudenbush, e Felton Earls, "Neighbourhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy", *Science*, No. 277, agosto de 1997, p. 918-924.
- 16 Lorraine Green Mazerolle, Colleen Kadleck, e Jan Roehl, "Controlling Drug And Disorder Problems: The Role Of Place Managers", *Criminology*, vol 38, 1998, p. 371-403.
- 17 Wayne N. Welsh, "Effects of Student and School Factors on Five Measures of School Disorder", *Justice Quarterly*, vol. 18, 2001, p. 911-947; vide esp. p. 920.
- 18 *Ibid.*, p. 943.
- 19 *Ibid.*
- 20 Denise C. Gottfredson, "Chapter 3: School Effects", In Gottfredson, *Schools and Delinquency* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001), p. 90-91.
- 21 Jenkins (2004).
- 22 C. Smith, A.J. Lizotte, e T.P. Thornberry, "Resilient Youth: Identifying Factors That Prevent High-risk Youth From Engaging In Delinquency And Drug Use", *Current Perspectives on Aging and the Life Cycle*, vol. 4, 1995, p. 217-247.
- 23 Laurence Steinberg, "Youth violence: Do parents and families make a difference?", *National Institute of Justice Journal*, abril de 2000, p. 31-38; citação na p. 38.
- 24 Davids Olds, "Long-term Effects of Nurse Home Visitation on Children's Criminal and Antisocial Behaviour", *Journal of the American Medical Association*, vol. 280, 1998, p. 1238-1244.
- 25 Anthony Petrosino, Carolyn Turpin-Petrosino e John Buehler, "Scared Straight and Other Juvenile Awareness Programs for Preventing Juvenile Delinquency: A Systematic Review of the Randomized Experimental Evidence", *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 589, setembro de 2003, p. 41-62.

O HABITUS GUERRILHEIRO E AS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA (FARC-EP)

Há alguns anos, estou pesquisando as nuances da vida comunitária que se tece no interior das FARC-EP.¹ Sem dúvida, a primeira impressão que se pode tirar desse esforço é que as interações humanas nesse grupo são marcadas por fortes traços militares, os quais incidem na dinâmica emocional dos guerrilheiros. De fato, sabe-se que a manifestação dos sentimentos não é igual para todos os seres humanos. A exteriorização das emoções individuais depende da aprovação ou desaprovação dos outros. A linguagem emocional de cada pessoa está permeada pelas formas de expressões afetivas preestabelecidas pelo contexto social no qual se move. A definição dessas formas de expressão depende, em grande medida, da maneira como cada grupo humano percebe a vida.

Na guerrilha, a vida é concebida como força de resistência social, usada para lutar contra aqueles que são apontados como inimigos. Sua conservação dependerá do poder de ataque e de defesa desenvolvido por cada um de seus membros. Para estimular a capacidade de luta física, no meio do conflito armado colombiano, o grupo desenhou uma estrutura de vida em comum, regida por códigos de conduta que delimitam as possibilidades de expressão de pensamentos e sentimentos dos guer-

JESUS IZQUIERDO

RESUMO

Este artigo é uma tentativa de compreensão da formação do *habitus* guerreiro nos integrantes do movimento guerrilheiro colombiano, FARC-EP. A abordagem que o autor faz tem como foco a dinâmica da vida emocional dos homens e mulheres que integram esse movimento. Aproximando-se da incidência da força coercitiva de interdependências mútuas entre indivíduos e grupos rivais, de códigos disciplinares e princípios ideológicos de cunho revolucionário, o objetivo é perceber as formas peculiares que os guerrilheiros desenvolveram para lidar com seus sentimentos.

ABSTRACT

This article is an attempt to grasp the meaning of a warlike *habitus* buildup found within the ranks of the Colombian guerilla movement called FARC-EP. The author approaches the dynamics of the lives of men and women following an emotional framework that shape up that organization. The goal is to determine the incidence of a coercive drive found not only between individuals but also rival groups, with its system of rules and ideological principles of a revolutionary nature, in order to determine distinctive forms that the guerillas have developed to deal with their feelings.

* Graduado em Filosofia e Teologia, Mestre em Teologia Dogmática e Doutor em Sociologia. Bolsista do programa CDI/PRODOC da CAPES.

rilheiros. Com a aplicação desses códigos, o grupo pretende formar, em seus integrantes, uma estrutura humana treinada para desenvolver atividades militares, compatíveis com o espírito revolucionário que o norteia.

No desenrolar de ações militares, eventos como ferir, ser ferido ou, se for necessário, matar o opositor são vistos como fatos decorrentes da vida guerrilheira e não como algo extraordinário. Guerrilheiros não têm férias. Atividades de treinamento, planejamento ou execução de combates contra os inimigos fazem parte do seu cotidiano. E é na inércia desse cotidiano, que eles vão desenvolvendo um saber social, que aqui denomino de *habitus*² guerreiro, o qual os torna intolerantes com as pretensões individuais dos outros 'companheiros', implacáveis com as limitações próprias de sua condição humana, zelosos dos interesses coletivos e determinados no combate a tudo aquilo que possa ser considerado pelo

grupo como desprezível. Na guerrilha, revelar-se física ou emocionalmente como fraco significa correr o risco de ser estigmatizado e, posteriormente, desprezado pela coletividade, dado que o grupo prioriza aqueles que correspondem às suas exigências. As interações entre 'companheiros' são marcadas pela severidade no trato e pelo elevado controle emocio-

nal. Ali, não há margem para manifestações afetivas de delicadeza ou ternura. Assim, num período de tempo prolongado, manifestações de pensamentos, comportamentos e sentimentos adquirem os traços característicos de um tipo de vida comunitário de ordem eminentemente militar.

A observação empírica da vida humana nos ajuda a perceber que, embora os sentimentos estejam ligados à intimidade individual, a maneira como são manifestados denotam características próprias de um contexto social específico. Assim, a dinâmica dos sentimentos não pode ser vista como algo estritamente individual, nem como clarão de uma força coletiva, e sim como uma realidade individual e social.

A dinâmica emocional dos guerrilheiros não tem importância na experimentação de tal ou qual sentimento. A ênfase que o grupo dá a esse fato recai nas ações que cada um deles pode desencadear. Inserido no seio de uma vida comunitária regida por fortes traços militares, espera-se do guerrilheiro desapego à família e às coisas materiais, disposição e coragem para o confronto armado, obediência às normas e fidelidade à causa revolucionária. No processo de inserção na guerrilha, a formação do *'homem revolucionário'*, só será alcançada quando o indivíduo conseguir construir seu orgulho, seu amor-próprio e sua distinção social como integrante do grupo.

“A gente se prende a essas idéias”

Quais são os traços característicos do *habitus* guerreiro nos membros das FARC-EP? Para termos uma resposta, poderíamos partir da descrição da figura do comandante contida no Estatuto dessa organização. O texto afirma que o comandante deve:

Ter capacidade militar e dom de mando. Ter dois anos na fila desempenhando tarefas indicadas e haver observado boa conduta. Haver mostrado interesse por elevar o nível ideológico dos combatentes. Ter cumprido e defendido as determinações dos organismos superiores

das FARC-EP e haver-se destacado na obediência às normas disciplinares. Ser militante ativo da organização política. Saber orientar-se em situações difíceis, ser sereno, corajoso, reflexivo, respeitoso dos demais e modesto. Ter caráter revolucionário, elevada moral e estar dotado de honestidade exemplar. Haver manifestado profundo respeito pelos interesses da população civil, portar-se corretamente com ela e conquistar sua confiança. Saber ler e escrever.³

Pelas virtudes destacadas nesse texto, poderíamos concluir que o guerrilheiro é essencialmente um homem altruísta.

Ser altruísta é desvencilhar-se de qualquer ranço de egoísmo e se dispor a cuidar dos interesses de outrem; é colocar em primeiro lugar, na ordem das prioridades pessoais, o bem dos outros. A exaltação de valores cívicos, que transcendem o mero subjetivismo, é um recurso que reforça os vínculos de unidade em torno da causa revolucionária. Os líderes guerrilheiros apelam ao altruísmo para que a força desse sentimento suscite o apoio popular, evitando que suas propostas fiquem reduzidas a meras palavras.

Em seu discurso, os líderes guerrilheiros afirmam que suas lutas são feitas pela defesa da soberania nacional, pela execução de um processo de reforma agrária que solucione os problemas da população camponesa, por uma distribuição de renda mais eqüitativa, enfim, por uma série de objetivos de ordem eminentemente impessoal, que visa ao bem-estar do povo. Entretanto, na busca desses objetivos, via luta armada, o corpo dos guerrilheiros fica exposto às ações violentas dos inimigos e a vida de cada um deles é colocada em risco. Os combatentes precisam estar sempre motivados para terem a *'moral em alta'*. E é aí que o altruísmo alcança importância. Embora a dinâmica das emoções esteja ligada à ordem da intimidade pessoal, é preciso que socialmente se cultivem sentimentos que gerem disposições internas capazes de levar um indivíduo a

lutar por objetivos ligados a uma ordem impessoal. Mas, a mera motivação não basta. Para que ninguém desista de ser “*artífice da revolução*”, os líderes do movimento têm desenhado uma série de coerções. Algumas, evidentes, como o aparelho disciplinar, outras, sutis, como menções honrosas, promoções nas posições de poder dentro do grupo e discursos envolventes.

Dizia a ex-guerrilheira Dora:

*A gente se entrega absolutamente a essa estória da guerra [...], é incondicional com ela, cego, não lhe importa nada [...]. A gente se entrega com alegria, não sente que está renunciando a tudo, a formar uma família, a viver junto de um namorado, a estar perto da mãe [...]. A gente se prende a essas idéias.*⁴

Quando na gama das manifestações afetivas o altruísmo passa a ocupar o lugar preponderante na vida do guerrilheiro, o resultado mais imediato é que esse fato o poupa de dilemas e conflitos pessoais. Movido pela paixão pelo grupo, o guerrilheiro se dispõe a cuidar dos ideais revolucionários, sem sentir-se interiormente dividido pela interferência de outros sentimentos de ordem mais subjetiva, como o amor à família, o zelo pelo trabalho, o desejo de sucesso profissional ou a ambição de acumular capital.

Contudo, o amor à causa revolucionária, a entrega generosa às lutas populares e tantas outras moções com o mesmo teor altruísta não são o elo mais consistente para garantir vínculos duradouros. Lembrando seu ingresso na vida guerrilheira, um ex-combatente dizia para mim:

*(...) O dia que me entregaram a arma, me disseram que era para defender a pátria, para lutar pelos pobres, para que ninguém passe fome. Eu me emocionei. Quase que chorei. Mas, depois de algum tempo, comecei a sentir-me cansado de fazer todos os dias a mesma coisa. Sentia falta dos amigos e das coisas que gostava de fazer quando morava em minha casa.*⁵

Os sentimentos mudam. A emoção dos primórdios, com o passar do tempo, pode tornar-se tédio. Nada é mais volátil do que a afeição humana, e os líderes da guerrilha sabem disso. Nas trilhas da revolução, se o altruísmo – e outros sentimentos motivadores – perde sua força, as conseqüências poderão ser desastrosas para o grupo, porque a desmotivação individual afrouxa a unidade coletiva e mingu a furor combativo do grupo. O altruísmo manifesto na forma do amor, da amizade, do patriotismo ou do sentimento do dever social pode dar vida a importantes processos sociais. Mas, apostar em sua eficácia é arriscado, dado que ele está sujeito às vicissitudes da vida interior. Quando a intensidade do altruísmo diminui, e em virtude da unidade coletiva, torna-se necessário, para o grupo, estimular outros sentimentos que também favoreçam a vida coletiva. Nessa linha de pensamento, destaco, aqui, o valor sociológico da fidelidade.

Sabe-se que na guerrilha as interações entre seus membros se dão numa relação de dominação/submissão. O grupo tem planos estratégicos traçados em longo prazo e uma estrutura política e militar bem precisa para zelar pela concreção desses planos. O grupo é estável, correspondendo a cada novo combatente o dever de adaptar-se a ele. Nesse processo de adaptação, são desconsiderados planos, projetos e anseios pessoais da vida pregressa do indivíduo. A ruptura com o passado pessoal é inevitável. A vida em comum preestabelecida pelo grupo prevalecerá sobre as saudades do guerrilheiro, porque o ingresso de cada indivíduo é para dar continuidade ao processo revolucionário, e não para alterar seu curso. Em virtude do anterior, em mais de quarenta anos de existência, as FARC-EP têm conservado os traços organizacionais que as caracterizaram, desde suas origens.

Através da fidelidade, a instabilidade interior das pessoas cede espaço a uma participação mais firme e estável no tecido social guerrilheiro. Com uma estrutura de poder estável, objetivos definidos e códigos rígidos de conduta, esse grupo perdura e se afirma acima do ritmo subjetivo dos indivíduos que o integram. A vida emocional tem incontáveis mo-

dificações, oscilações e entrelaçamentos. Mas, a estabilidade do grupo não se vê afetada por isso, porque a fidelidade constitui-se na ponte, no meio de conciliação daquele dualismo essencial e profundo que se abre entre a pluralidade de sentimentos íntimos e a participação do indivíduo no tecido social. O guerrilheiro pode estar triste, com medo, inseguro, porém, a fidelidade o leva a obedecer à ordem dada pelo líder do grupo.

Quem entra na guerrilha sabe que seu ingresso é definitivo, que o futuro só pode ser pensado em função das possibilidades de vida que possa encontrar no grupo. Sabe, também, que não pode recuar nem pôr objeção a determinadas ordens, porque a disciplina grupal é inflexível e não tolera atos de desobediência. Se o desânimo abate é melhor não desistir. Perseverar e ser fiel é obrigação, porque na guerrilha a *deserção consciente* e a *desobediência* são consideradas faltas graves, que se punem severamente, quase sempre com fuzilamento. Assim, o valor sociológico da fidelidade se explicita naquele poder que leva o indivíduo a se manter unido ao grupo, mesmo depois de perceber que suas expectativas não foram satisfeitas e que, embora não concorde com as decisões dos líderes, seu dever é obedecer e manter-se leal ao grupo.

“Ódio para quem nos odeia”

Seja na defesa ou no ataque, não há dúvida de que os líderes guerrilheiros têm demonstrado extraordinária habilidade para estimular, nos combatentes, sentimentos adequados a diversas circunstâncias. Existe melhor estímulo para uma luta física que o fato de odiar o opositor? Mas, como um guerrilheiro pode odiar um empresário capitalista, um soldado das forças do Estado ou algum membro de um grupo paramilitar se, sequer, os conhece? O ódio ao qual me refiro não é pessoal; esse sentimento corresponde à esfera do social. De fato, o *‘ódio social’* é a rejeição de que padece um grupo ou um de seus membros porque suas ações atingem outro grupo que se revela como opositor. Tal rejeição não se justifica em razão de motivos pessoais, senão, na medida em que o outro representa uma ameaça para

a existência do grupo que se quer proteger. Sem dúvida, o *‘ódio social’* é um dos sentimentos que mais tem impelido os guerrilheiros a se resguardarem de grupos inimigos com firmeza e determinação. Odiar membros de grupos inimigos, não por razões pessoais, mas por significarem um perigo à existência da própria coletividade, tornou-se uma estratégia sociológica extraordinária de auto-afirmação guerrilheira. Na rede de interações entre grupos opostos, partindo do princípio de que o *‘ódio social’* é recíproco entre os contendores, o antagonismo entre eles se agrava, deflagrando as mútuas agressões e abrindo curso a uma sucessão de confrontos e embates sem um fim previsível.

O ódio aos grupos inimigos foi construído socialmente e cultivado no decorrer da vida guerrilheira, passando a ser um dos sentimentos que têm trazido mais resultados na dinâmica de configuração guerrilha/guerrilheiro. Ouvindo diversas experiências do processo de formação a que são submetidos os guerrilheiros, percebi que o desenvolvimento desse sentimento acontece, principalmente, pela influência de um conteúdo discursivo que reafirma duas realidades excludentes entre si. No primeiro momento, o acento recai sobre a razão de ser das lutas populares. Nele, o indivíduo é levado a olhar para seu grupo e reconhecer a grandeza das façanhas coletivas, a galhardia daqueles que foram seus membros e que legaram um exemplo de coragem e fidelidade à revolução. Exaltam-se a nobreza de suas lutas e a singularidade de sua coragem. No segundo momento, o grupo aponta aqueles que são considerados culpados pela estagnação política, econômica e cultural do povo colombiano e conclama a disposição de todos os seus membros para lutarem e para transformarem esse estado de dominação e de abuso de poder que impera no país. Dessa forma, reafirmando os valores da guerrilha e denunciando os atropelos das elites dominantes, é perceptível que a intenção dos argumentos é instigar sentimentos de aversão, de forma a que os guerrilheiros se sintam motivados a descarregar suas paixões e a reparar a burla feita pelos *‘opressores’* do país.

O *ódio social* se alimenta na medida em que se evidencia a culpa. Por isso, no discurso veemente dos líderes guerrilheiros, as iniciativas tomadas pelo governo sempre são vistas com desconfiança. Ao rejeitarem qualquer ato governamental, eles encontram mais suporte para argumentar a nova ordem que tentam instaurar pelo fragor das armas. Mas, para que isso seja possível, para que a máquina de guerra das FARC-EP avance na direção da tomada do poder do Estado, eles afirmam que é preciso suprimir os responsáveis pelo processo de pauperização do país. Acusam as elites de aplicar métodos cruéis de exploração e dominação social. E assim, à medida que afloram as acusações, no imaginário do guerrilheiro raso, os opositores da guerrilha vão adquirindo uma configuração humana com traços indecifráveis de perversidade. Nesse processo de construção, o opositor é desenhado como inimigo *'monstruoso'*, cuja imagem contrasta com a da guerrilha: um movimento de vanguarda, com potencial político e militar para deixar profundas marcas de renovação na história nacional.

A estrofe que se segue, integrante de um poema revolucionário, pode ser a síntese da visão que a guerrilha tem do inimigo. Eis o texto:

*Tu, um bravo da força brutal / Soldado militar / tu que és um Sansão / e queres acabar com aqueles que não o são / Tu que me fostes entregar / Sem nenhuma razão à autoridade / Se te acabaram esses dias de glória / Nos quais maltratavas pessoas inocentes / Agora estamos aqui, somos um povo armado / Que procuramos a justiça / Arrasando o malvado / Buscamos o bravo e aquele que nos ofendeu.*⁷

Sob essa percepção do opositor como um perigo, a guerrilha tenta ativar o *ódio social* em seus membros para que estes se disponham a combater aquele.

Tomado pelo ódio, o combatente mantém um sentimento de repulsa por aqueles que o grupo

aponta como seus inimigos. A rejeição por estes se exprime das mais diversas formas. Como exemplo disso pode-se destacar a maneira através da qual os guerrilheiros se referem aos seus opositores: *'abutre'*, *'urubu'*, *'piranha'*, *'praga'* e tantos outros adjetivos pejorativos. O fato de repudiar o inimigo afirma no guerrilheiro sua identidade revolucionária, reforça a autoconfiança em seu potencial bélico e lhe permite experimentar certo contentamento com sua condição de membro de um grupo de resistência social. Embora o *ódio social*, como todo sentimento, seja experimentado por um indivíduo concreto, uma vez disseminados seus efeitos nos guerrilheiros, este se torna um componente fundamental para articular estratégias e projetos que só beneficiam o grupo, passando a ser uma das formas, através das quais, a guerrilha tem conseguido manter em suas fileiras tantos homens e mulheres, dispostos a arriscar tudo pela causa revolucionária. Sem a implantação do ódio no coração do guerrilheiro, o conflito armado na Colômbia não teria a mesma vivacidade, nem os grupos manteriam a mesma relação de coerção mútua que os define, reafirma e vitaliza.

"Aqui está tudo bem"

O conhecimento de outrem, ainda que aconteça num ambiente livre de coerções, estará sempre limitado às revelações que o outro faça através do agir e do falar. Só podemos saber algo dos outros, na medida em que estes agem e falam. Dessa forma, o conhecimento que os guerrilheiros têm uns dos outros – baseado nas ações e falas mútuas – é extremamente limitado, se levarmos em conta que o uso da palavra é feito racionalmente e que suas ações nunca são totalmente individuais. Contudo, para encontrar apoio em outrem, o guerrilheiro não precisa conhecer profunda e totalmente o *'camarada'*, nem saber de seu passado, do que pensa ou do que sente, basta ter certeza de que ele pertence ao mesmo grupo.

Esse saber relativo do outro é extensivo também ao grupo. O conhecimento da dinâmica coletiva é condicionado ao lugar que o indivíduo ocupa na distribuição dos cargos de poder da organização. Aquilo que é de interesse comum, e que não com-

promete a integridade do grupo, é comentado e comunicado abertamente. No entanto, as ações militares que dão vida e conteúdo à existência coletiva, embora sejam de interesse comum, quase sempre ficam reservadas ao sigilo dos comandantes. Só eles conhecem os planos gerais dessas ações. A participação dos guerrilheiros rasos justifica-se pela força individual que aportam às ações combativas. Eles são informados com poucas horas de antecedência, e, em tom imperativo, são distribuídas as responsabilidades para executar tal ou qual operação. Induzidos a participar de uma determinada ação, não têm direito a contestação. Suas opiniões ou motivações são sempre dispensadas pelos comandantes.

Assim, na arte da guerra, a habilidade para lidar com o secreto contribui, sobremaneira, para alcançar o sucesso militar, dado que este depende da capacidade de atacar, de surpresa, graças ao encobrimento dos detalhes das ações. Os comandantes evitam que vazem informações como forma de impedir mudanças inconvenientes e surpresas desagradáveis, que coloquem em risco o almejado sucesso militar. É por isso que na guerrilha a informação estratégica sempre fica amparada pelo sigilo de poucos. Ainda que, por ocasião do seu ingresso, o indivíduo manifeste inteira disposição para entregar-se ao grupo, isso não basta para tornar-se totalmente confiável.

Sob o olhar das FARC-EP, tal como se lia no Estatuto, o guerrilheiro possui *caráter revolucionário, elevada moral e honestidade exemplar*. No entanto, no andamento da vida cotidiana, o tratamento disciplinar que o grupo dá a seus membros é rígido, porque a imagem do homem revolucionário, traçada no Estatuto, não é mais que uma aspiração ideal. Na prática, o guerrilheiro é visto como um homem volátil, no estado intermédio da entrega total que o grupo espera. Se o comprometimento com a causa revolucionária fosse pleno, não haveria de guardar segredos nem de ativar dispositivos disciplinares. Mas, apelar para tais artifícios é conveniente, porque em virtude da faculdade de pensar, que é tão própria

dos seres humanos, cada indivíduo é suspeito por excelência. Essa suspeita não pode ser evitada, até mesmo, pela conduta exemplar demonstrada no dia-a-dia da vida guerrilheira, dado que a capacidade de pensar implica também, ainda que hipoteticamente, a possibilidade de mudar de idéia. E é esse fato que dá sustento ao secreto e, conseqüentemente, que justifica a desconfiança espalhada nas interações sociais entre os guerrilheiros.

O processo de inserção na guerrilha é rápido. Desde o início o calouro participa de diversas atividades: treinamentos militares, cumprimento dos horários e execução de funções a ele encomendadas pelo chefe imediato. No fluxo incessante da rotina diária, a vida corre depressa, o tempo é curto e o controle das mais diversas atividades absorve a atenção e o cuidado dos comandantes. Quando ingressa um novo integrante, as possibilidades de inquérito sobre sua vida pregressa são escassas; e, também, apurar a veracidade dos dados fornecidos se torna inviável. O perigo está em que membros de grupos inimigos se infiltrem na guerrilha. Para evitar riscos, a falta de confirmação das informações prestadas é suprida pela suspeita generalizada.

A suspeita que caracteriza a vida em comum encontra seu fundamento na hipótese de possíveis traições, delações que possam colocar em risco a estabilidade e o futuro do grupo.⁸ A desconfiança, como atributo pessoal, é desenvolvida pelo guerrilheiro, quase sempre, por coação do líder. Dialogando com alguns guerrilheiros, era comum ouvi-los afirmar que, depois do ingresso, o comandante os chamava para indagá-los sobre sua vida pessoal e orientá-los sobre a forma de se relacionar com os outros ‘*companheiros*’. Ele pedia que quando entrassem em contato tivessem cuidadosa discrição, isto é, que ao falarem sobre si próprios, preservassem detalhes de sua vida pessoal e dissessem estritamente o necessário, porque – segundo os comandantes – nunca se sabe, ‘*realmente*’, com quem se está tratando.

Orientado a guardar segredos, o guerrilheiro

tem como desafio lidar com a incessante interação social, na estreita relação a que é submetido na vida cotidiana. A distribuição dos espaços nos acampamentos guerrilheiros ocasiona contato físico constante. A divisão do trabalho impede que os combatentes assumam atitudes de indiferença mútua. No cerco comunitário, passar despercebido se torna impossível. Assim, obrigado a se comunicar com reserva, o guerrilheiro passa a agir de forma racional, calculada e metódica, perante os demais membros do grupo.

Expor abertamente a intimidade, dividir pensamentos e/ou sentimentos, de maneira espontânea com os companheiros de luta, significa tornar-se vulnerável e correr o sério risco de suscitar desconfiança nos outros. Por exemplo, o guerrilheiro não pode dizer que está triste ou desmotivado. Na guerrilha, chama-se *desmoralização insuperável* aquele estado de tristeza profunda e de falta de motivação para atender às exigências militares. Para o grupo, quem entra nesse estado ou dá sinais dele está manifestando os sintomas de uma possível *deserção consciente*. Como dizia para mim um guerrilheiro,

No começo, ficava meio pensativo, cabisbaixo... Aí o pessoal começou a zombar de mim. Um dia o comandante me pegou para conversar. Fez para mim um monte de perguntas. No final me olhou sério e me disse que tivesse cuidado com o que pensava fazer. Depois, um companheiro me falou que quando o pessoal fica triste é porque quer ir embora e que, talvez, ele pensasse que eu quisesse fugir. Eu levei o maior susto, porque não esperam que a gente vá embora. Eles matam antes. Depois disso, mesmo que ficasse triste, eu tentava mostrar para os outros que comigo estava tudo bem.

Depoimentos como este nos permitem ver como a desconfiança se torna um meio eficaz de coerção social.

Chorar, ficar triste, reclamar da vida e tantas outras manifestações emocionais que denotem fragilidade são vistas como inadequadas para um guerrilheiro.

Sem medo para lutar

A vida do guerrilheiro não foge à regra da condição humana. Para ele, os indivíduos que o rodeiam representam o seu universo social, a sua realidade objetiva. Na ordem das relações sociais, eles ocupam o lugar do imediato. Sendo assim, não é de surpreender que, para construir seu universo interior de representações, o guerrilheiro se condicione aos limites colocados pelo grupo, à dinâmica das interdependências e a tudo aquilo que decorre da mera existência dos outros.

As representações do guerrilheiro são elaboradas a partir da experiência da vida em comum. Elas se tornam subsídio para organizar e fazer compreensível, a si mesmo, aquilo que acontece em sua vida interior. Se observarmos o procedimento do grupo, não será difícil entendermos o porquê das ações e a singularidade das formas de manifestar pensamentos e sentimentos do guerrilheiro. Pode ser que nossa percepção imediata capte indivíduos independentes, que agem com autonomia; mas, partindo de uma análise mais aprofundada, poderemos perceber que em cada indivíduo se manifestam os traços característicos do grupo, assim como no grupo, de alguma maneira, os traços guerreiros do indivíduo se refletem.

Nada melhor para evidenciar os efeitos da simbiose do indivíduo com seu grupo do que a forma desenvolvida pelos guerrilheiros para administrar o sentimento de medo. No mundo da guerra, a administração dos medos humanos tem significativa importância, pois dela depende o nível de poder que o grupo exerce sobre seus membros bem como sobre seus inimigos. Os guerrilheiros temem os castigos do grupo e os inimigos temem os ataques militares dos guerrilheiros. Assim, é compreensível que a administração dos medos humanos seja uma das mais importantes fontes de poder sobre as pessoas.

A depender das circunstâncias, varia a forma como o grupo coage o guerrilheiro para lidar com o medo. Nos embates, espera-se um guerrilheiro disposto para a luta e desprovido de perturbações emocionais que comprometam seu desempenho. Frente ao inimigo, o medo inibe a coragem. Embora seja o indivíduo que experimente tais sentimentos no âmbito de sua intimidade, o grupo, mediante o uso de diversas práticas coercitivas, não poupa esforços para instigá-lo a vencer as limitações decorrentes do medo. Foi isso o que aconteceu com Adriana, nos começos de sua vida guerrilheira:

Tive um combate sete semanas depois do meu ingresso. Eu estava muito assustada. O ataque era contra os “paras” [paramilitares]. Matamos uns sete. Eles mataram um dos nossos. Tínhamos que beber do seu sangue para vencer o medo. Tinham que fazê-lo somente os mais assustados, e eu era a mais assustada de todos, porque era a mais nova.⁹

É possível que casos como este sejam eventuais; mas, na vida cotidiana dos guerrilheiros, o grupo faz uso de diversos mecanismos coercitivos que, embora menos drásticos, procuram o mesmo objetivo. Piadas, expressões irônicas, apelidos e qualquer tipo de zombaria reforçam o cerco do grupo ao indivíduo, acuando-o para que lide com seus medos, para que lute como se eles não existissem. Não se trata de exorcizar os medos; o que interessa ao grupo é que estes não sejam obstáculo à disposição combativa do guerrilheiro. O indivíduo pode sentir-se fraco, mas o grupo deve mostrar força; e, sobre esse ideal de força, é que a guerrilha quer construir sua autoimagem coletiva.

A arte pode nos ajudar a mergulhar na percepção dessa realidade. Numa música alusiva ao movimento, podemos captar a auto-imagem das FARC-EP como força combativa. A música diz assim: “Desde criança me perseguem / Mas não me podem matar / Me sinto muito orgulhoso / De ser um guerrilheiro das FARC / Pegar meu fuzil em mão / Essa foi minha conclusão / Gritemos todos irmãos / Viva a revolução”.

Em cada expressão está plasmada a representação que o grupo faz de seus membros. O imperativo coletivo é ‘*não ter medo*’. Para o grupo, o guerrilheiro é, essencialmente, um combatente destemido, que encontra prazer em lutar e que faz do risco sua principal distração. Apaixonado por sua pátria, movido por um sentimento nacionalista, os ideais revolucionários são, para ele, o elixir miraculoso que conforta e justifica qualquer empreitada.

No ato de encarar os desafios da guerra revolucionária, o medo joga um papel importante. Suscitar medo no guerrilheiro pode ser a melhor maneira de ativar seus mais profundos instintos de sobrevivência. Nessa perspectiva, os comandantes colocam em destaque a vulnerabilidade da existência humana. Quase todos os guerrilheiros entrevistados lembravam que nos momentos de formação, o líder dava ênfase à capacidade de destruição que têm os inimigos da guerrilha. Mediante a eloquência de um discurso bélico, aparentemente baseado em dados reais, ele reforçava o sentimento de medo, a ponto de levar o guerrilheiro a prestar o máximo de atenção em cada ação realizada. Para eles, o cuidado excessivo na execução das tarefas rotineiras é o segredo para anular qualquer margem de possibilidade de se tornar vítima dos ataques inimigos.

Há também um outro discurso que tenta minuar o medo para provocar o efeito inverso. Antes de entrar em combate, o líder reúne os membros do grupo e, com palavras inflamadas, tenta inebriá-los de coragem, enaltecendo a bravura de cada combatente. Para entrar no campo de batalha, é necessário que todos se sintam heróis absolutos, valentes guerreiros, verdadeiros soldados do Exército Popular que luta para realizar sua missão histórica: a de derrotar a exclusão social no país. A exaltação da coragem e da capacidade de combate pode produzir equilíbrio interior e um sentimento ideal de poder que dá sustento à vontade de luta e antecipa a sensação de vitória.

As saudades do guerreiro

Lembrando-se dos seus primeiros dias na guerrilha, Rosa Flor falou para mim:

Quando cheguei ao acampamento, não fazia outra coisa senão chorar. Chorava muito. Um cara se aproximou de mim e me disse: ‘meninos não choram’. Fiquei com raiva e falei para ele: ‘eu não sou menino’. Sentia-me muito mal. Não parava de pensar em minha mãe e na aflição que ela deveria estar passando porque eu não voltei mais para casa.¹⁰

No começo da pesquisa de campo, a primeira impressão que ficou, para mim, foi a de que a guerra faz dos guerrilheiros pessoas extremamente racionais, introvertidas, pouco sociáveis, afetivamente menos calorosas e muito desconfiadas. A rejeição da tristeza de Rosa Flor por parte de seu companheiro poderia confirmar essa impressão. No entanto, na medida em que consegui estabelecer um contato mais próximo, pude percebê-los como seres sensíveis, ávidos de afeto e carentes de relações humanas.

Em conseqüência do rigor das normas, as relações sociais no mundo guerrilheiro parecem perder seu brilho. Cada combatente convive com estranhos, e esse fato é inevitável: para cada um deles, o grupo é seu único referencial de convivência humana, dado que todos os vínculos sociais preexistentes à inserção no grupo foram quebrados. Embora não exista uma proibição geral manifesta, só se permite estabelecer contato com a família sob a permissão do chefe imediato. Contudo, quando indagados sobre as visitas familiares, quase todos os entrevistados afirmaram que, depois do ingresso na guerrilha, nunca mais retornaram às suas casas nem conseguiram manter qualquer tipo de comunicação.

O fato de regular os vínculos afetivos externos tornou-se um instrumento eficaz para favorecer a coesão interna do grupo. Omar, um jovem guerrilheiro, afirmou: “Nunca tive permissão para ver minha mãe. Ela morava perto, a um dia do acampamento. Todo dia pedia permissão. Não me deram razão. Somente diziam: ‘melhor esquecer tua mãe’. Sentia-me muito mal porque é o ser mais querido que a gente tem”.¹¹ O que interessa aqui é observar as conseqüências de ordem emocional que resultam

da separação do combatente de sua família. Além de oferecer maiores garantias de segurança e proteção para o grupo, romper com os vínculos afetivos familiares e/ou sociais alheios à guerrilha contribui, significativamente, para desencadear um processo de interdependência mútua entre os membros do grupo.

Sem opções de escolha, é com os companheiros que integram o grupo que os guerrilheiros dividem as tarefas, assumem compromissos, partilham alegrias e tristezas e tecem novos relacionamentos, sejam eles conjugais ou de amizade. Estreitados no dia-a-dia do conflito armado, os vínculos afetivos dos guerrilheiros têm no contato físico a medida de sua durabilidade. A vontade individual não conta no momento de cultivar as amizades; ela fica sujeita à força das circunstâncias, à duração da permanência dos envolvidos no grupo que os congrega. Embora a organização prevaleça, as unidades pequenas que tecem sua base são mutantes. Elas se alteram, entre outras causas, pelos constantes deslocamentos, pela periódica reestruturação interna, pelas deserções ocasionais e pela súbita morte nos combates.

O cultivo de relações amorosas no contexto da guerra sempre terá percalços. A primeira dificuldade com a qual os amantes terão que aprender a lidar são as normas do grupo. De fato, assim como todas as suas manifestações vitais, a vida afetiva e sexual do guerrilheiro é submetida às exigências das normas. Em grupos como a guerrilha, integrados por homens e mulheres que vivem nas mesmas condições e repartem entre si as tarefas da vida em comum e habitam o mesmo espaço, para manter a ordem e a disciplina será necessário que se apliquem severas medidas de aproximação e de distanciamento entre as pessoas. A rigidez dos horários, a divisão de funções, a primazia do coletivo sobre o individual, entre outras características dessa vida em comum, tornam-se, para os guerrilheiros, coerções que regulam as interações mútuas.

Os vínculos afetivos estão subjugados aos interesses da organização, tal como afirma o comandante Lucero:

(...) *As relações conjugais aqui não dependem do casal. O casal está em função das tarefas do movimento. Se, no movimento, as tarefas requerem separar um casal estável, ou um casal que esteja começando, eles serão separados. Enquanto contribua ao processo, o movimento faz o possível para que estejam juntos.*¹²

Embora não exista uma norma explícita que anule o livre-arbítrio para conduzir uma relação amorosa, no campo afetivo, as margens de autonomia individual dos guerrilheiros são bastante restritas.

Os integrantes da guerrilha são predominantemente masculinos e essa disparidade numérica entre homens e mulheres cria dificuldades no momento de estabelecer vínculos afetivos. Nesse contexto, rituais de sedução cedem espaço à abordagem direta e pouco afetuosa. Afirmava uma guerrilheira:

*Ali [na guerrilha] não existem namorados; ali, os homens de vez agarram a gente de amante, não esperam nada. Eu estava muito preocupada com isso, e comentei que não queria estar com ele pelo que me estava acontecendo, que fôssemos simplesmente namorados, e ele ria de mim: 'que namorados, se aqui não existem namorados?'*¹³

A abordagem da intimidade sexual priva, em muitos casos, a participação na relação de outras manifestações pessoais, como a ternura e a afeição. Essa abordagem de caráter mais físico do que afetivo exige a intervenção do grupo, o qual regula a frequência e a maneira a partir da qual devem ser vivenciados os encontros dos amantes.

Embora haja regulação sobre certos aspectos da vida comunitária, na guerrilha não há normas explícitas para determinar os comportamentos sexuais de seus membros. Na aparência, o exercício da sexualidade é totalmente liberado. Porém, o grupo,

através de normas implícitas, cerca-o de cuidados, induzindo o guerrilheiro a exercer sua sexualidade sob o domínio de novos padrões de comportamento, os quais diferem em muito daqueles adquiridos pela experiência familiar e social anterior. Desde o início, o guerrilheiro percebe que o autocontrole emocional deve ser compatível com sua nova condição e com o modelo da vida guerrilheira em comum. Cedo, ele aprende que da submissão radical às normas depende a possibilidade de estabelecer um relacionamento. A depender das carências afetivas, o guerreiro aguça o nível de controle de seus instintos e, na rotina cotidiana, ele assume o desafio de racionalizar a necessidade de amar e de sentir-se amado.

A disciplinarização da vida cotidiana dá um matiz de racionalidade à condução das relações amorosas. As normas interferem claramente no exercício da sexualidade, e o ápice dessa interferência se expressa na eliminação drástica da fecundidade feminina. Embora não se estipule nas normas, é prática freqüente na guerrilha obrigar as mulheres, mesmo as que não possuem companheiro sexual, a usar algum método contraceptivo¹⁴. O objetivo dessa medida implícita é controlar a natalidade. Mas, isso não significa dizer que a maternidade seja negada à mulher guerrilheira. Pelo contrário, a maternidade é exaltada como um dos maiores valores do universo feminino. Na guerrilha, a maternidade adquire um sentido mais 'sublime', o qual transcende a mera dimensão biológica. A mulher guerrilheira é convidada a ser mãe, mas mãe dos homens e mulheres da 'nova Colômbia', gerada por ela na abnegação e entrega corajosa à causa revolucionária.

Em um cartão postal divulgado pelas FARC-EP, por ocasião do *dia das mães*, em 09 de maio de 2004, lê-se:

*Mães na luta pelos filhos do seu povo
/ Mães da liberdade que levam o fuzil
no ombro / E o futuro no colo / Mães
da liberdade que com sua ternura vêm
arando a paz.*

É essa dimensão 'simbólica' da maternidade que a mulher guerrilheira é convidada a viver. Nas

FARC-EP, quase a totalidade das mulheres combatentes é de origem camponesa. Embora a maternidade biológica, no imaginário da mulher camponesa colombiana, seja o bem mais almejado, na guerrilha a possibilidade de engravidar e cuidar de filhos é algo racionalmente preterido. A causa para isso é simples: no mundo da guerra, não há condições adequadas para viver com segurança o período de gravidez; não há condições práticas para cuidar de bebês, e crianças de colo estorvam a vida de quem está sempre em campanha militar.

Além da impossibilidade de ter filhos, os guerrilheiros também abdicam de projetos futuros de vida conjugal. Mesmo assim, eles não se conformam a viver sem companhia. Embora saibam que na guerra o amor tem “prazo de validade,” ninguém desiste da esperança de viver um relacionamento, de ter a companhia de outrem para dar sentido aos dias que, sem amor, parecem não passar. Quando perguntei a Rosa Flor o porquê de sua deserção da guerrilha, ela foi precisa em sua resposta:

Passei dois anos, quatro meses e cinco dias na guerrilha. Tive dois namorados. Um foi transferido e nunca mais o vi. O outro, de quem eu mais gostava, dizem que foi morto pelo Exército. Nos últimos meses fiquei sem ninguém, me sentia sozinha e uma vida assim não tem jeito.

Escutando histórias como esta, percebi que no mundo da guerra o amor pode brilhar com todo o seu fulgor e levar quem se sente amado, a enxergar a vida com outros olhos. No meio da rotina, o amor é quase um ato mágico; ele preenche os vazios e quebra a monotonia de uma vida gasta na execução de tarefas militares.

Para os guerrilheiros, o mundo se reduz às lutas revolucionárias. Assim, o confinamento ao grupo como o único espaço de interação social, os torna mais vulneráveis e expectantes diante da possibilidade de iniciar algum tipo de relacionamento afetivo. Contudo, no campo de guerra o amor também tem

seus limites. Em verdade, o conhecimento mútuo, que sustenta e dá sentido a uma relação, encontra seu fundamento na ação recíproca de unidade ou de distanciamento entre as pessoas envolvidas. Mas, dado que o segredo é um traço característico dos guerrilheiros, a representação que os parceiros formam um do outro será sempre parcial, porque ainda que o indivíduo comunique sentimentos e pensamentos nos colóquios íntimos, nunca o fará sem reservas, sem uma dose de dissimulo. Assim, mesmo que a expectativa dos envolvidos seja usufruir as mais diversas manifestações de amor, o comando das relações afetivas na guerrilha será, na maioria dos casos, competência da razão.

Se a unidade procurada pelos amantes é, quase sempre, uma utopia, não sucede o mesmo com a construção e vivência de vínculos estreitos de amizade entre combatentes. Ainda que estas sejam construídas no emaranhado de revelações autênticas e de segredos, seu mérito radica na forma sob a qual são vividas. Mesmo que reservem para si uma boa parcela de sua individualidade, pela maneira como se entrelaçam os vínculos, as amizades dos guerrilheiros têm matizes bastante específicos. Os vínculos dos amigos se fortalecem na solidariedade que exige a divisão de funções, na comunhão de impressões das lutas revolucionárias; na celebração dos diversos acontecimentos que marcam essa vida em comum; nas circunstâncias de proximidade e na experiência partilhada da latente ameaça de separação.

Embora ocasional e, às vezes, sem muita intensidade, o amor pelos amigos é um sentimento que pode fortalecer a unidade do grupo e estimular a permanência dos indivíduos nas fileiras da guerrilha. A lembrança dos momentos vividos com os compaheiros, para muitos guerrilheiros, torna-se a marca que dá sentido e distinção a fragmentos de sua existência nos tempos de guerra. É isso o que afirma a ex-guerrilheira Dora Margarita:

O mais duro da guerra é a morte, a perda dos companheiros. São dores que se vão acumulando. Enquanto se está

*na luta, a gente não é consciente delas. Mas quando pára, nos devora a dor de cada morto, de todos os mortos. E o que mais dói é que na vida clandestina devem ser ocultadas as dores, porque são produzidas por mortos estigmatizados. E essa ocultação faz com que as feridas nunca saiam. As dores ficam, elas se eternizam.*¹⁵

A perda dos amigos dói porque, para o guerrilheiro, mesmo que seja provisoriamente, de alguma maneira cada amigo preenche o vazio afetivo deixado pela ausência da família e pela ruptura dos elos com a vida social de tempos pretéritos. A memória dos mortos encarna as saudades do guerreiro. A lembrança de momentos vividos reforça, em sua consciência, as marcas de uma profunda contradição: enquanto seu corpo perambula, se desloca em diversas direções, seu coração encontra-se num lugar fixo, num espaço exato, povoado por gente sedentária, que não sai do lugar. É junto da família que o *camarada* quer estar; é para lá que ele quer voltar. *Quando sair daqui, para onde você gostaria de ir?* - perguntei aos guerrilheiros com os quais falei. A resposta foi iterativa: “eu gostaria de morar perto da minha mãe, junto da minha família...”

Enquanto chega a hora de voltar para casa, a solidão emerge como um sentimento coletivamente partilhado. Embora seja uma experiência comum à condição humana, a solidão é intensa e bastante sentida no micro cosmo social guerrilheiro. A solidão do guerrilheiro não se refere à ausência ou à carência de relações sociais; ele a experimenta com o sentimento de estar interiormente só, de perceber que, embora rodeado de muitas pessoas, na maioria dos casos, ninguém possui significado afetivo para ele. Dessa forma, os outros podem fugir, abandoná-lo, traí-lo ou até deixar de existir que ele não vai sentir a falta, pois não há nenhum elo emocional que garanta unidade estável entre os combatentes. É na companhia dos outros que a solidão do guerrilheiro se manifesta mais nitidamente.

Notas

- 1 As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) nasceram na região camponesa de Marquetalia, como um movimento de resistência popular, em 27 de maio de 1964. Esse grupo guerrilheiro começou com 48 combatentes e hoje conta com mais de 16 mil membros.
- 2 *Habitus* é uma noção antiga, usada originariamente, no pensamento aristotélico, sob o nome de *hexis*. Aparece na época medieval, na *Summa Theologiae* de Tomás de Aquino, traduzido no latim como *habitus* (participio passado do verbo *habere* que designa ter ou possuir). O conceito de *habitus* tem sido usado em trabalhos de diversos autores, mas, foi Pierre Bourdieu, na década de 1960, quem o definiu com maior precisão, na tentativa de forjar uma teoria que permitisse desconstruir a oposição entre objetivismo e subjetivismo. Para Bourdieu, mediante o uso do conceito de *habitus*, é possível perceber o modo como a sociedade se explicita, nas pessoas, sob a forma de disposições duráveis ou capacidades treinadas que levam o indivíduo a pensar, sentir e agir de um modo determinado ou, em algumas circunstâncias, a agir em suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações de seu meio social existente. Para se ter uma noção mais precisa do conceito de *habitus* no pensamento de Bourdieu, pode-se ler *Esboço de uma teoria da prática*. Precedido de três estudos de etnologia Kabila. Oeiras: Celta, 1972.
- 3 Estatuto das FARC-EP, capítulo III, artigo 6º.
- 4 LARA, 2001: 37.
- 5 Alguns depoimentos apresentados aos quais resultaram de 27 visitas realizadas em cadeias públicas nos sul da Colômbia, entre janeiro de 2003 e dezembro de 2004. Nas visitas, tive oportunidade de dialogar com mais de uma centena de guerrilheiros que se encontravam na condição de presos.
- 6 SIMMEL (1977: 289-296), analisando as interações entre católicos e luteranos, ou entre castas indianas e colonizadores ingleses, afirma que graças à mediação do ‘ódio social’ muitos grupos reafirmam sua identidade e, conseqüentemente, estabelecem suas diferenças com grupos circundantes. A participação do ódio social dá vida e colorido a relações que, sem o estado de tensão que esse sentimento gera, não poderiam existir. Nesse mesmo linha de pensamento, considero oportuno ler *L’Agressivité* no livro de FREUND, 1982: 131-142.
- 7 Tomado do Cântico “Soldado Brabucon”, da Frente Guerrilheira Comuner del Sur, em fita cassete divulgada sob o título *Busqueda*.
- 8 Em comunicado do Exército Nacional, veiculado pela imprensa em 17 de janeiro de 2000, e, a partir do depoimento de 53 guerrilheiros desertores das FARC-EP, em 1999 foram assassinados 300 guerrilheiros como resultado de uma faxina interna, ocasionada pela suspeita de que as vítimas poderiam se tornar futuros delatores. Informações como essa são veiculadas freqüentemente pela mídia. Contudo, a faxina mais notória foi a que

aconteceu em começos de 1986 em Tacueyo. Javier Delgado, comandante do grupo guerrilheiro que operava na região, chamou a imprensa para informar que tinha executado 158 “infiltrados” do Exército. Para dar mais veracidade a essa informação, apresentou seis homens para serem executados perante os jornalistas convocados. O comandante Delgado afirmou: “Fico orgulhoso de ser o chefe de uma organização que tem executado 158 assassinos do nosso povo”. E concluiu suas declarações, dizendo: “Estou cansado de matar tanto filho da puta” (Ramirez/Restrepo, 1998:246). A justiça estatal, depois de ter investigado o caso, concluiu que a causada suspeita era simplesmente a coincidência dos jovens assassinados usarem um escapulário, o que se explica pelo fato de que todos eram camponeses do Departamento del Valle, região de fortes manifestações de religiosidade católica popular.

- 9 Em Human Rights Watch, 2004: 122.
- 10 Rosa Flor desertou da guerrilha, em outubro de 2002, e foi entrevistada por mim em 16 de janeiro de 2003, sob custódia militar, no Batalhão do Exército Nacional de Ipiales.
- 11 Idem, 2004: 84.
- 12 Em FERRO / URIBE, 2002:71.
- 13 GONZALES, 2002: 36.
- 14 Rosa Flor afirmou que conheceu garotas que ingressaram na guerrilha com doze anos de idade e, mesmo sem ter companheiro sexual, foram obrigadas a usar métodos contraceptivos. Segundo ela, os mais usados são as injeções, comprimidos e, principalmente, o DIU (Dispositivo Intra Uterino). Essa informação foi confirmada em depoimentos de outros guerrilheiros entrevistados. Também a justiça estatal verificou esse fato depois do ataque militar, denominado ‘Operação Berlin’l, liderado pelo Exército contra um grupo guerrilheiro que trafegava pelo oriente colombiano, em dezembro de 2000. Nanecropsia, constatou-se que, das 11 mulheres assassinadas – todas eram menores de 18 anos – 09 usavam o DIU.
- 15 LARA, 2001: 70.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre (1972). Esboço de uma teoria da prática. Precedido de três estudos de etnologia Kabila. Oeiras: Celta.
- ESTATUTO DE LAS FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA – EJERCITO DEL PUEBLO (1993). Texto sem mais dados sobre sua edição.
- FERRO, Juan Guillermo e URIBE, Graciela (2002). El orden en la guerra. Las Farc-Ep: Entre la organización y la política. Bogotá: Centro Editorial Javeriano.
- FRENTE GUERRILHEIRA COMUNEROS DEL SUR (sem data de publicação). Fita cassete intitulada “Busqueda”.
- FREUND, Julient (1983). Sociologie du Conflit. Paris: Presses Universitaires de France.
- HUMAN RIGHTS WATCH (2004), Aprenderás a no llorar: Niños combatientes en Colômbia. Bogotá: Impresión Editorial Gente Nueva.
- GONZALES U, Guillermo (2002). Los niños de la guerra. Bogotá: Editorial Planeta.
- LARA, Patricia (2001). Las mujeres en la guerra. Bogotá: Editorial Planeta.
- SIMMEL, Georg (1977). Sociologia I. Madrid: Biblioteca de la Revista de Occidente.
- GUEBARA, Ernesto. “Discurso” (16 de abril de 1967). Revista Tricontinental, Suplemento especial. Habana.

MATADORES DE ALUGUEL: CÓDIGOS E MEDIAÇÕES. NA ROTA DE UMA PESQUISA¹

Introdução

Analiso, aqui, um personagem da sociedade brasileira, originário do espaço social agrário e da região Nordeste, privilegiando os códigos sociais de honra e vingança. Este tipo, em parte lendário, vem sendo, a partir dos últimos 30 anos do século passado, nomeado e definido de diferentes maneiras através de diversas fontes. Deixa de ser personagem de lenda, e passa a ser um ator das cenas violentas da sociedade contemporânea.

A imprensa, o Congresso Nacional e as novelas de televisão estampam, analisam e retratam essa figura, misto de real e imaginário. Alguns dos principais romancistas brasileiros já nos brindaram com histórias de pistoleiros. Nesses romances aparecem “jovens fugitivos da justiça” que ganham a “proteção” e a “confiança” de famosos coronéis, colocando em cena, mandantes e pistoleiros. Jorge Amado, em seu romance *Tocaia Grande*, fala de jagunços, bandidos, clavineiteiros e capangas que trabalhavam nos “entreveros mortais” que dividiam os “poderosos senhores”:

CÉSAR BARREIRA*

RESUMO

Este estudo tem como tema central analisar o matador de aluguel ou pistoleiro, personagem da sociedade brasileira, originário do espaço social agrário e da região Nordeste, privilegiando a compreensão dos códigos sociais de honra e vingança. O personagem que será trabalhado nesse artigo é o “braço armado”, o “autor material” dos crimes de mando, de crimes “de encomenda”, e, ou dos crimes de pistolagem. Nas últimas décadas os “crimes de pistolagem” deixam de ser um fenômeno, eminentemente rural, passando a ocupar espaços no cenário urbano. Um aspecto importante, é que não existe uma única conduta dos pistoleiros (matam os seus desafetos e os desafetos de outrem), como também, não existe uma única explicação para as suas ações delituosas. Neste sentido, se estes aspectos dificultam conclusões apressadas e formais, por outro lado, colocam o fenômeno dentro de uma complexa e rica rede de valores sociais.

ABSTRACT

This work focus on an analysis of the hired killer or gunman, a personality within Brazilian society who has his origin in the agrarian social environment and the Northeastern region, highlighting how one perceives social codes of honor and vengeance. The character that is shown in this article is the “far-reaching arm”, the “front-line author” of power-inspired crimes, contracted crimes or gunman’s crimes. In the last decades, gunmen have lost their distinctive phenomenological trait by leaving their rural environment and establishing themselves in the urban scenario. One important aspect related to hired killers is that there isn’t just one trait that explains their behavior (they kill theirs and others’ enemies alike), as there isn’t a single explanation for their unlawful activities. Thus, if those particularities do not help one reaching hasty formal conclusions on the one hand, on the other hand they set up the phenomenon within a complex and rich network of social values.

* Professor titular de Sociologia e Coordenador do Laboratório de Estudos da Violência, da Universidade Federal do Ceará; pesquisador do CNPq.

Bom de mira, Dalvino passava por autor de um sem-número de mortes em tocaias armadas por conta de mandantes diversos. Quando o Coronel Dalton bateu as botas, consumido pela febre, a que matava até macacos, Dalvino se transformou em franco atirador, alugando repetição e pontaria a quem lhe propusesse trabalho e pagamentos (AMADO, 1984, p. 479).

O personagem trabalhado neste artigo é o pistoleiro, o “braço armado”, o “autor material” dos crimes de mando, dos crimes “de encomenda”, e/ou crimes de pistolagem. Nesses crimes, existe a figura do mandante, ou autor intelectual, que os subvenciona. O pistoleiro, que executa a ação, e o mandante, que comanda a ação, constituem as peças-chave e definidoras do “crime de pistolagem”. São figuras interligadas, faces de uma mesma moeda que ocupam posições diferentes na escala social e no desfecho do crime. O pistoleiro é peça de uma complexa engrenagem denominada de “sistema de pistolagem”.

Na década de 80 do século passado, ganharam destaque nacional e mesmo internacional, os assassinatos de

Chico Mendes, líder dos camponeses do estado do Acre, de Margarida Alves, líder camponesa do estado da Paraíba, e do Padre Josimo Tavares, religioso que trabalhava junto aos camponeses do estado do Maranhão. Todas estas mortes foram praticadas por pistoleiros, a mando de grandes proprietários rurais.

O meu primeiro desafio foi o de entender a pistolagem no interior dos conflitos agrários. Iniciei, então, a pesquisa através do material divulgado na imprensa sobre essa problemática. A pesquisa nos trouxe surpresas. Uma foi que os crimes de mando tinham uma forte incidência em assassinatos no interior do campo político.

As primeiras incursões pelos jornais levaram a concluir que os crimes de pistolagem estão geralmente ligados a duas grandes vertentes: o voto, que materializa a reprodução do mando político; e a terra, que preserva a dominação político-econômica. Encontra-se, também, a utilização de pistoleiros em “crimes passionais”.

É interessante fazer novas incursões na busca do uso mais específico do termo “pistoleiro” nesses crimes passionais, na medida em que existe uma regra, referente à afirmação de que a questão da honra tem que ser “lavada” pela pessoa que se sente desonrada.

Se, a utilização de pistoleiros nos assassinatos de adversários políticos, demonstra a importância do voto como sustentáculo do poder, o assassinato de camponeses mostra a importância que assume a propriedade territorial, deixando transparecer a voracidade da estratégia usada para sua manutenção.

Nas questões ligadas à luta pela terra, o grande alvo têm sido os líderes camponeses, ou pessoas envolvidas na organização e representação dos trabalhadores rurais. Nas disputas pela representação política, o alvo é a eliminação do opositor na esfera da política partidária, tendo como cenário as disputas familiares, tão presentes desde o final do século XIX.

Uma dimensão instigante para se analisar o uso da pistolagem são as diferentes estratégias e os diferentes efeitos simbólicos. Os crimes ligados à

terra, que implicam a eliminação de líderes camponeses ou de agentes pastorais, parecem inserir-se em um contexto de maior visibilidade. Essa visibilidade da ação ou dos acontecimentos que antecedem o crime tem como corolário a questão de “espalhar o medo”, numa clara demonstração de poder. Os crimes, entretanto, que implicam a eliminação de adversários políticos mantêm um certo anonimato. Depois que os crimes são efetivados, existe, sistematicamente, uma campanha de formação de uma opinião pública contrária à vítima. Esta passa a ser acusada, ou caluniada de diversos delitos, o que anula uma possível sanção pública contra o assassinato. Em outras ocasiões, o crime é colocado como sendo de outra natureza, não política.

O jogo da política, com regras democráticas, representa uma conquista, um ganho – o uso do poder simbólico, envolvendo toda uma discussão, um jogo de palavras, e nunca a eliminação física do adversário. Essa perspectiva não significa pensar o fenômeno da pistolagem como resíduo de um passado atrasado. Para mim, foi fundamental entender os mecanismos de poder e os processos sociais em jogo, nessa prática, recorrente nos períodos eleitorais, caracterizados como períodos de radicalização das disputas entre as facções.

As minhas preocupações passavam por entender o uso da pistolagem como prática do passado e do presente, ou seja: o que tem de novo e de recorrente nessa prática? É uma prática de velhos costumes com uma nova roupagem? Se, o campo da política tem como uma de suas regras a disputa e convivência entre partes contrárias, qual o espaço sociopolítico que ocupa a eliminação física do oponente? A pistolagem ocorre somente em áreas onde o mando político se reproduz dentro de marcos tradicionais?

A pesquisa caminhou, inicialmente, por várias indagações que, ao longo do tempo, foram sendo modificadas, aclaradas e incorporadas a outras.

As preocupações não ficaram mais restritas aos conflitos agrários. Instigavam-me, cada vez mais, duas questões: por que existe uma recorrência de soluções violentas nos desfechos dos conflitos so-

ciais? Qual o lugar de uma “justiça paralela”, numa sociedade em que o poder judicial está, em princípio, instituído? Estas preocupações estavam circunscritas a uma questão mais ampla: é possível trabalhar as principais características do *processo civilizador* (ELIAS, 1994) – violência controlada, autocontrole e pacificação – para este contexto social?

Os “crimes de pistolagem” não aumentaram nas últimas décadas. Ocorreu, entretanto, maior divulgação, os crimes ganharam mais visibilidade e passaram a ser nomeados e definidos. Eles foram ganhando status de “objeto sociológico”, à medida que saíam de um lugar escondido e naturalizado. As relações entre o uso da pistolagem e a reprodução do poder surgiram, quase que espontaneamente, a partir do material divulgado. O pistoleiro era colocado, principalmente pela imprensa, como a “ponta visível” de um *iceberg*, deixando clara a existência de redes sócio-políticas encobertas. A justiça era acusada, sistematicamente, de parcial, nesses crimes, e os órgãos de segurança de coniventes ou omissos. Os mandantes apareciam como pertencentes à classe dominante: grandes proprietários rurais, políticos e empresários. Os pistoleiros eram originados do “mundo agrário”, sendo constituídos de pequenos proprietários rurais ou trabalhadores sem-terra. As notícias eram peças que iam se compondo e complexificando o nosso quebra-cabeça.

Os “crimes de pistolagem” deixam de ser um fenômeno eminentemente rural, passando a ocupar espaços no cenário urbano. As grandes cidades passam a ser o palco preferido desses crimes, possibilitando fugas mais fáceis e um maior anonimato. Os usos de “famosos cavalos” – peças sempre presentes nos crimes de pistolagem, no final do século XIX e início do século XX – cedem lugar a “possantes motos” e os capacetes servem para excelentes disfarces. Nestes casos, há uma perfeita simbiose entre traços do rural-atrasado com traços do urbano-moderno.

A tentativa de alcançar a complexidade do problema inclui a necessidade de trabalhar oposições clássicas como: bem-mal, legal-ilegal e liberdade-opressão.

Nesta mesma perspectiva, privilegiando a fala

do pistoleiro – sujeito social, totalmente constituído por valores presentes no campo da violência – alguns conceitos adquirem novos e importantes significados, a exemplo dos conceitos de punição, vingança, valentia e coragem.

Um aspecto importante é que não existe uma única conduta dos pistoleiros (matam os seus desafetos e os desafetos de outrem), como também, não existe uma única explicação para as suas ações delituosas. Neste sentido, se estes aspectos dificultam conclusões apressadas e formais, por outro lado, colocam o fenômeno dentro de uma complexa e rica rede de valores sociais.

O pistoleiro poderia ser um agente social fora do lugar, do tempo e do espaço, na medida em que reproduz uma situação de uma outra época, onde tais práticas eram comuns. Atualmente, a prática da pistolagem está sendo profissionalizada e os pistoleiros não mantêm laços afetivos com sua comunidade.

Estas colocações são importantes para se entender quais os espaços que a pistolagem ocupa numa sociedade moderna. Uma sociedade moderna que, entretanto, deixa sinais visíveis da ausência de uma violência legítima, monopolizada, e que continua mantendo um convite aberto à violência. É possível falar de um desordenado monopólio da violência, exercido por diferentes interesses que buscam reafirmar seus lugares ou resolver problemas litigiosos.

Pesquisando um “tema perigoso”

No desvendamento da engrenagem do sistema de pistolagem, fui montando e arquitetando o ato de pesquisar. A cada dia esta temática mostrava-se mais rica e mais complexa. Quando iniciei esta pesquisa, não tinha a verdadeira dimensão desta problemática e, hoje, a imagem que faço é que entrei em um labirinto com diversas partes, um caminho íngreme e tortuoso, com várias entradas, que me levava a outros compartimentos que eram o começo de uma nova engrenagem.

Deparei-me com vários impasses. Alguns pontos ou aspectos surgiram, inicialmente, muito

fortes para mim. Um deles, o principal, foi: como trabalhar com um objeto fortemente marcado por questões morais e questões de honra. Mesmo tendo consciência de que um dos objetivos centrais da sociologia é compreender o código e a moralidade de outros grupos, como incluir na análise códigos que não se apóiam nos valores básicos da sociedade, sem “cair” em um relativismo absoluto, onde tudo é explicado e justificado?

Um outro ponto é: como trabalhar um objeto que está em situação permanente de julgamento, tanto no campo social, como no campo jurídico. Para o senso comum e alguns autores da academia, era um tema carregado de descrédito. Assim, eu passava a ser visto ocupando um lugar de um investigador policial ou de um delegado de polícia: a pesquisa social era irrealizável e perigosa.

Surge, então, um outro ponto: como estudar um objeto classificado como sendo, em princípio, resultado do “desvio de personalidade”, de uma ação delinqüente e fruto de um comportamento desviantes e submetido, constantemente, a classificações morais negativas? Se, o crime por vingança é carregado de valores, o crime “de encomenda”, é, em princípio, destituído de valores éticos; sendo mediado, simplesmente, pela “ganância” e pelo “lucro fácil”.

Poderíamos dizer que as ciências sociais, quando trabalham com os excluídos da história ou com os processos de exclusão, têm no horizonte de suas reflexões a recuperação das identidades desclassificadas. Há uma espécie de identificação entre o investigador social e os excluídos da história. Assume-se dar voz aos excluídos, a exemplo dos operários, dos camponeses, dos favelados, das “minorias sociais”. É possível dar voz aos pistoleiros? Isto me levou a pensar: o que significa trabalhar com os excluídos que estão fora dos códigos de honra e de moralidade do pesquisador?

Entrevistei pessoas que cometeram homicídios, principalmente, tidos como “pistoleiros”. As entrevistas foram realizadas em presídios públicos ou nas suas residências. A escolha dos informantes que se encontravam detidos não se deu por nenhum aspecto de simpatia ou familiaridade, e sim, porque

eles se encontravam na ponta do processo.

Nos grandes presídios, entrevistava pessoas das quais já tinha tomado conhecimento, por notícias de jornais. Eram, em geral, presos que estavam em maior evidência. Também entrevistei alguns pistoleiros através de indicações. A indicação de terceiros era a primeira grande sedução (ZALUAR, 1993: 86). Em seguida, caso aceitassem ser entrevistados, eu os procurava. Os mediadores foram advogados, ou pessoas que trabalhavam nos presídios, geralmente, agentes penitenciários.

Nos pequenos presídios, usei uma outra estratégia de escolha: procurava saber, na direção da instituição, quem tinha cometido assassinato e em que circunstâncias. Desta descrição inicial, deduzia a aproximação ou não de um possível crime “de encomenda”.

Procurei entrevistar, como não poderia ser de outra maneira, pessoas que tinham fortes indícios de que participavam do sistema de pistolagem: haviam cometido assassinatos, tinham seus nomes divulgados em jornais, ou, eram indicados por terceiros. Busquei, então, persuadir, manipular ou conquistar para que fornecessem elementos e dados para a minha análise.

No jogo de conquista, na tentativa de levar o entrevistado a aceitar a participar da pesquisa, desta relação de troca, usei de subterfúgios e manipulações. Apresentava-me como um professor que estava estudando as mudanças políticas atuais; para outros, como alguém que estava estudando o comportamento de pessoas que cometeram assassinatos, ou, que estava estudando a situação dos presídios. Os termos “pistolagem” e “crimes de encomenda” foram totalmente abolidos das apresentações da pesquisa. A minha censura e a introjeção de que estava trabalhando com uma categoria estigmatizada transpareciam na hora em que chegava a um presídio e dizia que gostaria de conversar com presos que cometeram assassinatos. Em seguida, citava alguns prováveis nomes, todos conhecidos pistoleiros. Então, os guardas dos presídios desvendavam meu pretense disfarce, dizendo: “O professor só quer conversar com ‘pistola’”.²

Privilegiei, sempre, entrevistar pessoas tidas como “pistoleiros”, pessoas que tinham uma inserção direta no “mundo da pistolagem”. Coloquei em segundo plano as entrevistas com informantes que falavam sobre realidades e situações de terceiros. Neste sentido, a minha “hierarquia de credibilidade” era dada pela prática e pela vivência no interior do sistema de pistolagem, diferentemente da situação colocada por Becker (1993: 32), em que a “hierarquia de credibilidade” é dada pelo lugar de superioridade no seio da organização estudada. As descrições de experiências, as histórias de vida e os relatos sobre o cotidiano ocuparam o centro das minhas preocupações.

Nas pesquisas em que o limite entre a investigação sociológica e a investigação policial é muito tênue, o entrevistado vê o entrevistador como alguém que vai escutar e divulgar a versão que ele gostaria que se tornasse pública. A entrevista é uma oportunidade de o informante passar a sua verdade, como disse uma pessoa tida como pistoleiro, e que se encontrava em liberdade: “Essa reportagem que eu estou fazendo aqui com o senhor, se eu não fizesse, podia até ser melhor; mas, podia ser pior. Porque o senhor só vai botar o que eu disser, não é?”

A entrevista é o momento de se explicar, buscando uma justificativa para um público. Ela é uma espécie de “contra-depoimento” da versão que o entrevistado quer divulgar. Versão, que é negação das informações divulgadas na imprensa, ou mesmo, nos processos judiciais. Um prisioneiro, condenado por crime de pistolagem, afirmou: “Eu vou falar porque eu quero que o senhor saiba a verdade e não as mentiras que a imprensa conta de mim”.³ É o momento de falarem, de se fazerem ouvir. Nestas situações, a assimetria e a hierarquização prevaletentes nas entrevistas são, em parte, desfeitas, e o entrevistado passa a comandar o depoimento. Nesta pesquisa, em alguns casos, a relação de dominação, presente no momento da entrevista, era rompida e o entrevistado passava a conduzir o processo, assumindo uma postura lúdica, através da fala.

Existe um perigo permanente no ato de entrevistar pessoas que cometeram homicídios e, especi-

ficamente, pessoas que cometeram “crimes de pistolagem”. Não falo somente de um perigo físico, mas, principalmente, de um perigo no campo da epistemologia. É o risco constante de assumir o ponto de vista do discurso jurídico, numa tentativa de conhecer a “verdadeira versão”, com base nas provas. Este perigo é, em parte, ressaltado pelos informantes, que vêem o entrevistador como representante da justiça.

Um outro perigo está no campo da identificação entre o entrevistador e o entrevistado. O fato de pesquisar pessoas que estão em permanente e contínuo perigo (algumas já presas) de aumentarem as punições ou, ainda, de serem mortas, nos fez conviver, desde o início da pesquisa, com a “hermenêutica da desconfiança” (ZALUAR, 1993: 88).

O discurso dos entrevistados sobre suas inserções nos crimes “de encomenda” está diretamente balizado pela possibilidade de julgamento, por poderes judiciais, incluindo os códigos punitivos, existentes no sistema de pistolagem. Neste sentido, é possível fazer a seguinte tipologia: presos que já foram julgados; presos que aguardam outro julgamento; e possíveis pistoleiros, que se encontram soltos. Estas indicações demarcam, nitidamente, os seus discursos, as suas falas.

As entrevistas com os possíveis pistoleiros foram conduzidas dentro da “lógica da suspeita”. Estava sempre com uma sensação ou, em outras palavras, tinha a convicção de que eles estavam escondendo informações e dissimulando situações. Montei, então, várias estratégias e diversas armadilhas. Não só para obter mais informações, mas, especificamente, esperando que alguns se declarassem “pistoleiros”. Essa declaração representava a possibilidade de conseguir um maior número possível de dados, dentro do meu “quebra-cabeça”. Representava, também, que os procedimentos metodológicos, as estratégias e os subterfúgios tinham alcançado êxito. Estava à minha frente uma pessoa que “praticava o comportamento” esperado. Aquilo que eu queria estudar. Entretanto, este assumido lugar de pistoleiro não anulava a “lógica da suspeita”.

Tive consciência, em todo o percurso da pesquisa, de que estava pesquisando um objeto cheio de

subterfúgios e com diversas armadilhas. Esta consciência me colocou numa posição muito instigante, metodologicamente, que era a da dúvida e a da incerteza. Neste sentido, os passos dados foram mais comedidos e mais cautelosos. Isto pode ter prejudicado, impedido ou limitado grandes vôos. Por outro lado, a reflexividade, o pensar pesquisando, nos trouxe com toda clareza, os limites da neutralidade e do distanciamento nas pesquisas sociológicas. As verdades ficaram, cada vez mais, no campo do relativismo e o ato de pesquisar mais estimulante, com menos cânones.

Desvendando o “sistema de pistolagem”

Quando se fala de pistolagem ou, mais especificamente, de pistoleiros, as pessoas sabem ou pensam que sabem sobre o assunto de que se está tratando. O pistoleiro seria qualquer “bandido” ou um homicida que praticou um assassinato, tendo como arma uma “pistola”. Neste sentido, a pistolagem seria o coletivo de bandidos que cometem assassinatos usando “pistola”.⁴

Penetrando um pouco mais neste tipo de homicídio, existe um sistema composto por partes coordenadas entre si, que concorrem para alcançar certos resultados, mediados por um conjunto de códigos e valores sociais.

O crime de pistolagem configura-se a partir da existência do autor material e do autor intelectual, na execução do assassinato. Em outras palavras, o que diferencia o crime de pistolagem dos outros crimes é a presença de dois personagens: o executor de uma ação nomeada de “serviço” ou “trabalho”, e um segundo, o mandante.

A contratação de um pistoleiro tanto pode ser realizada, diretamente, pelo mandante do crime, como pode ser mediada por um terceiro. Atualmente, a contratação de um “serviço” ou “trabalho” é feita, geralmente, por um intermediário, conhecido como o “corretor da morte”. A presença desse intermediário representa a institucionalização de um sindicato do crime, com hierarquia e diferenciação de papéis. A existência do “corretor da morte” possibilita o anonimato do autor intelectual do crime,

como também uma “profissionalização” crescente do pistoleiro.

No final do século XIX e começo do século XX, os executores de “serviços” eram conhecidos por “capangas” ou “jagunços”. Estes ganharam notoriedade pelos “trabalhos” executados, a mando dos grandes proprietários de terra, com objetivo de resolver litígios entre famílias e “questões” com camponeses.

Os capangas ou jagunços conseguiam sobreviver às custas de violências, garantidos pela proteção que resultava do poder dos proprietários de terra. Mantinha-se uma impunidade para os “homens fora da lei”, que lhes permitia circular, normalmente, dentro das propriedades rurais e nas suas redondezas.

Nas últimas décadas do século XX, ganha destaque, novamente, a atuação de pistoleiros, principalmente, nas resoluções de conflitos agrários e disputas pela representação política. Não se trata mais de jagunços ou capangas. Os pistoleiros, atualmente, mantêm um distanciamento das atividades agrícolas, como também suas carreiras vão se firmando dentro de contornos menos pessoais, estendendo-se a outros estados ou regiões do país.

Se ocorreram profundas mudanças nas características socioeconômicas dos pistoleiros, ao longo dos anos, a impunidade destes e a proteção de fortes grupos econômicos mantêm a continuidade do fenômeno.

A profissionalização do pistoleiro é, atualmente, uma das suas principais características. Ele se afasta das atividades econômicas, principalmente agrícolas, além de perder os vínculos com um patrão. Assim, as atividades do pistoleiro passam a ser gerenciadas no interior do sistema de pistolagem, dentro de uma rede que ultrapassa os limites de uma propriedade rural, de um estado e, mesmo, de uma região. Ele passa, gradativamente, a desvincular-se de outras atividades, sendo comandado, preferencialmente, por “serviços ilegais”.

As contratações de “serviços” são interestaduais ou inter-regionais, o que exige um deslocamento constante do pistoleiro. Isto possibilita maior segu-

rança, a partir de um anonimato construído pela condição de “forasteiro”.

As grandes propriedades rurais deixaram de ser o principal local de moradia dos pistoleiros, que passaram a habitar, principalmente, nas periferias das grandes cidades.

A dispersão espacial dos pistoleiros dá mais funcionalidade à atuação dos intermediários, que passam a ocupar um “lugar-chave” na construção de uma rede. Os “corretores da morte” passam a ter as cartas do jogo, onde estão presentes as qualidades ou atributos pessoais dos pistoleiros: coragem e destreza. Tais qualidades definem o lugar de seus possuidores no “mercado de trabalho”, habilitando-os a executar, ou não, determinados “serviços”, mais ou menos perigosos, mais complexos ou menos complexos.

A perda de um vínculo com determinado proprietário rural (que era o patrão e protetor), ao lado da dispersão espacial de atuação, e da proliferação das atividades que atualmente são executadas pelos pistoleiros impedem a delimitação espacial dessa categoria, deixando aos órgãos de segurança uma certa intranqüilidade. Antes da profissionalização dos pistoleiros, tornava-se mais fácil perceber sua atuação e ter o seu controle. Ou seja, muitas vezes identificavam-se os autores dos crimes, conforme a localidade. Tal conhecimento, entretanto, não levava à repressão e à punição dos possíveis culpados. A força econômica do protetor e os seus vínculos com os poderes constituídos eram os parâmetros que determinavam a atuação da polícia.

Para os próprios pistoleiros, o mandante assume um posto diferenciado na escala social: “é o homem do dinheiro”, que tem ligações com os “poderosos”. “O mandante compra até o juiz”, é uma afirmação categoricamente repetida. Esse lugar na hierarquia social naturaliza o fato de o mandante não poder aparecer publicamente e, neste sentido, não poder assumir-se como autor material do crime. Para o pistoleiro, se isto é naturalizado, é também motivo de “inveja e ódio”. Na racionalização do pistoleiro, existe uma valorização de atributos pessoais, sendo ele próprio o que ocupa o lugar da coragem

de realizar uma ação perigosa. O pistoleiro e o mandante aparecem, então, perfeitamente “engrenados” no sistema de pistolagem: um tem poder e dinheiro, e o outro coragem e valentia. Na relação de troca, os “dons” desiguais possibilitam um equilíbrio social, neutralizando possíveis agressões físicas, no interior do sistema de pistolagem. As agressões físicas terminam ocorrendo também, entre dons iguais ou semelhantes: pistoleiro eliminando pistoleiro.

Ao longo destas últimas décadas, a figura do mandante passa por mudanças em suas características. Antes, o mandante era, principalmente, o grande proprietário de terra, que utilizava “os serviços” dos pistoleiros para resolver “problemas” ligados à terra, conflitos políticos e questões familiares, tendo como aspecto norteador a vingança.

Outro aspecto importante é que os papéis de mandante e de protetor estavam concentrados em uma mesma pessoa, ocorrendo, inclusive, troca de pistoleiros para a realização de determinados serviços, além da proteção, quando estes se tornavam alvos preferidos da polícia local.

Atualmente, existe um leque maior de mandantes, incluindo: proprietários de terra, políticos, maridos enciumados, empresários e comerciantes.

Coragem e valentia como atributos sociais

Seguindo o modelo de uma tipologia, o pistoleiro pode ser definido com base em três situações: o *tradicional*, o *ocasional* e o profissional *moderno*.

O tradicional tem fortes marcas do passado, permanecendo, a maior parte do tempo, no interior de uma propriedade rural, sendo protegido pelo dono da mesma. Isso não o impede, entretanto, de realizar serviços no interior de uma rede mais ampla, que envolve intermediários e outros espaços de atuação. Esse pistoleiro tradicional vive uma ambivalência entre o antigo e o moderno, entre uma proteção personalizada e uma proteção difusa, decorrente da possibilidade de profissionalização dos serviços.

O outro tipo de pistoleiro, que realiza “serviços eventuais”, possui uma outra inserção profissional, levando uma vida “de legalidade”, por conta de um total anonimato de suas ações. É pouco conhe-

cido na própria rede de pistolagem, mas, está sempre disponível para mais um serviço. Reside, quase sempre, na periferia das grandes cidades, sendo originário do meio rural, onde, em geral, praticou o primeiro assassinato. Os serviços desse tipo de pistoleiro não passam necessariamente por um intermediário, sendo o contato realizado diretamente pelo mandante, ou por uma pessoa conhecida deste. Esse pistoleiro entra na rede da pistolagem por meio de antigos e ex-pistoleiros, que vão transferindo os “serviços” para os novos. Como diz Pierre Clastres, a belicosidade e a agressividade diminuem com a idade (1982). Acrescento que a destreza e, neste sentido, trabalhos de pistolagem, são atribuídos, principalmente a pessoas cuja idade varia entre 18 e 35 anos.

O terceiro tipo é o pistoleiro que tem o seu trabalho totalmente profissionalizado. Pertence à rede de pistolagem e a sua principal atividade é o crime de mando. Qualquer outra inserção profissional ocorre como disfarce, para viabilizar a realização de sua principal atuação, desfazendo suspeitas prováveis dos órgãos de segurança. A proteção desse tipo de pistoleiro, às vezes, é dada por acordos espúrios entre os mandantes e os órgãos de segurança, que contam, também, com uma certa conivência da Justiça. Esse pistoleiro está articulado dentro de uma rede, onde estão presentes um poder econômico, um poder policial e um poder jurídico. O pistoleiro é uma peça nesse complexo “jogo da morte”, não possuindo residência fixa e fazendo do nomadismo a sua proteção. É constantemente deslocado para fazer “serviços” em diferentes partes do País.

A contratação de um “trabalho” é realizada pelo intermediário, que procura fornecer toda a proteção ao pistoleiro na execução de sua tarefa. Esse pistoleiro reside ou permanece algum tempo em pequenas cidades do país ou na periferia das grandes cidades. Fica aguardando um contato, freqüentando determinados locais públicos (bares e restaurantes), nos centros urbanos. Nesses locais, são realizadas as negociações e circulam as famosas “tabelas de preços dos serviços”, tornadas públicas, amplamente, pelos meios de comunicação.

Em nome da segurança da rede de pistolagem, o meio mais freqüente de manter a integridade da organização é a eliminação física, evitando qualquer suspeição. O pistoleiro preso é sempre um potencial delator, como também o que não realizou seu “trabalho” conforme o previsto. O pistoleiro dessa rede é, comumente, alvo de “queima de arquivo”, caso cometa algum “deslize”. A rede de pistolagem caracteriza-se, fundamentalmente, pelo anonimato dos diferentes personagens envolvidos no sistema.

Os três tipos de pistoleiros se colocam disponíveis para realizar qualquer “crime de mando”. No entanto, os intermediários fazem a triagem ou seleção, relacionando os atributos pessoais do pistoleiro com a natureza do crime ou a posição sociopolítica da vítima.

Estas práticas de eliminação física de adversários estão gerando ambivalências no interior do campo político, na medida em que o máximo da “violência autorizada” são as agressões verbais. Todavia, nas franjas das disputas políticas, a eliminação de adversários ainda é recorrente, sendo mantidas determinadas áreas invioláveis, pela existência de um poder político assentado em práticas tradicionais, conservando intocáveis os mandantes e os pistoleiros.

A proteção dada aos pistoleiros pelos mandantes está diretamente relacionada com a “lealdade”, designação atribuída à cumplicidade existente no interior do “mundo da pistolagem”. Existia uma lealdade “absolutizada” ou idealizada, ligada umbilicalmente à proteção tradicional que os potentados de antigamente ofereciam; uma lealdade mantida entre pistoleiros e protetores ou mandantes, que era diretamente proporcional à proteção que estes poderiam oferecer.

A lealdade do pistoleiro para com o mandante seria demonstrada na realização do “serviço” encomendado, como também no não-delatar o mentor intelectual do crime. Essa lealdade era construída tendo como base a “relação de reciprocidade”; relação mediada pelo traço da dependência, em um “trato” entre partes desiguais. O padrão, a partir de

atributos pessoais dos camponeses, como fidelidade, obediência e coragem, ia diferenciando, internamente, o grupo. Alguns passavam a ser vistos, pelo patrão e pelos outros pares, como possuidores de características valorizadas no ambiente, tais como, coragem e ousadia. Estes obtinham a confiança do patrão, não só para determinados trabalhos na propriedade, mas, também, para alguns “serviços perigosos”. A confiança do patrão era retribuída com a lealdade do trabalhador. A confiança para a realização de um “serviço” é uma deferência e, ao mesmo tempo, uma ordem que não permite vacilação, porque isto representa a perda da confiança, o retorno a uma condição de igualdade com os demais trabalhadores.

Estes aspectos de fidelidade, confiança e lealdade são constitutivos de relações fortemente marcadas por traços pessoais, que vão perdendo espaço à proporção que o pistoleiro ou a pistolagem se profissionaliza. O anonimato do mandante, o nomadismo do pistoleiro e a atuação mercenária do intermediário não são ingredientes para reforçar as relações de lealdade.

Atualmente, o grande ingrediente da lealdade ou da não-delação do mandante é o medo de ser morto: esta é a possibilidade mais plausível. Pode, também, implicar a perda de qualquer apoio jurídico; apoio intermediado e subvencionado pelo mandante. O não falar o nome de mandantes e intermediários coloca a lealdade em outro patamar; uma lealdade que faz parte das regras de sobrevivência do sistema de pistolagem.

A “lealdade” dos autores materiais para com os mandantes é edificada de modo diferente, conforme os três tipos de pistoleiros. Provavelmente, os laços de lealdade são mais fortes no primeiro tipo, no qual existe a presença de traços tradicionais.

Os “desafetos” do patrão, antigamente, eram eliminados sem, necessariamente, ser desembolsada nenhuma quantia em dinheiro, criando, geralmente, uma dívida do patrão para com o homicida. O patrão saldava a dívida, dando proteção. Atualmente, o pagamento do pistoleiro é realizado apenas monetariamente.

Nessas ações, a diferença entre crime de vingança e crime de pistolagem é muito tênue. A trajetória desses homens vai sendo construída nessa ambivalência de pistoleiro e vingador, resolvendo os seus problemas, nas disputas pessoais e nos problemas dos outros, por encomenda. Neste sentido, o “mundo da pistolagem” não nos fornecerá um “tipo puro” de pistoleiro, como também não é tão verdadeira a afirmação do tipo: “não sou pistoleiro e sim vingador”.

Não existe, neste sentido, uma conduta única: mata-se por fidelidade e mata-se por dinheiro. Atualmente, não há mais relação entre fidelidade e dinheiro, e sim entre problemas interpessoais e dinheiro, ou, em outras palavras, questões pessoais e “dos outros”.

Os próprios mandantes e intermediários matam moralmente o pistoleiro, colocando-o como um “criminoso”, um “fora da lei”. Também o aniquilam como pessoa destituída de direitos. Na idealização do pistoleiro, ou no universo das possibilidades reais, “o chefe (o mandante) compra até a justiça”. Nessa compra, os direitos são, em parte, restituídos, através de uma farsa, de uma contravenção. O direito a ter direito continua negado, ou, em outras palavras, este direito está alienado, pertencendo a outrem.

O pistoleiro põe-se em um lugar ambivalente: negado e afirmado. Os pistoleiros classificam os seus crimes fora ou além de uma escala de punição: “a vida de uma pessoa não tem preço”, ou “se eu ficasse a vida toda preso, não pagaria as vidas que eu tirei”.

A vida clandestina e a maneira como são realizados os “serviços” enquadram o pistoleiro em qualificativos negativos, ou fazem com que seja visto como um não-valorizado socialmente. O pistoleiro não ostenta valentia e, sim, coragem. Aparece, em cena, então, a auto-representação do pistoleiro mediada por esses valores: “eu sou corajoso, mas não sou valente”. A valentia é um atributo pessoal, de quem mata em um duelo, de quem tem destreza para enfrentar um inimigo. Neste sentido, os crimes de pistolagem são duplamente negados por seus autores. Não são resultados de resoluções de conflitos interpessoais, como também são realizados “covar-

demente”. As mortes ocorrem com esse aspecto considerado negativo, que é a traição. A crueldade e a traição ferem as normas socialmente aceitas, mesmo que o motivo do crime seja aprovado. Os crimes de pistolagem entram em rota de colisão com valores socialmente aceitos. Dentro desse quadro, entretanto, surgem os valores positivos: ser astuto, ter habilidade e ser corajoso. Esses valores, juntamente com os valores negativos, constroem a identidade de pistoleiro, carregada de ambivalência.

Os homicidas são reconhecidos e circulam, livremente, sem receberem nenhuma sanção, quando os seus crimes foram praticados por motivos “socialmente aceitos”.

Os pistoleiros vivem em dois mundos, entre duas fronteiras. A ambivalência caracteriza as suas trajetórias. É um pobre que se recusa a aceitar o papel tradicional dos pobres: o de viver dominado. A liberdade termina sendo conseguida por um único caminho, que é a violência. Os recursos de que dispõem ficam restritos à força, à bravura e à astúcia. Aproximam-se dos pobres, mas são atraídos pelo dinheiro e pelo prestígio. Tais atrações levam à prisão ou à morte prematura.

Podemos dizer que existe um substrato de realismo social nas trajetórias dos pistoleiros, carregadas de valores de vingança, valentia e coragem. São valores que oferecem uma base de legitimidade social nas ações dos pistoleiros, que têm sentido em uma sociedade onde existe uma certa aceitação ou demonstração de simpatia pelas resoluções violentas de conflitos, uma benevolência para com os crimes de honra, uma tolerância para com a atuação dos justiceiros e uma indiferença em relação aos massacres de trabalhadores rurais.

Nesses casos, a sanção pública passa a ser resumida, ficando claro que o que é denunciado não é, necessariamente, uma ação violenta, e, sim, o que não é aceito socialmente.

Nas soluções violentas dos conflitos, existe uma dimensão de autenticidade dos pistoleiros. No cotidiano deles, as questões interpessoais são resolvidas com a peixeira.

A autenticidade seria a ultrapassagem dos limites sociais do grupo, na forma de resoluções dos conflitos; seria, também, deixar cair o véu que encobre os aspectos escondidos de uma amabilidade ou de uma submissão, presentes na cultura sertaneja. Seria a negação do denominado “jeitinho brasileiro”.

Na fala dos pistoleiros, aparece claramente a versão de uma sociedade conflituosa, permeada por rixas entre famílias, lutas por terra, traições de cônjuges, competição entre empresários, concorrência de comerciantes e disputas pela representação política. As agressões morais e físicas dão o substrato das relações sociais, onde a inveja, a mentira e a calúnia são os principais ingredientes. Neste sentido, existe a negação do lugar da figura exemplar do trabalhador, honesto e calmo, substituída pela figura do astuto e valente.

Os “serviços” ou “trabalhos” dos pistoleiros, não são “sujos”, e sim ilegais e perigosos. Tais “serviços” são passíveis de punição, mas não necessariamente de desaprovação social.

A pistolagem, como organização criminosa, aparece constituindo um “poder paralelo” que decorre, fundamentalmente, da debilidade dos poderes públicos constituídos.

A rede pode ser configurada em dois blocos. Um constituído pelos pistoleiros, intermediários e mandantes. Esses componentes seriam o lado mais visível do sistema, como também, os seus operadores. Neste sentido, são denominados, apropriadamente, de autores materiais, corretores da morte e autores intelectuais.

O segundo bloco constitui a sustentação e a retaguarda do sistema, representando o lado menos visível. Nesse bloco, a rede se torna mais complexa e se propaga num processo de ramificação. As relações aparecem ligadas ao poder público e ao poder econômico, como base de sustentação. O poder judiciário e os órgãos de segurança pública dão cobertura aos atos ilícitos, alimentando o prestígio dos seus membros e consagrando as ações violentas. Essa rede ganha concretude através de personagens que

aparecem na cena: políticos, latifundiários, juízes, advogados e policiais. Estes representam, contraditoriamente, o “lado legal” da organização.

A complexidade do sistema de pistolagem, com diversas partes encobertas e invisíveis, é que dá a dimensão do poder da organização criminosa. O pistoleiro passa a ser uma peça nesta engrenagem não conhecida, e o desconhecimento do sistema é diretamente proporcional ao poder que a ele é atribuído pelo pistoleiro.

O segredo e a não-publicidade do seu funcionamento seriam o sustentáculo e a salvaguarda do sistema. Neste sentido, as organizações criminosas temem mais a imprensa do que a Justiça. Os seus componentes sabem que uma intensa campanha da imprensa empurra a opinião pública a reagir contra o silêncio e o abuso imperante.

A omissão dos órgãos de segurança e a postura parcial da Justiça possibilitam a liberdade e a absolvição dos “homens fora da lei”, gerando prestígio e força para as organizações, ao mesmo tempo em que produz medo e silêncio entre a população.

As agressões físicas e os homicídios têm se convertido em argumentos normais de persuasão para as organizações criminosas, quando querem que a sociedade aceite suas prepotências.

Os processos judiciais que envolvem componentes destas organizações e, especificamente, do sistema de pistolagem, são geralmente arquivados por “insuficiência de provas”, principalmente quando estão em julgamento os mandantes, elo mais forte da cadeia do sistema.

Nos setores menos favorecidos economicamente, o silêncio aparece como o comportamento possível, diante do arbítrio do sistema de pistolagem, numa percepção concreta de que esta violência pode ser acionada a qualquer momento. Para os setores mais favorecidos economicamente, o silêncio pode ser o resultado de uma avaliação segundo a qual o alvo da pistolagem é direcionado e não difuso. Neste sentido, o ponto a que se dirige a pistolagem, em termos de agressão física, já está, em princípio, determinado.

Uma organização criminosa se reproduz, por um lado, a partir da existência de uma rede social, dos seus códigos e do segredo do seu funcionamento, e, por outro lado, pelo medo e pelo silêncio imposto à sociedade. Reproduz-se, também, pela debilidade dos poderes públicos, através de acordos e negócios ilícitos com o poder político e econômico.

A atuação dos pistoleiros nas resoluções dos conflitos, interpessoais e de terceiros, põe em suspense o monopólio da violência física.

A recorrência da violência física nas resoluções dos conflitos sociais aponta para uma fragilidade do autocontrole do indivíduo, como também das sanções sociais. A autocompulsão, mediada pelos elementos de coragem e valentia, em vez de representar uma perda de prestígio, reforça um capital social. A força física entra como um dado positivo, no cômputo geral da diferenciação e na escala do prestígio social.

Os pistoleiros têm duas opções: colocam-se como vingadores, ou então, como corajosos; uma coragem que é um elemento negado nos mandantes. Entretanto, como já escrevi, os pistoleiros entram na troca de “dons”: coragem x dinheiro. A coragem, provavelmente, é o atributo pessoal mais realçado entre os pistoleiros. Sendo um aspecto determinante, de distinção, na iniciação dos crimes de pistolagem, a coragem é um capital pessoal, para ter firmeza diante dos perigos. Na discussão, aparece claramente a diferença entre coragem, como sinônimo de ousadia e bravura, e valentia, como sinônimo de força e vigor. Numa escala ideal, o pistoleiro é suficientemente ousado para resolver conflitos de outrem, mas não suficientemente forte para resolver uma “briga”.

A vingança como ingrediente desses crimes, mesmo sendo reivindicada por alguns pistoleiros, situa vários pontos. À proporção que o pistoleiro se profissionaliza, vai se desenraizando do seu grupo, e perdendo, também, uma das características da vingança que é a de proclamar a proeminência do grupo sobre o indivíduo.

A ação do pistoleiro é, em princípio, individual; é impulsionada por uma vontade própria. O prestígio conseguido dificilmente é revertido em benefi-

cio social. Transparece, entretanto, um aspecto que cria uma ambivalência entre vingança e pistolagem: o sentimento de uma justiça comum. No campo da vingança, se reivindica um sentimento comum de justiça, entre o ofensor e o ofendido; no campo da pistolagem, este sentimento é reivindicado para o mandante, o pistoleiro e a vítima. Para a vingança, este sentimento é “socialmente dado”; e, para a pistolagem, tem que ser “construído socialmente”; e é isto que torna legítimo reivindicar e exercer a força física.

Os pistoleiros surgem nas fissuras de um desordenado monopólio da violência, em que ainda há espaço para resoluções de conflitos interpessoais e políticos.

Notas

1. Este artigo foi publicado, em uma primeira versão, na Revista de Ciências Sociais – DELITO Y SOCIEDAD, ano 11, número 17, 2002, Buenos Aires e inspira-se no livro do autor, intitulado Crimes por Encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1998.
2. Termo pejorativo que identifica os homicidas integrantes no sistema de pistolagem.
3. Pistoleiro preso e condenado, aguardando outros julgamentos.
4. À primeira vista, pode-se supor que o crime de pistolagem não seja previsto na legislação penal brasileira. Realmente, com tal denominação não aparece. Todavia, o fato de não estar previsto na lei, com esta nomenclatura, não implica dizer que não esteja previsto na Justiça brasileira. Examinando-se melhor a legislação, constata-se que, por se tratar de um crime (homicídio ou tentativa de), praticado mediante as características de pagamento, de recompensa financeira, por encomenda, etc, referida conduta delituosa está prevista na legislação penal, e, portanto, tipificada como crime em sua forma qualificada, no art. 121, § 2º, inciso I do Código Penal Brasileiro [Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940, editado por Getúlio Vargas e seu Ministro Francisco Campos], cuja regra dispõe:
Art. 121 – “Matar alguém (...). Homicídio Qualificado (...) § 2º - Se o homicídio é cometido: I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe (...).” Assim, nos julgamentos (portanto, perante os órgãos do Judiciário), a expressão “crime de pistolagem” é plenamente reconhecida, conforme se constata através dos sites do Superior Tribunal de Justiça (www.stj.gov.br), em diversos “julgados” (expressão da concretude da Justiça), como crime em sua forma qualificada. De certo modo, isto evidencia uma influência dos costumes na linguagem desses julgados. Etimologicamente,

homicídio pecuniário, do latim pecunia, igual a dinheiro; ou seja, assassinio por encomenda contra certa retribuição, em dinheiro. Aqui, o substantivo pistola (do al. pistole), arma de fogo, ficou generalizado para todas as armas mortíferas (espingarda, revólver, escopeta, etc.) usadas pelos criminosos de aluguel. Daí, a expressão crime de pistolagem. Não obstante as diferenças, a pistola e o dinheiro aparecem como aspectos visíveis em norteadores da compreensão desses crimes de morte.

Referências Bibliográficas

- AMADO, Jorge. *Tocaia grande, a face obscura*. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- CLASTRES, P. *Arqueologia da violência: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, vol. I, 1994.
- ZALUAR, Alba. “A aventura etnográfica: atravessam as barreiras, driblando as mentiras”. In: Adorno, S. (org.). *A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Cadernos de Sociologia/PPGS, vol. Caderno Especial, 1993.

NORDESTE: VIOLÊNCIA E POLÍTICA NO SÉCULO XX¹

O sistema político nordestino assume, a partir do terceiro quartel do século XIX, características muito distintas daquelas que conheceu até então. É que a aristocracia rural nordestina perde a hegemonia que mantinha sobre o sistema político nacional, por cuja implantação tinha sido a maior responsável. A transferência do eixo econômico do país para o Centro-Sul, determinada pela perda da posição brasileira no mercado internacional do açúcar e pelo surto cafeeiro no Sul – o produto continuava em valorização ascendente e aumentava cada vez mais sua participação na riqueza nacional –, dá início a um lento processo de marginalização política da região. Este nos parece ser o ponto de partida para a explicação das mudanças políticas que o Nordeste conhecerá no correr do século XX.

Podemos dizer, portanto, que o quadro mais geral dentro do qual ganham sentido as mudanças políticas na região é o da lenta decomposição de um sistema social fundado sobre o latifúndio, o trabalho escravo e a monocultura de exportação e tendo a família de tipo patriarcal como instituição central; ou, para sermos mais fiéis ao momento histórico que tomamos como ponto

MOACIR PALMEIRA*

RESUMO

Focalizando o quadro mais geral dentro do qual ganham sentido as mudanças políticas na região Nordeste do Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, o autor mostra a lenta decomposição de um sistema social fundado sobre o latifúndio, o trabalho escravo e a monocultura de exportação. Trata-se de uma estrutura em que a violência difusa, não-centralizada, se constitui no instrumento, por excelência, de distribuição de poder. Sob essa ótica, examinando a dinâmica do processo de industrialização do país, aponta modificações das forças produtivas, formação de alianças entre o poder público nacional e o poder político privado. Focaliza, ainda, a organização das "ligas camponesas" e dos sindicatos de trabalhadores rurais no Nordeste.

ABSTRACT

By focusing on the general situation in which political changes became comprehensible in the Brazilian Northeast, since the second half of the 19th century, the author shows a slow decomposition of the social system founded on the latifundio (large rural land holding), slave labor and export monocrop. It described a structure of diffused violence, that constituted an instrument of power distribution. Under such a view, by examining the industrialization of the country, it pointed to modifications of productive forces and the forging of alliances between the national public power and the private local power. Furthermore, it focused, on the organization of the "Ligas Camponesas" (Peasant leagues) and rural workers unions in the Northeast in a span of two decades, 1950s and 1960s.

* Doutor em Antropologia, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional.

uma estrutura semi-feudal, em que a violência difusa, não centralizada – embora monopolizada por uma classe social –, se constitui no instrumento, por excelência, de distribuição do poder.

Para efeitos analíticos, podemos distinguir nesse processo maior de decomposição do sistema social global alguns processos mais restritos. No âmbito do sistema econômico, o processo de substituição de um modo de produção pré-capitalista, assentado em uma técnica de produção tradicional e na utilização de mão-de-obra escrava ou semi servil, por um outro de características mais nitidamente industriais e capitalistas, baseado na produção em larga escala na qual o trabalho assalariado tende a predominar sobre as formas anteriormente mencionadas: referimo-nos ao processo de substituição do engenho bangüê pela usina de açúcar. No que concerne ao sistema de classes, a decadência da aristocracia rural dos senhores de engenho e, a partir de determinado momento, sua superação por uma burguesia rural usineira; por outro lado, a emergência de uma pequena burguesia urbana, bem como reforço das classes sociais "urbanas" de um modo geral. No âmbito do sistema político, um processo

de democratização, que poderíamos definir como de diminuição progressiva do familismo na esfera política; isto envolve não apenas a substituição do “clã familiar” pelo “clã eleitoral”, a que se refere Oliveira Viana, mas também a desagregação do clã eleitoral. No plano dos valores (a permear todas as dimensões anteriores), um processo de secularização, ou de diminuição progressiva do grau de legitimidade dos valores tradicionais, e de individualização de interesses.

A agroindústria açucareira, que, em meados do século XIX, entrara em crise definitiva, vê-se obrigada, para sobreviver, a se renovar. Se tal renovação já se esboçava antes mesmo da crise, no início daquele século, é na passagem de um século a outro que vai assumir maiores proporções. Multiplica-se o número de engenhos a vapor e aparecem as primeiras usinas. Novas variedades de cana passam a ser utilizadas. Isto se verifica simultaneamente a um reforço da consciência de classe dos proprietários rurais nordestinos (após algumas décadas de destruturação durante o II Reinado, que são exatamente aquelas durante as quais têm hegemonia no controle do poder nacional) diante de sua marginalização econômica e política, em face dos senhores de terras do Centro-Sul; em tais condições é que aparecem os primeiros esforços de associativismo, no plano da produção, consubstanciados na experiência dos engenhos centrais – engenhos modernos, implantados com financiamento governamental, que deveriam moer as canas de diversos produtores, sem direito a plantação própria, consagrando na agroindústria o princípio da divisão do trabalho, aumentando a produtividade da agroindústria açucareira e dando condições ao produto nordestino de concorrer mais vantajosamente no mercado internacional – e, ao nível reivindicatório, multiplicando-se os congressos, conferências, encontros, bem como o número de órgãos encarregados de defender os interesses mais imediatos da classe.

O algodão, que começara a ser cultivado mais intensamente na região, no final do século XVIII, vai constituir-se, na segunda metade do século XIX –

especialmente nos anos da Guerra de Secessão americana, quando os compradores da matéria-prima têm de recorrer ao Brasil para satisfazer sua demanda –, no produto de sustentação da economia da região, em substituição parcial ao açúcar em crise. Em algumas províncias, tal substituição teria um caráter mais definitivo (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba), enquanto que naquelas mais profundamente vinculadas ao cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar (Pernambuco e Alagoas), funcionaria mais como uma solução provisória à crise açucareira. O desenvolvimento posterior do cultivo do algodão vai ter importância nesses últimos estados, não tanto enquanto matéria-prima para exportação, mas enquanto base da implantação de uma indústria têxtil.

O fato é que entre os anos de 1890 e 1910, o Nordeste assiste ao seu primeiro surto industrial de significação. Alagoas, que havia ganhado sua primeira fábrica de tecidos em 1865, em 1902 já contava com 5 unidades, empregando 2.500 pessoas. O desenvolvimento de outras indústrias de menor porte dá ao estado, nessa mesma época, 100 estabelecimentos industriais (incluindo usinas de açúcar) com um total de mais de 5.000 empregados.

A crise econômica que se acentua a partir de 1870 vai transformar as secas periódicas, que atingem as áreas mais áridas da região, em verdadeiras calamidades, determinando migrações em massa, não apenas para o Sul do país e a Amazônia, mas, também, para as grandes cidades da região. Assim, as capitais nordestinas têm sua população aumentada em ritmo até então desconhecido. Recife e Maceió, por exemplo, têm sua população acrescida, no período que vai de 1900 a 1920, em mais de 100%; Fortaleza em 64%, no mesmo período; João Pessoa em aproximadamente 82%. Entre 1872 e 1920, o número de prédios existentes em Fortaleza e Recife duplica, em Maceió triplica, em João Pessoa quadruplica. A indústria nascente vai ter à sua disposição mão-de-obra abundante e barata. No entanto, ela não terá capacidade de absorver a grande maioria da massa migrante que vai enfrentar, nas cidades, uma situação de subemprego, engajando-se em um

pequeno comércio parasitário ou em atividades de quase subsistência, como a pesca e todo o conjunto de “serviços” a ela vinculados.

Se a construção de um poder público próprio, levada a efeito no momento em que o poder privado dos senhores de engenho atingira o máximo, já representava uma negação de tal privacidade, a perda da hegemonia política nacional pela aristocracia rural nordestina estaria destinada a tornar mais ambíguas ainda as relações entre o poder da aristocracia e o Estado. À extensão e enfraquecimento dos laços familiares (a esta altura seria mais exato dizermos políticos-familiares), promovida pelo refluxo do político sobre o privado no momento dialético em que os dois se identificam, a marginalização sócio-política traz a possibilidade de uma nova invasão do público pelo privado, numa nova fusão mais restrita, e, por isso mesmo, com maiores possibilidades de eficácia, em âmbito regional. Desse novo tipo de equilíbrio possível é que surge o que Victor Nunes Leal² chama de “compromisso coronelista”, que não se restringe, como sugere esse autor, a “uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência dos chefes locais”, mas, diz respeito a um sentido mais amplo de coexistência do mandonismo com as novas condições sócio-econômicas.

É esse “privatismo politizado” dos senhores de terras do Nordeste que se constituirá em agente do movimento republicano na região, ao lado da pequena burguesia em crescimento nas cidades principais, aquela mesma com que já se chocara, algumas vezes, anteriormente. O fato é que a bandeira do federalismo, que para os senhores rurais representava a possibilidade de realizar integralmente seu projeto regional de dominação, e, que para a pequena burguesia, representava a possibilidade de enfrentar uma classe dominante dividida, terminou por criar uma união instável entre as duas classes.

Mas, em termos nacionais, o elemento-chave, tanto no Movimento Abolicionista como na implantação da República, era a burguesia rural cafeicultora do Oeste Paulista; é com esta classe que a pequena

burguesia de todo o Brasil e os senhores de terras do Nordeste se juntam, contra o domínio da aristocracia cafeicultora do vale do Paraíba; o trabalho livre e a autonomia das províncias eram necessidades para aquelas classes, ao passo que o escravismo e o centralismo eram as únicas garantias de sobrevivência do café no vale do Paraíba, com as suas terras esgotadas, sem condições de concorrer, em termos de produtividade, com as terras roxas paulistas, a não ser com o protecionismo governamental e com uma despesa mínima em mão-de-obra, que compensasse a sua crescente descapitalização.

O preço de tal aliança é a autonomia quase total da aristocracia nordestina, em relação ao centro político do país. O fato é que o federalismo republicano iria assegurar aos estados não apenas autonomia política, mas, sobretudo, autonomia econômica, objetivada na ligação direta dos estados com o mercado mundial, sem que fosse necessária a mediação dos centros tradicionalmente exportadores.

Acelera-se o processo de urbanização na região, cuja resultante, em termos do sistema de classes, é o crescimento da pequena burguesia urbana, a partir do desenvolvimento das burocracias estaduais e do setor de serviços, bem como um aumento da importância da burguesia comercial, sob influxo do incremento do comércio direto com o exterior, e das vantagens fiscais que a descentralização lhe assegura. Isto vai significar, obviamente, um reforço da capacidade política dessas classes, como também um aguçamento das contradições entre elas. A quebra do isolamento em que a chamada pequena burguesia se mantinha até então, motivando uma intensificação de suas comunicações com outros setores da sociedade nacional e com o mundo em geral, a possibilidade de identificação com grupos estruturalmente análogos, o acesso a valores universais a que até então se mantivera mais ou menos impermeável, criam as condições para que de seu conflito com a burguesia comercial emergisse uma consciência de classe. Em síntese, a quebra do atomismo latifundiário, através da concentração urbana, dá lugar a que se tornem manifestos os conflitos de classes e que

surjam projetos de dominação outros, que não o da própria classe dominante.

A aristocracia rural nordestina, que tinha participado, como vimos, da implantação do regime republicano, sem que de imediato dele colhesse todos os frutos que esperava, é chamada, passado o período de radicalização pequeno-burguesa representado pelo florianismo, a participar mais ativamente do poder nacional, através da “política dos governadores”; esta, como assinala Victor Nunes Leal, não foi uma invenção de Campos Salles, mas apenas o reconhecimento de um fato consumado. É que o início do século assiste à primeira crise séria do café, decorrente da superprodução dos cafezais paulistas, sem que o Brasil tivesse o controle do mercado do produto: era toda a agricultura de exportação brasileira que se via envolvida pelos efeitos da queda dos preços das matérias-primas no mercado internacional. Diante de tal conjuntura, *só havia um recurso para a classe agrícola: unir-se para enfrentar os perigos.*³

O Primeiro Congresso Nacional de Agricultura é o fato que assinala com maior clareza tal união. O que não tinha sido possível em 1878, quando os latifundiários do Norte e do Sul do país reuniram-se em congressos separados, torna-se realidade em 1901.

Da convergência de todos esses processos é que surgem, no Nordeste, no primeiro quartel do século XX, as chamadas oligarquias.⁴ Trata-se de uma objetivação, no plano político, da reação da aristocracia rural da região ao processo de liquidação de que se via ameaçada; é a unificação dos “coronéis”, algumas vezes tornada explícita, como no “pacto dos coronéis” – promovido pelo Padre Cícero e por Floro Bartolomeu, entre os coronéis do Cariri, no Ceará –, para servir de base de sustentação à oligarquia Accioly. E mais: é a hierarquização dos coronéis, numa cadeia que vai do coronel-governador ao chefe distrital. É nessa fase, mais do que nunca, que o coronelismo tem realçada a sua feição “governista”. A violência, de instrumento e valor de mediação que era nas lutas político-familiares, sem desaparecer de todo como instrumento e permanecendo como valor social, passa a ser exercida basicamente numa

única direção (contra as classes dominadas; e, eventualmente, contra elementos não conformistas da própria classe dominante) e com um sentido predominantemente estratégico. Há uma “pacificação política” nos estados nordestinos, só turvada na fase final das oligarquias, e de modo bem diverso do até então conhecido.

A integração política da classe latifundiária atinge um nível de profundidade muito maior do que em outras ocasiões. A formalização de relações dentro dessa classe e a racionalização de interesses não se verificam apenas na esfera política (num sentido restrito) e através do entendimento direto entre uns poucos representantes de suas facções, mas, sim, através da mobilização total, penetrando todas as esferas de atividades. Tal integração é que lhe permite enfrentar a nova situação e buscar um novo equilíbrio. Mas é essa mesma integração que também permite, enquanto correspondendo a um enfraquecimento da solidariedade pessoal semifeudal entre dominadores e dominados, que as classes dominadas desenvolvam formas de solidariedade interna, até então inéditas em sua história e formulem protestos e projetos próprios, mais ou menos próximos de uma autêntica consciência de classe. No caso da pequena-burguesia (a plebe, de um modo geral, permanece se manifestando sob a forma de protesto e o operariado tem ainda significação reduzida), tais projetos estão contidos naquela proposição de “republicanizar a república”, erigida, aliás, em bandeira de luta de toda a pequena-burguesia brasileira. A verdade é que os anos que se seguem a 1910 assistem a verdadeiras rebeliões populares nos estados nordestinos. Multiplicam-se as organizações políticas de caráter popular; aparecem as primeiras organizações operárias; jornais clandestinos, como *O Combatente*, órgão da Liga dos Combatentes de Maceió, organização de massas que promove a luta armada na cidade, aparecem, o povo pega em armas para derrubar a oligarquia e assegurar a permanência dos representantes que elege.⁵ As oligarquias que, a princípio, promovem certas transformações no sistema econômico, passada a fase mais aguda da crise, firmam-se numa posição antiprogresso que, reforçando a fren-

te dos senhores rurais, implica um afastamento da burguesia comercial do seu esquema de poder. Este afastamento, constatado pelos historiadores, não tem, no entanto, sua dinâmica devidamente equacionada, a não ser, como Djacir Menezes o faz no caso do Ceará, em termos de suas vinculações mais imediatas: monopólio dos bons negócios pelos homens do governo, aumentos de impostos sobre o comércio etc. Mas, o fato é que, sem romper ostensivamente com os governos oligárquicos, a burguesia comercial irá contribuir financeiramente para os movimentos insurrecionais. Derrubada a oligarquia Rosa e Silva, em Pernambuco, caem todas as demais. A luta popular derruba os Accioly em Fortaleza. Em Alagoas, deposto o governo, o Exército o reempossa; nova rebelião, entretanto, apesar daquela proteção, derruba definitivamente a oligarquia.

Esse avanço do *povo* – a luta era colocada em termos de povo e antipovo⁶ – sobre o poder, monopolizado por uma classe cujo domínio perdera, em determinado momento, suas características paternalistas, em proveito de seus próprios interesses ameaçados pela dinâmica mesma da situação semicolonial em que permanecia o país, era inédito na história da região – exceção feita para o Recife que, pela sua condição de “abertura” da região ao mundo, já de algum tempo conhecia um processo de polarização política em termos de classe, de caráter irreversível e se constituía numa ameaça séria à integridade do sistema. Essa ameaça, no entanto, teria que enfrentar uma capacidade de resistência da parte do sistema, que era muito superior à capacidade de resistência imediata dos governos oligárquicos. Assim, a situação internacional que culmina com a Guerra de 1914-18, melhorando a aceitação dos produtos de exportação brasileiros no mercado mundial permite a despolarização, um “reenfeudamento” das classes dominadas e uma volta ao tipo de equilíbrio político pré-oligárquico. Esse processo pode ser apreciado com nitidez no recrudescimento das lutas político-familiares em todo o Nordeste. No Ceará, por exemplo, assiste-se a uma intensificação das violências entre chefes políticos locais: no governo do Senhor Franco Rabelo, resultante da rebelião

popular, segundo Djacir Menezes⁷ – que, em outra parte, o acusa de “embevecido pelas manifestações de rua, engrossada pela matula dos vadios” – “há falta de unidade na direção política e administrativa do Estado. O egoísmo dos chefetes domina. As pequenas vinganças facciosas. Os sertões desgarrados. Uma política retaliada por interesses locais”.

Tal despolarização não teria uma duração muito longa. Ainda na primeira metade da década dos 20, o Nordeste volta a assistir a uma polarização política de novo tipo: a luta aberta entre duas classes, a aristocracia rural dos engenhos e a burguesia rural das usinas, pelo poder político regional. A decadência econômica da primeira era um fato, pois não havia como o engenho bangüê (ou mesmo o engenho a vapor) concorrer com as modernas usinas de açúcar; no entanto, também era um fato a força política dos senhores de engenho; isto, ao lado do modo lento com que era introduzida a usina, permitia que os senhores de engenho (já, em larga medida, transformados em fornecedores de cana) continuassem monopolizando o poder político na região. O novo surto industrial, tornado viável pela Guerra de 1914-18, provocando um reforço da burguesia comercial e da incipiente burguesia industrial das cidades, significa também um fortalecimento das pretensões daquilo que era, em parte, o seu desdobramento no campo: a burguesia rural usineira. Nos primeiros dos anos 20, a produção das usinas já suplanta a dos engenhos e, o que é mais importante, a quota das usinas na exportação do açúcar já ultrapassa a dos engenhos. Nesse momento, se abre a luta entre as suas classes.

O prosseguimento da industrialização permite que, apesar daquele processo de reenquadramento a que nos referimos, o operariado continue a se estruturar; uma medida justa da sua força, aumentada com o sucesso da Revolução Russa de 1917, nos é dada pela extensão da greve de 1919, no Recife. A sua crescente unificação em torno de umas poucas organizações, o que não se verificava no início do século, ao lado de uma definição de programas cada vez mais precisos, dá-lhe condições de funcionar como uma força política de peso.

Dos conflitos aristocracia rural-burguesia e burguesia-operariado urbano, vai nascer uma aliança *sui generis* na política nordestina, entre a aristocracia rural em declínio e o operariado e pequena-burguesia contra a burguesia comercial e usineira. Tal aliança identifica o latifúndio apenas à concentração territorial, ou seja, à usina, e postula uma visão idílica do engenho como exemplo de pequena propriedade; tal concepção, mais do que pelos partidos de esquerda propriamente ditos, é veiculada pelos partidos socialistas que aparecem nos Estados, agrupando antigos senhores de engenho e intelectuais a eles ligados muitas vezes por laços de parentesco, transbordando de radicalismo de início, mas tendendo a firmar não uma posição socialista de fato, mas apenas cooperativista. Essa polarização se desfaz, nas áreas menos desenvolvidas da região, algum tempo após o desaparecimento do Estado Novo, ou seja, já na década dos 40, por efeito da acomodação entre fornecedores de cana e usineiros, cujo marco mais significativo é o Estatuto da Lavoura Canavieira, assegurando aos primeiros garantias através da fixação de quotas de fornecimento de cana, em contraste com a lei de 1933, que criou o Instituto do Açúcar e do Alcool, que beneficiava nitidamente os usineiros. Nas áreas mais desenvolvidas – Pernambuco – ela se mantém até a segunda metade dos anos 1950, objetivada na aliança entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a União Democrática Nacional (UDN).

As modificações que se processam no âmbito das forças produtivas no Nordeste, durante a primeira metade do século XX, não se fazem acompanhar por mudanças significativas nas relações de produção. O caráter de agricultura de exportação que permanece, apesar das mudanças tecnológicas, permite que as novas forças produtivas encontrem um equilíbrio suficientemente estável, com relações de produção inerentes ao modo de produção anterior. A tendência que se verifica, então, é no sentido da “feudalização” das usinas, como das indústrias em geral, e não, como seria de se esperar, de acordo com o modelo clássico de desenvolvimento, de capitalização dos setores menos avançados da economia. Isto

se prende, sem dúvida, ao caráter histórico concreto do que chamamos de burguesia rural usineira. Esta não tem uma origem única e não se distingue nítida e completamente da velha aristocracia rural dos engenhos; poderíamos mesmo dizer que só existe como burguesia (ou seja, retém um caráter inovador) enquanto dura a sua luta pelo controle da produção açucareira, “aristocratizando-se”, num segundo momento, e tentando mesmo repetir, em ponto maior, o estilo de vida dos senhores de engenho. Tal tendência está, sem dúvida, à base da resolução, ou, ao menos, da atenuação, do conflito entre usineiros e fornecedores de cana.

A Revolução de 1930, que, no que diz respeito ao país como um todo, seria, antes de mais nada, um movimento da pequena-burguesia que criaria condições para a industrialização e para a emergência de uma burguesia industrial com interesses próprios, no Nordeste será, basicamente, um movimento antiburguesia, um movimento resultante daquela associação de interesses de classes dos antigos senhores de engenho, da pequena-burguesia e do operariado urbanos, contra a nova burguesia agrária-comercial-industrial. No entanto, na medida em que a Revolução explicita o seu projeto industrialista, dela se aproxima a última e se afasta a primeira, após um momento em que ambas estão próximas, no combate à hegemonia paulista. As oscilações com respeito à política açucareira resultam dessas contradições e a acomodação representada pelo Estatuto de 41 é uma resposta do governo central ao perigo que poderia representar ter contra si aquela ampla frente antiusina.

As lutas político-familiares, que nem de longe tinham desaparecido, mas, antes, se mesclavam àquelas outras de caráter político-ideológico, manifestação que eram da própria estrutura de poder de base coronelista, sofrem, sem dúvida, a partir de 1930, concorrência séria de outros instrumentos de manutenção do equilíbrio político. São progressivamente “ilegalizadas” com o crescimento das cidades, enquanto não condizentes com os novos valores aí forjados, ao mesmo tempo em que são atingidas em

sua dinâmica interna pelo processo de secularização, desencadeado com a urbanização e industrialização. No entanto, nos anos 1940, com o desaparecimento da polarização mencionada antes, ganhariam novas condições de existência.

Isto é verdade particularmente para aquelas áreas menos desenvolvidas, onde qualquer polarização político-ideológica tem um caráter de eventualidade, não progressivo e acumulativo, dado o sentido mesmo de descontinuidade de que se revestem aí os processos anteriormente referidos. Nessas áreas, a grande propriedade permanece praticamente intocada, se bem que a sociedade como um todo seja atingida, no plano dos valores, pelo processo de secularização que se irradia dos centros dinâmicos do Sul do país. Assim, a crescente democratização do sistema político nacional não exclui o coronel ou o chefe político local do processo político, mas, antes, se faz com eles e sobre tais manifestações de mandonismo se reflete: a condição de chefe político perde cada vez mais o seu caráter inicial de adscriptividade e ganha, mais e mais, de aquisitividade; o processo eleitoral também sofre modificações bastante significativas: acompanhando a crescente penetração das formas capitalistas de produção, o voto de cabresto, predominante na Primeira República, e mesmo depois da Revolução de 30, cede lugar ao voto-mercadoria⁸. É o desdobramento daquele processo de passagem do clã familiar ao clã eleitoral, em que, muitas vezes, se mantêm as formas tradicionais, sem que, entretanto, os seus atores estejam necessariamente ligados à dominação tradicional. Essa “democratização” tem como conseqüência um estreitamento relativo da esfera do poder, o que determina um acirramento das disputas político-familiares.

Com a decretação da ilegalidade do PCB, que praticamente representou a decretação da “ilegalização” de toda a esquerda, e com as perseguições que se desencadearam a partir de 1948 contra as organizações operárias, o operariado e a pequena-burguesia são simplesmente banidos do sistema político, ao mesmo tempo em que as “camadas pobres” não diretamente vinculadas ao processo de produção são

“reenfeudadas”. Em tais condições, o sistema político consegue um tipo de equilíbrio paratradicional, onde o chamado “banditismo político” torna-se a mediação por excelência das relações políticas “interfeudais”, dado que a prática democrática poderia criar condições de ameaça ao sistema, e um sub-populismo, resultante não da constelação de interesses de uma classe em ascensão, como parece ser o caso do populismo no Sul do país, mas, antes, do vazio criado com o enfraquecimento das classes dominantes tradicionais (que era o enfraquecimento da agricultura de exportação como um todo), sem que alguma nova classe viesse compartilhar do poder, que converte as tendências de definição política, em termos de classes, à configuração anterior. Só com a arrancada desenvolvimentista da segunda metade dos anos 1950, é que tal quadro sofrerá algumas alterações.

Já em Pernambuco, prevalecem padrões político-estruturais de outro tipo. Ao contrário da situação anterior, em que desaparecem as polarizações em termos de classes e se aguçam as lutas interfeudais, ali, o que se dá é a coexistência do coronelismo, mantendo uma integridade muito maior – como observa Diegues Júnior, não se encontram nos demais estados nordestinos casos de dominação coronelista nos anos 50 tão “puros” quanto em Pernambuco –, com a polarização em termos de classes. Há quase que uma divisão geográfica do poder, com a primeira configuração permanecendo no Agreste e Sertão e a segunda na Mata e Litoral. De fato, quase sempre, as duas se entrelaçam, afastando-se, apenas em um segundo momento, quando, por efeito do processo de indiferenciação partidária – resultante daquela acomodação entre os remanescentes da aristocracia rural e a burguesia rural usineira aristocratizada –, a disputa UDN-PCB x PSD (partido que concentrava os interesses usineiros) apresenta-se menos como um choque imediato entre os interesses de classes que lhes servem de base, do que como uma defrontação entre dois tipos de estrutura política que tendem a excluir-se mutuamente: um, paratradicional, que marginalizava os setores populares enquanto

força política autônoma para reincorporá-los através de um subpopulismo como aquele que tinha curso nos estados periféricos, e um outro que considerava mais racional, para a classe dominante, enfrentar e institucionalizar uma polarização em termos de classes, como maneira mais segura de mantê-la sob controle.

Como vimos, com a República se apresenta entre o poder público e o poder privado, no Nordeste, a mediação do poder público estadual. Este garante à aristocracia territorial o domínio absoluto de uma área restrita, como uma espécie de compensação à progressiva diminuição de sua participação no poder nacional. Enquanto permanece na região, sem alterações, uma mesma composição de poder e enquanto o país conhece, na composição de poder nacional, a absoluta hegemonia da burguesia cafeicultora paulista, mantêm-se relações quase inequivocas entre poder público nacional, poder público estadual e poder político-privado local. Com a diferenciação de interesses que se opera dentro da classe dominante nordestina, quando da emergência de uma burguesia rural usineira, tais relações tornam-se profundamente ambíguas. Quando, com a Revolução de 30, também a composição de poder em termos nacionais se altera, ainda mais aumenta o caráter de ambigüidade daquelas relações.

A diretriz industrialista que prevalecerá nos anos posteriores à Revolução, sobretudo a partir de 1937, tende a colocar o Estado (do qual o poder público estadual passa a ser um desdobramento) em oposição ao poder privado; não que tal Estado fosse em si contrário ao exercício do poder político-privado local, mas, porque, além de alcançar uma racionalidade muito maior do processo social, do que a conseguida em qualquer fase anterior – o que determina certas contradições aparentes entre sua atuação e os interesses mais imediatos das classes dominantes – ele se vincula a outros interesses locais, bem como, o que é mais importante e está à base mesmo daquela racionalidade, na sua composição tendem a predominar interesses de uma burguesia industrial que se lança numa tentativa de promover, a todo custo, o

rompimento da situação de dependência econômica a que sempre estivera sujeito o país, condição que era para sua sobrevivência e para o que a Segunda Guerra Mundial vai fornecer as condições esperadas; para tal empreendimento deveria ser sacrificada qualquer afirmação regionalista ou localista.

No entanto, a reação se faz sentir – tal era a força do latifúndio – e os últimos anos da ditadura Vargas, como os que se seguem, imediatamente à redemocratização, presenciam um novo compromisso entre o poder público nacional e o poder político-privado. Tal compromisso tinha como base a canalização de recursos do Nordeste para o Sul, através das taxas de exportação e de outros mecanismos que, aparentemente disfuncionais para as classes dominantes nordestinas, eram da mais absoluta funcionalidade, pois só a marginalização econômica da região (permitindo o aceleração da industrialização no Sul) poderia permitir a despolarização política a que nos referimos. A intervenção do poder público, então, é no sentido de confirmar o poder político-privado local e estadual, através do protecionismo à indústria açucareira sem condições de concorrer com a paulista, ou do assistencialismo das “obras contra as secas”, garantindo a permanência de mão-de-obra barata para o latifúndio e enquadrando contingentes que se poderiam constituir em ameaça ao sistema.

O surto desenvolvimentista no Sul do país, nos meados da década de 50, implicando um aumento do poder aquisitivo de ponderáveis setores da população, e a elevação dos preços do açúcar no mercado internacional, abrem novas condições de prosperidade à indústria açucareira nordestina. Ao mesmo tempo em que retoma as vendas ao exterior (quase nulas desde 30, porquanto a produção era quase toda consumida pelo mercado interno do Sul), a agro-indústria açucareira aumenta violentamente sua produção no decênio 53/54 a 62/63^o. Tal expansão dos canaviais, como assinala Celso Furtado, vai implicar uma pressão sobre os camponeses agregados às fazendas e usinas, no sentido de liberarem as terras em que praticavam uma lavoura de subsistên-

cia, cujos excedentes abasteciam de alimentos as cidades do litoral, para a cana, transformando-os em assalariados, sem que isso lhes trouxesse, de imediato, qualquer vantagem, pois se verificava, ao mesmo tempo, uma pressão “baixista” sobre os salários. Isto conduzirá também a uma crise séria de alimentos nos centros urbanos: diminuem em quantidade e aumentam em preço. Este é o ponto de partida do processo de radicalização no plano político que então se inicia. Mais do que nunca, tornam-se claras para camponeses e trabalhadores rurais as contradições do sistema de base latifundiária: organizam-se em “ligas” e sindicatos e, logo, passam do plano simplesmente reivindicatório para a exigência de mudanças políticas e econômicas radicais.

A emergência do movimento camponês permite que o processo de radicalização política seja retomado nas cidades, onde cada vez se torna mais nítida a emergência de uma consciência de classe do proletariado, ao passo que a pequena-burguesia encontra no nacionalismo uma bandeira que a capacita a liderar o processo de transformação em curso. Cada vez mais, é a linha das classes sociais que define as disputas políticas.

O primeiro fruto de tal processo é o declínio do esquema de poder predominante até então e sua substituição por aquele que define o sistema político em termos de classes. O coronelismo parece definitivamente derrotado e logo se desfaz a velha aliança UDN-PCB, que se apresentam agora exatamente como os pólos antagônicos dentro do sistema político. E, mais do que isso, o que se tem, em pouco tempo, é um governo eleito por uma coligação popular, de cunho nacionalista e reformista, antiimperialista e antilatifundiário.

A acumulação de tensões resultantes dos conflitos de classe leva o Estado a intervir no sentido de atenuação da luta para evitar a ruptura do sistema que poderia ser fatal para o sistema como um todo: a criação da SUDENE e, depois, o estabelecimento do Estatuto do Trabalhador Rural significam uma alteração na linha de atuação do Estado que, até então, era de completa identificação com as classes

dominantes na região. O fato é que, além da maior racionalidade possível que lhe permitia intervir para salvar o próprio sistema, aumentara a força política das classes dominadas; também a luta da indústria nacional para ampliar o mercado interno tinha levado certos setores da burguesia industrial a uma eventual aliança com as forças populares.

Surgindo em 1955, as ligas camponesas e, só depois, os sindicatos rurais, já em junho de 1963, contavam as primeiras com 40.000 filiados e os últimos com cerca de 200.000, apenas em Pernambuco.¹⁰ Informa-nos Mary Wilkie, que estudou o movimento sindical na região, que, nessa mesma época, dos 102 municípios de Pernambuco, 77 já contavam com os sindicatos rurais; sendo que, na área açucareira, 34 dos 35 municípios existentes já os possuíam. A rapidez do processo de emergência do movimento camponês, em particular, e do movimento popular, em geral, foi tão grande que, na periferia do sistema, atingida mais tardiamente, não se chegou a ter uma medida precisa da sua penetração, como foi possível em Pernambuco, quando da eleição de Miguel Arraes para o governo do Estado, em 1962. Em Alagoas, estado em que o movimento camponês mais custou a penetrar, o que houve foi uma unificação da classe dominante, antes mesmo dessa penetração, apenas diante da “ameaça de Pernambuco”. Enquanto se transformava o Estado numa espécie de trampolim contra-revolucionário na região, repetia-se um pacto entre as facções político-familiares, que lembra aquele do começo do século, a que nos referimos.

O movimento contra-revolucionário de abril de 1964 representa, em termos de Nordeste, o recuo forçado à hegemonia de um tipo de estrutura política superada pelo próprio desenvolvimento do sistema. Não apenas no âmbito do sistema econômico, onde são amputadas certas conquistas dos trabalhadores rurais e camponeses que tinham assegurado um aumento da faixa de economia monetária da região e uma ativação da vida econômica, é que se manifesta tal recuo; no sistema político, ele é ainda mais evidente: desaparecem, em grande parte, as associações voluntárias e grupos de pressão repre-

sentativos de diferentes classes e camadas sociais, e, com eles, a institucionalização do conflito entre grupos antagônicos, característica de um sistema político modernizado; o coronelismo reestrutura-se, fazendo com que as relações formalizadas, impessoais e democráticas, sejam substituídas, como padrão básico de relacionamento político, por outras de caráter personalista e autocrático. A repercussão que tal reviravolta possa ter é difícil de ser avaliada. O fato é que, malgrado as possíveis vicissitudes, o movimento camponês não desapareceu de todo, como o demonstram as ameaças de greve e as constantes denúncias de usineiros pelo não-cumprimento das leis trabalhistas, nos anos 1965/66, promovidas pelos sindicatos que conseguiram escapar, de um modo ou de outro, à repressão contra-revolucionária. Do mesmo modo, parece haver uma recusa popular a aceitar o re-enquadramento de abril, como o indica a vitória das abstenções e dos votos em branco, nas eleições promovidas para o preenchimento da vaga de deputado federal deixada pelo Senhor Francisco Julião, cujo mandato fora cassado pela contra-revolução.

Na periferia do sistema, onde a liquidação do movimento popular pôde ser levada mais adiante, o desaparecimento da “ameaça camponesa” dá lugar a um restabelecimento daquele equilíbrio paratradicional, à base de lutas interfeudais. Ao menos é o que parece indicar o ressurgimento, no melhor estilo, do banditismo político em Alagoas, como, em escala menor, em outros estados periféricos.¹¹

Notas

- 1 Este trabalho foi publicado, anteriormente, nos Cadernos Brasileiros, nº 37, ano VIII, set.-out. 1966.
- 2 Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro, 1949.
- 3 IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool). Congressos Açucareiros no Brasil. Rio de Janeiro, 1949, p. 49.
- 4 Referimo-nos ao termo, aqui, não a algum dos muitos sentidos que lhe têm sido atribuídos pelos teóricos da Ciência Política, mas tal como foi historicamente atribuído aos governos estaduais da época, cujas características descreveremos adiante.
- 5 Ver Pedro Mota Lima, Fábrica da Pedra, Rio de Janeiro, 1962.

6 Aliteratura popular da época deixa transparecer essa polarização. O folheto, “O Tiroteio de Maceió: Zé Povo e os Maltino”, cujo título por si só já é sugestivo, do poeta popular Pacífico Pacato Cordeiro Manso, 1912, que descreve a luta contra a oligarquia Malta, em Alagoas, nos diz em certo momento:

“Na porta dos Mascarenhas / Vinte soldados à frente / Disseram lá vem Zé Povo / O que se faz seu Intendente? / Este respondeu ligeiro / Quero ver sangue de gente / (...) Balas passavam nos ares / perdendo-se nas campinas / De toda parte se ouvia / os ecos das carabinas / Zé Povo dizia: morram / Todas pessoas Maltinas”

- 7 O Outro Nordeste, Rio de Janeiro, 1939, capítulo V.
- 8 Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque. Coronel, Coronéis. Rio de Janeiro, 1965, “Introdução”.
- 9 Celso Furtado. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1964, 2ª parte, cap. III.
- 10 Mary E. Wilkie, A Report on Rural Syndicates in Pernambuco. Rio de Janeiro, 1964 (mimeo).
- 11 Além das obras citadas, foram de maior valia a elaboração deste trabalho: Nestor Duarte, com a Ordem Privada e a Organização Política Nacional. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939; Maria Isaura Pereira de Queiroz, O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d; Manuel Diegues Júnior. O Bongüê nas Alagoas, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948; Fernando de Azevedo, Canaviais e Engenhos na Vida Política Brasileira (1948); Rui Facó, Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d; e Alberto Passos Guimarães, Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d.

A CONJUGALIDADE HOMOSSEXUAL NO SISTEMA DE GÊNEROS E PARA ALÉM: micropolíticas homoeróticas

Evocando um campo já constituído de diálogo em torno da problemática deste artigo¹ [“nós fazemos, nós continuamos sempre o mesmo discurso; é preciso muita paciência daqueles que nos cercam para suportar, de nossa parte, esse discurso imperturbável que é o nosso durante toda a vida”, dizia Barthes (2003: 272)], analiso, a seguir, de forma bastante sucinta, alguns resultados de minha pesquisa de Doutorado², localizando, de forma pontual, a questão da conjugalidade homossexual nos estudos sobre corpo, gênero e sexualidade, na epistemologia do sistema de sexo/gênero (expressão cunhada por Gayle Rubin, em 1975, no artigo “*The traffic in women*”) e, segundo a orientação conceitual-analítica da Tese, aponto, ainda, a perspectiva de leitura sobre a (homo) sexualidade num nível de discussão micrológica, tentando avançar na direção daquilo que chamamos de “micropolíticas homoeróticas”, tomando como interlocutores privilegiados alguns pensadores da teoria social (Giddens, Bourdieu e Simmel), da psicanálise e da filosofia da diferença (Foucault, Deleuze/Guattari e Derrida).

ANTONIO CRISTIAN SARAIVA
PAIVA*

RESUMO

O artigo aborda o enredamento ambíguo e multifacetado da discussão sobre a homoconjugalidade na codificação do sistema amor-casamento-família. Analisa as reivindicações de *normalização da homossexualidade* e indaga sobre os riscos de invasão da *expertise* (psi, sócio-antropológica e jurídica) sobre o governo das homossexualidades. Frente a esses agenciamentos institucionais, aponta o potencial disruptivo e criador de outras formas de vínculo afetivo-amoroso que os experimentos homoconjugais podem engendrar em suas micropolíticas. Propõe uma discussão micrológica, intensiva e molecular sobre a sexualidade humana.

ABSTRACT

The paper approached the entanglement of a multifaceted and ambiguous discussion of homomaterimonialism in the codification of the family-marriage-love system. It analyzed the claim for the normalization of homosexuality and questioned the risk of expertise invasion (in its psychological, socio-anthropological and juridical forms) of homosexuality direction. By considering these different forms of institutional arrangements, it pointed to the disruptive and creative potential of alternative loving-affective ties that homomaterimonies could engender in their micropolitics. It proposed an intensive and molecular micrological discussion about human sexuality.

* Doutor em Sociologia, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC).

1. Estudos de gênero, sistema sexo/gênero e *tandem* gay/lésbico

Como inserir a temática da homossexualidade nos estudos de gênero?

Podemos afirmar que os *gender studies* constituem um campo vasto de pesquisa associado à crítica feminista do sistema de gêneros, tentando dar conta da construção dissimétrica do feminino e do masculino na cultura ocidental, atentando para as relações de desigualdade e de violência simbólica que marcaram historicamente a dominação das mulheres por uma libido falonarcísica (BOURDIEU, 1998), cuja expressão mais visível se traduz numa partilha desigual de papéis que homens e mulheres historicamente desempenharam no *socius*: nas relações conjugais, familiares, de trabalho, etc.

A ordem familiar econômico-burguesa, lembra-nos Roudinesco (2003, 38), repousava em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres, a dependência dos filhos. A produção da subjetividade das mulheres constituía-se, portanto, a partir da equação: mulher=esposa=mãe. Essa estratégia inscreve-se como um dos capítulos fundamentais do dispo-

sitivo de constituição do sujeito moderno, batizado por Foucault como *dispositivo da sexualidade*, o qual proponho ler como uma “história da constituição do sujeito moderno” (PAIVA, 2000). Nessa história, a subjetividade da mulher figura como uma das protagonistas, um dos alvos privilegiados de observação, escrutínio e disciplinamento, sobre o qual o biopoder se exerceu e que serviu de fonte aos “arquivos de pouca glória” que constituíram as ditas ciências humanas (FOUCAULT, 1993), e especificamente toda a *expertise* psi (psiquiatria, psicologia, psicanálise), e que se encontra na origem não-desvelada do suplemento de mal-estar imposto às mulheres, cujo paroxismo manifestou-se no teatro da histeria.³ Daí que Foucault (1988) analisa, a propósito dos mecanismos de subjetivação da mulher, os pólos opostos da *mãe/esposa* saudável/higienizada e da *mulher histérica*.

Junto com a mulher = esposa/mãe e seu antitipo, a mulher histérica, teríamos as outras personagens modelares do familismo edipiano⁴ do dispositivo da sexualidade (segundo o qual a família é tomada como Bem Supremo, como matriz de produção de subjetividades nas sociedades capitalistas): a *criança higiênica* X a *criança masturbadora*, o *adulto normal* (que comporá o *casal malthusiano*) X o *perverso*. É na família dos perversos que a homossexualidade encontra seu lugar de origem, e, a julgar pela recrudescente onda de homofobia, em voga mesmo na *expertise* científico-acadêmica, tudo faz crer que a perversão permanecerá como sentença condenatória da homossexualidade.

A matriz heterossexual, horizonte de uma heterossexualidade compulsória, segundo os termos de Judith Butler⁵, serviu, pois, *a priori*, como evidência, como terreno do não-pensado, do não-posto em causa, para regulamentar os comércios erótico-relacionais dos indivíduos e para codificá-los em instituições sociais. Masculino e feminino alimentaram-se de um imaginário da complementaridade, de um binarismo tomado como eixo fundamental interpretativo das relações sociais, como dado antropológico primeiro de organização simbólica dos sistemas de cultura, em diferentes sociedades.

Georges Balandier (1976: 41-42) caracteriza essa relação de alteridade homem/mulher como “relação-mãe”, que engendra de si todas as outras relações de que se nutre a vida e a criação cultural coletiva. Transformando-se em “complementaridade tensional” através do casamento, continua o antropólogo, a relação homem/mulher “modela um grande número de relações sociais, de representações e de arranjos simbólicos, em todas as sociedades formadas principalmente à base do parentesco, da filiação e da aliança”. Privilégio dessa relação tomada como “dado definitivo”, “primevo”, “fundador”, “relação de referência” para se pensar o vínculo social. Por conta disso, sigo com Balandier, a homossexualidade apresenta-se, antropológicamente, como “o estado zero das relações sociais, como não-relação e, de qualquer modo como o inverso da união das diferenças, que revela sua fecundidade na categoria exemplar ou, melhor paradigmática, atribuída à relação masculino/feminina”.

A norma heterocêntrica, portanto, é evocada para a própria inteligibilidade do *socius* e sua estruturação simbólica. A crítica feminista, que estamos evocando sob a rubrica do sistema de sexo/gênero, historicamente, juntamente com as lutas de gays e lésbicas foram os primeiros a pôr em questão essa matriz heterossexual como horizonte de normatividade das condutas sócio-sexuais, ao apontar a necessidade de rediscutir as relações entre a base material da identidade (ligada ao corpo, ao sexo) e a da construção social da personalidade (identidade sexual, gênero).

1. 1. Epistemologia do gênero

Dentro desse projeto, simultaneamente epistemológico e político, a idéia de “gênero” foi inicialmente utilizada, em oposição à de “sexo”, “para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado”. Segundo Linda Nicholson, *gênero* é tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo; gênero e sexo são, portanto, compreendidos como distintos (2000: 09). Essa discussão permeia o horizonte daquilo que se convencionou chamar de

segunda onda do feminismo, nos anos 1960/70.

Resumidamente, podemos evocar as “três ondas” ou três etapas de articulação da crítica feminista à dominação masculina. A “primeira onda” do feminismo, na virada do século XIX para o XX, seria caracterizada pelo “sufragismo”, pautado pela reivindicação universalista de conquista de direitos (ao voto, especificamente), bem como pelas “reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões” (LOURRO, 2003: 15). A “segunda onda”, no fim da década 1960 e nos anos 70, marcada por um acento mais teórico e mais ‘radical’. Para além dos problemas relativos à obtenção de direitos e oportunidades iguais para as mulheres, que marcaram o “sufragismo”, essa onda do feminismo enfatiza os processos psíquicos e culturais profundos, nos quais se enraíza a opressão das mulheres. O conceito sociológico de gênero, primeiramente formulado por Nancy Chodorow (1978), servirá, nesse contexto como chave de uma nova interpretação da história na qual viesse à tona a diferença nas relações entre homens e mulheres (NATALIE Z. Davis, cit. por ROUDINESCO, 1998: 292). A “terceira onda” do feminismo, a partir dos anos 1980/90, caracteriza-se, como propõe Michèle Barrett (1996: 306), por um trabalho de autocritica do movimento feminista, em torno de três questões: 1. crítica a um “etnocentrismo” implícito no feminismo ocidental, branco, classe média; 2. perda da confiança no modelo sociológico de gênero e reafirmação da “diferença sexual” (ressurgimento do instinto maternal e da definição implícita da mulher pela maternidade, conforme aponta Badinter, 2005: 19); 3. incorporação das idéias pós-estruturalistas e pós-modernistas para a conceitualização dos projetos feministas e para a definição dos rumos da política feminista. O pós-feminismo pode, aí, ser inscrito como uma variante epistemológica e política de enfrentamento dessas questões.

Portanto, a re-interpretação da categoria analítica de gênero se coloca como tarefa crítica, a partir dos anos 1980 (terceira onda do feminismo), pois, conforme aponta argutamente Nicholson, sob uma aparente clareza e evidência de significado daquele

conceito, pode-se utilizá-lo de maneiras diferentes, inclusive, contraditórias: teríamos, por um lado, uma argumentação segundo a qual o gênero funcionaria, ao modo de uma ‘superestrutura’ (ideológica, cultural, social, histórica), assentada sobre uma estrutura (natural, biológica, universal), representada pelo sexo. Segundo uma outra perspectiva, bem mais criticamente, a oposição entre sexo X gênero seria, com os binarismos a ela imanentes, ela própria tomada como um artefato cultural. Assim, o próprio corpo passa a ser visto através de uma interpretação social, e então, “sexo” e “gênero” não podem mais ser tomados como termos independentes.

Segundo a definição de Joan Scott (1988), o gênero abrange o sexo, uma vez que sendo “a organização social da diferença sexual”, o gênero “é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais”.⁶ Gayle Rubin, na mesma direção, passa a falar no par: sistema sexo/gênero, definindo-o como “o conjunto de acordos sobre os quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975).

Portanto, assistiríamos, a partir da década de 1980, a uma reavaliação “pós-moderna” da questão sexual nos estudos de gênero, principalmente no âmbito acadêmico norte-americano. Uma rearticulação do sistema de gêneros: “o sexo biológico seria um dado do comportamento humano tão construído quanto o gênero” (ROUDINESCO, 2003: 119-120), este concebido como sexo social. O gênero passa a ser visto como operador “colonialista” – a expressão é de Roudinesco – do poder de um gênero (os homens) sobre outro (as mulheres), uma forma de regulação da sexualidade que se torna normativa (BUTLER, 2002).

Para Judith Butler (2001: 153), a tarefa passa a ser “vincular a questão da materialidade do corpo com a performatividade do gênero”, promovendo uma reformulação profunda nos dois termos da relação, sob o risco de retomar a partilha implícita na definição sexo/gênero, ou seja, natureza/cultura, universal/arbitrário: “De forma alguma”, lembra-nos Butler, “se pode conceber o gênero como um cons-

trato cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria – quer se entenda essa como o ‘corpo’, quer como um suposto sexo” (Idem: 154). Trata-se, nesse sentido, de reformular o que está em jogo na materialidade dos corpos, materialidade enquanto efeito de uma dinâmica do poder, seu efeito mais produtivo (Idem). Quanto à performatividade de gênero, evita-se um recurso a qualquer perspectiva essencialista, ou, de outro lado, a um retorno a uma teoria da ação baseada no sujeito autocentrado e deliberador, centro do processo das identificações sexuais. Daí, segundo a definição de Butler, “a performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (Idem: 154).

Desse modo, a construção do sexo, ao invés de repisar aquela vulgata do arbitrário cultural, revestindo uma materialidade a-histórica, referente material inequívoco, ela própria passa a ser compreendida como “uma norma cultural que governa a materialização dos corpos” (Idem: 155), e que determina normativamente o campo das identificações sexuais. Com a ordem compulsória do sexo/gênero/desejo (2003), a norma corporal heterocêntrica que tem orientado as políticas sócio-sexuais ocidentais estabelece ideais regulatórios cuja materialização é imposta aos indivíduos, e que realimenta o imperativo heterossexual, o qual “possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras identificações” (2001: 155).

Assim, teríamos uma produção simultânea de subjetivações sexuadas, integradas na matriz heterocêntrica e de formas de subjetivação “abjetas”, “subversivas”, minoritárias e divergentes da norma sexual/corporal heterossexista. Butler conferirá privilégio analítico ao “objeto”, na medida em que aí se configura um terreno de luta política, pelo exercício do direito de experimentar, de experimentar-se enquanto sujeito, para além da sujeição [A categoria ‘sexo’ é, desde o início, normativa (...), é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa” (2001: 153)].

Butler, leitora de Foucault, retoma os dois sen-

tidos presentes na forma “sujeito”: sujeito enquanto submetido a, assujeitado a, e sujeito enquanto “reivindicação de direito à autonomia e à vida” (Idem: 155). Por outro lado, enquanto leitora da psicanálise, sabe que essa autonomia é sempre relativa, inalcançável, inabitável. Ora, é nessa “in-atualidade” do sujeito, sua abjeção, zona do “i-mundo” (conforme expressão de Lacan), que se podem verificar processos de singularização emergentes. Daí o privilégio conferido a essas zonas de subjetivação subversivas, *queer zones* (BOURCIER, 2001) ao bizarro, ao abjeto, ao *queer*; portanto,

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito: ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. Nesse sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção (...) (BUTLER, 2001: 155).

Assim, privilégio epistemológico e político. Uma nova postura política, pós-identitária, já que a identidade, ela mesma, é uma forma de “rosto” diagramatizado pelos arquivos de saber e pelos regimes de poder, e aberta aos processos moleculares de subversão simbólica, desencadeados pelas sexualidades *queer*. Uma perspectiva analítica pós-representativa e pós-normativa para se pensar as políticas da sexualidade.

De fato, com a *queer theory*, como ficou conhecida essa forma de abordagem da sexualidade no campo do “pós-feminismo”,⁷ estabelecida a partir

dos anos 1990 (Teresa de Lauretis, Beatriz Preciado, Marie-Hélène Bourcieu, etc.), há uma radicalização dessa forma de abordar a heterogeneidade das marcações biológica, psíquica e social da sexualidade, cujo paradigma de subversão passa a ser a figura da *drag queen*, que performatiza, de maneira exemplar aquele desencaixe entre corpo (sexo), gênero (identidade sexual: binarismo masculino/feminino) e sexualidade (traduzida como desejo, hetero/homorientado).

Segundo Judith Butler, os estudos gays e lésbicos, no mínimo, nos permitem evidenciar que “a heterossexualidade é ao mesmo tempo um sistema coercitivo e uma comédia inevitável” (2005: 20). Ou seja, o *tandem gay/lésbico* nos permite fazer uma crítica da heterossexualidade compulsória – o que implica discutir as relações entre corpo, gênero e sexualidade, supostamente assentadas numa conformidade entre anatomia, normas sociais e produção de subjetividade. Qualquer embaralhamento entre esses termos passaria a alimentar o imaginário da *diferença* tomada como exílio do diverso.

Nos discursos que insistem na conformidade mencionada entre corpo, gênero e sexualidade, que caracteriza o dispositivo da sexualidade moderna, uma velha fundamentação (com roupagem de distinção acadêmica, hoje) é re-evocada: *a anatomia como destino*: o corpo serviria, supostamente, como dado último, como evidência universal sobre a qual se superporiam as outras construções, social e psíquica, servindo-lhes de referência de normatividade. Os soçobros na harmonia dessa construção, através da qual os discursos sociais modelizam a sexualidade e a subjetividade (de onde os pares foucauldianos sexo-verdade, saber-poder, etc), passam a ser inscritos no terreno da transgressão (anormalidade, patologia) e da culpa (somos culpados de possuir um inconsciente, isto é, uma máquina desejante que embaralha aqueles códigos e seus mapas; daí a psicanálise ter se interessado tanto pela tragédia de Édipo e de Hamlet, como arquétipos de uma subjetividade culposa).⁸

Podemos, entre parênteses, nos indagar até que ponto a psicanálise – que, a nosso ver, se cons-

titui como um dos mais poderosos campos conceituais que dispomos para a abordagem da sexualidade humana – também sucumbiu ao pressuposto do sexo (enquanto materialidade do corpo, “real” do corpo, segundo a terminologia lacaniana⁹) como norma inultrapassável, trans-histórica, universal. Butler vê nessa pressuposição sustentada pela psicanálise lacaniana uma limitação a ser ultrapassada (2005: 15).

Segundo Roudinesco, Freud cria “uma estrutura psíquica do parentesco que inscreve o desejo sexual – isto é, a libido ou Eros – no cerne da dupla lei da aliança e da filiação” (2003: 90), onde, portanto, a família (isto é, a família burguesa nuclear, psicologizada, edipianizada) se torna uma necessidade da civilização, espaço no qual o indivíduo psicológico urdirá sua conflitualidade constitutiva. Daí porque, padecendo desse familismo, desde a origem, a psicanálise se configura, simultaneamente, como sintoma e remédio (Idem: 93) do mal-estar psíquico trazido pela civilização (moderna, ocidental, eurocêntrica...).

Se, por um lado, esse familismo da psicanálise foi emancipador de relações intrafamiliares assentadas na desigualdade de papéis e lugares sócio-sexuais e favoreceu a eclosão de novos modos de parentalidade, algo próximo do que Giddens (1993) caracteriza como uma “democracia emocional” familiar (mas, como já apontamos, uma democracia cujos operadores fundamentais seriam a conflitualidade, a transgressão, a culpa!), por outro, esse familismo, segundo a expressão de Derrida (1998; 2001; 2004), representa uma resistência da psicanálise à própria psicanálise, quando hoje ela é chamada a pronunciar-se sobre as modalidades contemporâneas de conjugalidade e de parentalidade, caracterizadas pela caotização das formas tradicionais de amor, conjugalidade e família, na qual se impõe o desencaixe nas relações entre corpo, gênero e sexualidade, estabelecidas pela matriz heterossexual.

Essa leitura de desconstrução do familismo psicanalítico, também, é uma postura epistemológica e política, pois permite explicitar a estratégia de anulação da psicanálise pela própria psicanálise, sua

resistência a si mesma, e liberar o potencial transgressor da psicanálise enquanto modo de abordagem da crueldade humana (DERRIDA, 2001).

Assim, situando a psicanálise na discussão do sistema de sexo/gênero, podemos encontrar em Freud uma abordagem artificialista da sexualidade humana. Freud rompe com toda argumentação naturalista (ver o falicismo universalista de sua teoria), mas avança a idéia de que a ordem do desejo não deriva nem do biológico, nem do social. Segundo Roudinesco, Freud inscreve uma novidade na epistemologia do sistema de gênero, ao introduzir no binarismo sexo-gênero um terceiro termo: “o da sexualidade psíquica fundada na existência do inconsciente” (2003: 128). Portanto, para a psicanálise, “a questão da diferença sexual só pode ser focalizada em referência a um vivido existencial. É que a ordem do desejo, no sentido freudiano, é heterogênea ao sexo e ao gênero” (*Idem*: 128-129).

Nesse sentido, aproximo, por minha própria conta, como já ensaiei em outro momento,¹⁰ correndo todos os riscos da aproximação, o artificialismo freudiano com o rizomatismo maquínico-desejante de Deleuze e Guattari, que também provoca uma re-discussão na epistemologia dos gêneros. Desnecessário lembrar a importância da “questão homossexual” e das “sexualidades inumeráveis” (Derrida) no trabalho desses pensadores.

1. 2. A questão homossexual no sistema de gêneros e para além

Se a crítica feminista do sistema de gêneros, com seus desdobramentos no pós-feminismo e nos estudos gays e lésbicos, permite uma desnaturalização da sexualidade e a explicitação dos investimentos de poder vigentes na organização das identidades sócio-sexuais, penso que corremos o risco de minimizar a questão da sexualidade inconsciente, a economia psíquica desejante, com seu funcionamento molecular, em disrupção constante com os agenciamentos molares da sexualidade. Pergunto-me, também, se o sistema de gênero já não seria registro do molar, do agenciamento coletivo de enunciação. Portanto, uma dúvida em relação ao imaginário dos

gêneros, como enfatuamento da subjetividade pelos discursos sociais sobre o masculino/feminino, sobre a homo/hetero/transsexualidade, etc., segundo uma lógica capitalista de produção de subjetividades mutantes, flexíveis, descartáveis.

Ligo essas minhas interrogações à *démarche* (auto)crítica feita pela teoria *queer*, que, se por um lado, está inscrita na esteira do feminismo [*“Je dirais que je suis une théoricienne féministe avant d’être une théoricienne queer ou gay et lesbienne. Mes engagements féministes priment probablement”*, diria Butler (2005: 13)], e herda os esquemas de inteligência da sexualidade e do desejo pelas balizas do sistema binário e heteronormativo dos gêneros, por outro lado, faz explodir esse mesmo sistema sexo/gênero. Desconstruindo, desfazendo o uso sociológico da categoria de gênero (BUTLER, 2004), e, como contrapartida, privilegiando o terreno de experimentações simbólicas, moleculares, singularizantes das práticas corporais paródicas, subversivas, minoritárias, abjetas, o trabalho de Butler permite-nos atingir a zona de agitação na qual se efetuam processos de singularização da experiência sexual-identificatória, como destacamos anteriormente.

Assim, podemos tentar colocar a questão homossexual referida a um nível mais intensivo, diferencial, molecular, como produção de signos, como modelo mesmo de toda a sexualidade (isto tudo em Deleuze), uma homossexualidade “meteca” (SCHÉRER, 1999), semiótica, como profusão de signos, efusão que explode as identidades muradas, equivocando o imaginário dos gêneros (DELEUZE, 2002; 2003). Não é à toa que Deleuze/Guattari vão trabalhar isso tudo a partir de Proust: do tema da raça maldita à questão da transexualidade molecular do narrador, de Charlus, de Albertine, etc. A impressão que paira no ar, a suspeita, é a seguinte: não seriam todos transexuais? Ou melhor, não seríamos todos transsexuais? Podemos encontrar os termos dessa pergunta em nossos autores no *Anti-Édipo*: “À alternativa das exclusões ‘ou... ou’, opõe-se o ‘ou’ das combinações e permutações onde as diferenças vêm a dar no mesmo, sem deixarem de ser diferentes”. Assim, continuemos, “somos heterossexuais

estatisticamente ou molarmente, mas homossexuais pessoalmente, sem saber, ou sabendo, e, finalmente, transsexuados elementarmente, molecularmente” (1976: 94).

A questão homossexual implica, segundo nossa compreensão, ruptura com as evidências alimentadas seja pelo imaginário da anatomia dos corpos, seja pela legislação dos discursos da *expertise* (psi, antropológica, sociológica ou outra) sobre a sexualidade, para não falar dos catecismos da moral, da religião, mais lidos hoje do que nunca, na medida em que se investem e são investidos por aquela *expertise*. Implica pensar uma topologia barroca, complexa, multifária para a subjetividade. Guattari (1992) fala numa “subjetividade pática”, Boaventura Santos (2003) propõe falar em “subjetividade de fronteira”, num acossamento constante dos agenciamentos identitários.

Portanto, ao invés de falar em uma “identidade homossexual”, propõe-se falar em “modos de vida” (FOUCAULT, 1994) que favoreçam a singularização das experiências amoroso-sexuais em sua pluralidade, que estejam atentas para o comércio microscópico do desejo, com seu jogo de equivocação, de emissão de singularidades. Insistir não tanto na reafirmação de uma identidade homossexual, um “si” homossexual representativo, mas dar margem, nessa micropolítica, às práticas de singularização.

Mesmo que, por outro lado, na política das homossexualidades haja toda uma insistência na reivindicação identitária, na criação de um coletivo, na constituição de um movimento que negocia ambigualmente com a gestão do si homossexual. Enfim, não podemos esquecer que a própria homossexualidade moderna é produção do dispositivo de sexualidade de nossas sociedades capitalistas, sendo uma de suas ficções maiores, como já destacamos.

De qualquer modo, ao propor essa leitura da homossexualidade – que, a meu ver podemos generalizar para outras modalidades de expressão erótica/desejante, mediante um trabalho constante de desterritorialização e singularização de nossas experiências eróticas, afetivas, contra a administração de nossa sensibilidade, de nossa intimidade e nosso

desejo por um discurso autorizado, seja qual for sua proveniência –, aponto um registro intensivo, polifônico, micrológico, molecular, na compreensão da subjetividade e da sexualidade que, conforme esta minha interpretação, a epistemologia do sistema de gêneros não dá conta adequadamente.

É esse registro, que persegui em minha pesquisa de doutorado, que apresento a seguir.

2. Micropolíticas, microssociologias. Ao encontro dos invisíveis, reservados...

Minha pesquisa de campo foi realizada em Fortaleza (em 2002/3), com casais masculinos que mantêm relacionamentos estáveis e longos, e que vivem em regime de coabitação (parcial ou total). Numa perspectiva metodológica pluralista, utilizei várias estratégias de pesquisa no trabalho de campo: entrevistas estruturadas, observação, participação em eventos artístico-culturais e políticos, conversas informais, manuseio de textos produzidos pelos sujeitos da pesquisa, de documentos íntimos, registro fotográfico, etc.

A ênfase da pesquisa recaiu sobre as histórias de cada casal: suas trajetórias em relação à homossexualidade, a gestão dos relacionamentos na convivência íntima (micropolíticas homoeróticas) e a visibilidade das relações na sociabilidade próxima e ampliada (família, amigos, vizinhos, trabalho), bem como as representações políticas da “homoconjugalidade”. Nesse sentido é que elaborei os relatos das “vidas paralelas” de dez casais, originados de uma série de entrevistas que realizei com cada casal (entrevistas individuais e em conjunto, que denomino “entrevistas em profundidade”).

Nas falas, nas histórias contadas, no artesanato de vozes confeccionado na pesquisa, sigo a perspectiva das *micropolíticas da intimidade*. Desfazendo-me de um imaginário da concha, do lugar fechado, do casulo, penso a intimidade numa dimensão intensiva, molecular. Tomar a intimidade como problema político, sob uma lente micrológica. Simmel (1950; 2006), me ajudou bastante a enxergar a capilaridade das ações humanas, sua intersticialidade como objetos “dignos” da sociologia, recuperando a legi-

timidade desses problemas microscópicos de organização da vida e do viver juntos. Beneficiando-me dos últimos cursos de Barthes, avanço no sentido de uma “psicossociologia passional dos problemas idioletais” [“o que vejo à minha volta, em meus amigos, o que se postula em mim” (BARTHES, 2003: 20)]. Uma microssociologia das nuances, imaginação do pormenor (*Idem*: 9), como recusa de uma pesquisa que se detivesse nos “problemas gerais”. Daí a confecção do livro das “vidas paralelas”, melhor convindo chamar de *álbum*¹¹ das histórias de amor que me foram narradas.

No tratamento do material, evito a tentação hermenêutica (de teor sociológico, psicanalítico ou outro qualquer) de atribuição de sentidos unívocos às falas, no seu trajeto da voz recolhida nas entrevistas até sua fixação numa escrita. Certeau (1994) nos alertou sobre os riscos implicados na operação dessa escrita heterológica, isto é, escrita das vozes dos outros. Assim, no capítulo da Tese destinado a fazer uma análise do material recolhido e emoldurado no livro das *Vidas Paralelas*, denominado “Micropolíticas homoeróticas”, evito, conscientemente, fornecer “um retrato oficial” do que seria “um casal homossexual”, uma “representação sociológica”, um “rosto” constituído pela *expertise* sobre essa modalidade de vivência homossexual. Por inspiração barthesiana, abordo o material como pequenos dossiês, cheios de lacunas, com contornos singularizantes, permitindo escuta de forças, de diferenças, de falas trançadas em mergulhia, entremeadas por digressões teóricas, esboços de microssociologias: sociologia da conversa, sociologia da boate, sociologia da traição, sociologia do grupinho, etc., num diálogo incessante com as falas, tomadas como emissão de singularidades, partículas com intensidades diversas, tentando pôr em destaque as *técnicas de existência*, postas em jogo pelos sujeitos da pesquisa. Tentei praticar uma “sociologia da escuta” (MELLUCCI, 2004) dessa faixa de invisibilidade e discrição que caracteriza o *ethos* íntimo dos casais da pesquisa. Perspectiva de uma *dietética/estética da existência*, que fui buscar em Foucault [escuto Foucault (1994) dizendo que, mais

importante do que procurar uma identidade homossexual seria insistir na criação de modos de vida gay], no Deleuze nietzscheano (DELEUZE, 1992; PAIVA, 2001), e que também encontrei na fantasia barthesiana do *vivre ensemble*: “fantasia de vida, de regime, de gênero de vida, *díaita*, dieta” (BARTHES, 2003: 13).

2.1. Homoconjugalidade e (micro)política

Nesse sentido é que falo de *micropolíticas homoeróticas*, eixo analítico da conjugalidade homossexual, onde as noções de corpo, gênero e sexualidade são pensadas a partir de uma discussão estética (estética da existência, ética da amizade, constituição de laços afetivo-sexuais desencaixados da codificação amor-casamento-família), desejan-te-molecular (emissão de singularidades, potências desejan-tes múltiplas, segundo uma lógica de devires que embaralham os agenciamentos do erotismo e do desejo) e política (criação de novos modos de vida, de uma cultura gay, etc.).

Falar de “homoconjugalidade” ou de uma “conjugalidade homossexual” não passa desapercibido. Soa anódino, e há um incômodo em jogo: algo da linguagem se torce para poder alojar esse arranjo relacional. Há uma fricção incômoda nos mapas cognitivos disponíveis de inteligência do sexual. Incômodo que Costa (1992) analisou, ao dizer que os homossexuais são intrusos do vocabulário amoroso, romântico, conjugal. Situando a experiência conjugal homoerótica nos elementos estruturantes daqueles mapas – a aliança, a filiação e a sexualidade – a “homoconjugalidade” se institui como “impensável”, como “antinomia” (LENOIR, 2001: 58, 59), provocando um colapso das representações tradicionais, dos territórios do casamento, da família e do erotismo. Como “ponto zero” da relação social, retomando Balandier, essa modalidade de vivência amorosa-sexual se articula nas margens da matriz heterossexual, na qual a homossexualidade é tolerada sob a condição de “sexualidade acidental, particular, fora da norma”; daí todos os embates em torno do reconhecimento de uma possível conjugalidade homossexual (BORILLO, 2001: 184, 162).

Essa recusa do exílio que vem sendo historicamente imposto aos homossexuais, relativamente às instituições sociais de aliança, filiação e erotismo, tem desencadeado nos movimentos homossexuais uma enorme batalha em torno de reconhecimento de direitos, e um deles consiste na construção da homoconjugalidade.

Este movimento de encaixe nos mapas sócio-sexuais tem sido analisado por Roudinesco (2003) como um processo de “normalização” da homossexualidade em nossas sociedades contemporâneas, um desejo de integração nos dispositivos relacionais-libidinais disponíveis no *socius*, ao invés de introduzir uma “ruptura libidinal” nesses dispositivos. Bourdieu (1999), por sua vez, também menciona um desejo de “invisibilização” dos homossexuais, por meio da sua “submissão à norma dominante”.

Não nos faltariam indícios para confirmar essa hipótese; basta acompanhar todo o debate acerca da legalização das uniões, dos casamentos homoafetivos, que se dá nas mais diferentes localidades do globo. Há quase vinte anos, por exemplo, foi celebrado na Dinamarca o primeiro casamento (sem aspas) homossexual no mundo. No momento mesmo de retomada deste texto, o Brasil acompanhou o caso da adoção legal de uma menina por um casal de homens homossexuais no interior de São Paulo: “Pela primeira vez, Justiça autoriza casal gay a adotar criança no Brasil”, estampava a manchete do jornal Folha de São Paulo (caderno *Cotidiano*, 23/11/2006).¹²

Penso que, de fato, a discussão sobre a conjugalidade homossexual encontra-se enredada na codificação do sistema amor-casamento-família, mas com ela dialogando de forma multifacetada e ambígua. Ambigüidade que podemos acompanhar em torno das reivindicações de *normalização da homossexualidade*: direito de casar, direito de adotar filhos, etc. Se, por um lado, há, sim, esse desejo de integração numa “norma outrora infame”, segundo a expressão de Roudinesco, essa submissão aos aparelhos vinculatorios da norma heterocêntrica, por outro lado, não podemos deixar de perceber que essas reivindicações também constituem o risco de

“dinamitar” as representações ligadas àqueles aparelhos e àquela norma (BOURDIEU, 1998), suscitando por isso as mais diversas reações: da nostalgia dos modelos tradicionais da família e do casamento, ao horror de uma “dessimbolização” do tecido social, argumento usado pela *expertise* para negar aos homossexuais aqueles direitos, em nome da defesa daqueles elementos simbólicos de base das sociedades (aliança, filiação e diferença sexual).

Ao mesmo tempo em que as *lutas por direitos* travadas pelo movimento homossexual têm toda sua legitimidade e devem ser reforçadas (uma vez que desterritorializam os limites do que historicamente se tem entendido e vivido como amor, casamento e família), por outro lado, pergunto-me se esse perfil perseguido de uma homossexualidade conjugalizada, normalizada, invisível, não seria vulnerável demais à invasão da *expertise* (psicológica, psicanalítica, sociológica e antropológica) sobre o governo da individualidade.

Tomo como exemplo o debate sobre o direito à adoção de crianças por famílias homoparentais, privilegiando o posicionamento da psicanálise. Esta, enquanto saber chamado a depor sobre o cuidado das crianças, articula uma maquinaria discursiva que faz apelo a instâncias tomadas como absolutas, no sentido de assegurar à homossexualidade *uma nova sentença condenatória*: o sistema opositivo masculino-feminino dentro de uma lógica essencialista; o familismo como garantia da ordem simbólica e como esteio da organização social; a lógica implícita da heterossexualidade compulsória, traduzida na questão: que efeitos psíquicos nocivos estão envolvidos na adoção dos *enfants d’homos*? (Efeitos nocivos, bem entendido, como sendo a produção de crianças futuros homossexuais, com todas as seqüelas vinculadas à homossexualidade: perversão, psicose, etc...).

Diversos pensadores têm apontado esse uso “ideológico” da ciência (psicanalítica, antropológica, jurídica, etc.), como forma de justificação científica da intolerância, da homofobia e da recusa de enfrentar os problemas de uma sociedade leiga, pluralista e democrática. Fazer o trabalho de crítica da exper-

tise (FASSIN, 2001) significa, portanto, questionar os *a priori*, a intolerância e o dogmatismo em voga nos saberes e nos sábios (*savantes*), quando estes se põem numa missão pastoral de definir o que e como os indivíduos devem experimentar socialmente, re-censeando e confiscando à sociedade seu poder de criação de modos de vida históricos, e não absolutos e transcendentais.

Daí todo o potencial político da homossexualidade contemporânea, seus compromissos com uma perspectiva pluralista e democrática.

Frente a essa gestão da *expertise* sobre a homossexualidade, quero apostar no potencial reativador de virtualidades relacionais, amorosas, que os experimentos homoconjugais podem vir a engendrar em suas micropolíticas homoeróticas. Questão do *devoir gay*, criação de *modos de vida gays*, resistentes aos “soros da verdade” (Lacan) e às contemporâneas modalidades de administração do corpo, dos prazeres e da intimidade.

2. 2. Fragmentos das micropolíticas

Fui buscar no álbum das histórias de amor contadas durante nossa pesquisa elementos de compreensão dessa política microscópica de um “estar juntos”, de uma convivência amoroso-sexual, cujo *ethos* caracterizamos como “ética da reserva e da discricção”. Esses termos – reserva, distância psicológica, segredo, discricção, etc. – vêm de Simmel, e foram extremamente importantes para dar conta do *lugar intersticial* em que se alojam no laço social esses experimentos relacionais, negociando de forma particular com os regimes de enunciado (economia discursiva permeada pelo segredo e pela confiança, oposta à do grito e da confissão pública, num *outing* ostensivo) e de visibilidade (margem de “poeira”, em que se confundem visível e invisível, segundo as circunstâncias e as esferas de socialidade, em relação às quais a existência/visibilidade do relacionamento se expressa) que codificam a homossexualidade contemporânea.

Essa posição intersticial, ora operando por conectividade com as instituições da família, do casamento e dos ideais conjugais (fidelidade, monoga-

mia, etc.), ora recusando-se a um “dar a ver” ostensivo da relação (nisso “beneficiando-se” daquele exílio histórico dos homossexuais frente àquelas instituições), os posiciona de forma diferenciada de outras modalidades de vivência homoerótica, que são “presas” mais fáceis à atribuição de identidades caricatas e ao “mau olhado”, com que geralmente se aborda a homossexualidade (incluindo nesse *mau olhado* as “superstições” sociológicas, psicanalíticas, etc., já referidas). Penso, aqui, nas “homossexualidades minoritárias”, com sua *ética do grito*.

Reatualizando, de certa forma, um ideal arcadiano de homossexualidade – *ser como os outros, ao lado dos outros* – os casais recusam-se ao espetáculo do olhar obsceno, e provocam uma complicação nos esquemas viciados de compreensão do homoerotismo, quando estes insistem em deles fazer “retrato de fantasia”, quando insistem em reduzi-los a *kolossoi*,¹³ segundo uma imaginação sociológica segregadora e nostálgica das certezas dos gêneros: *quid* o homem? *quid* a mulher? etc.

Essa liminaridade entre claro e escuro, entre visível e invisível – cheia de escadas secretas, passagens, vãos sem saída, portas entreabertas – está em jogo na topologia paradoxal em que os casais conduzem suas vidas: atravessa-lhes o caminho o muro de uma evidência sem palavras (como tantas vezes eles me diziam que “todos sabem” do relacionamento, mas “ninguém falou” sobre isso, etc...), inscrita na micro-rede de relações de que participam, por meio da qual constroem, muitas vezes, uma visibilidade sem palavra. Quantos anos vistos juntos, às vezes 15, 20 anos, sem que as palavras pudessem reconhecer e nomear os afetos em jogo...

Ao mesmo tempo, diante dos aparelhos vinculatorios disponíveis no *socius*, de seus vocabulários, de seus institutos descrevem uma distância íntima, uma proximidade longínqua, um *estranhamento crítico*, tal como o *Fremden* simmeliano: “alguém que vem de fora, se estabelece mas não se torna membro pleno do grupo, não aspirando ser assimilado, esta é sua condição de pertencer, sua interação com o grupo: estar distante e próximo ao mesmo tempo” (TEIXEIRA, 2000: 23). Distância das paralelas, cujo

encontro se projeta num infinito...

A *heterotopia* em que se encontram no laço social (ou *atopia*?) impõe-lhes a tarefa de criação artesanal, à margem das codificações, de uma *estética da existência*: inventar um estar-juntos, construir uma ética amorosa, e produzir experimentações de prazer, de desejo, ativar uma vontade de viver que se expressa nos comércios minúsculos da convivência e de suas micro-teias. Enfim, inventar um modo de vida que se baseia na experimentação, segundo uma economia dos sentimentos compacta, intensiva. *O casamento é a relação*,¹⁴ o jogo de forças, a agonística das singularidades, a suavidade do carinho, a amizade, os blocos de silêncio, as linhas de fuga que irrompem na superfície do “casamento-conversa” (Nietzsche)... Constituição de um “forro”, uma “intimidade”, da qual fazem *reserva*, criando “vacúolos de não-comunicação, interruptores”, que os abriga do controle (DELEUZE, 1992: 217), preservando uma obscuridade que flagramos na pintura de Schiele, com seus homens afundados num denso jogo cromático que insinua uma proximidade-distância, um rapto do olhar, retirando-nos a certeza do que os olhos vêem.

No caso dos relacionamentos, isto significa complexificação de uma *epistemologia do armário*: quem são eles? Que fazem juntos? Que “amizade-amais” os liga? Murmúrios que reverberam em torno dos homens infames (FOUCAULT, 1992)...

É por essa via, da experimentação e do devir, da invenção de uma estética do cotidiano, da artificação da existência-a-dois, da criação de “espaços outros”, singulares, múltiplos, que esses experimentos relacionais podem afirmar-se para além da referência heterocêntrica que dita a organização do vínculo amoroso e a gestão da vida a dois. Afirmando devires minúsculos, invisíveis, embaralham as certezas identitárias e afirmam as possibilidades de afeto para além da institucionalidade.

Se é verdade que há esse “desejo de normalização” destacado por Roudinesco (desejo de casamento, desejo de família), por outro lado, não se pode vir a crer que a construção de uma “homoconjugalidade” se faça apenas como mímica e reprodução dos

lugares de um modelo heterocentrado, já em declínio. Reafirmamos, ao contrário, que as tentativas de regulamentação das uniões homoafetivas ensejam todo um potencial de crítica e de questionamento daquele modelo – mais ainda se pensarmos nos resíduos de moralismo que vigoram em nossa cultura brasileira.

O “des-engajamento” que os casais estudados testemunham em relação a essas disputas políticas atesta, por outro lado, que há um imenso campo de experimentações que está sendo explorado. Aliás, essa foi a lição de Foucault e Deleuze: a de não insistir tanto nos agenciamentos coletivos da individualidade, mas engendrar devires, singularizações, para além das representações e dos modelos identitários (mesmo o do “homossexual”). Criação de novos modos de vida, novas modalidades de enlaçamento amoroso, novas formas de cuidado de si e do outro.

No minúsculo de suas existências, negociando com as máquinas institucionais, segmentares, binárias, esses sujeitos exercitam um inconformismo, uma “cultura-revolta” (KRISTEVA, 2000) microscópica no domínio da vida íntima, que se recusa às etiquetas sociológicas, à construção de representações e identidades que engendram uma “nomeação-prisão”, reinventando os arquivos sobre a homossexualidade.

Ao insistirem no particular, na intensidade dos afetos, na heterogeneidade dos arranjos amorosos, esboçam uma política da individualidade que se recusa à redução ao “sexo Rei” (figura criada por Foucault para nomear a sexualidade legítima). Política como “invenção de novos aparelhos vinculares” (MAGNO, 1994: 10), como produção de acontecimento, como escultura política de si e do outro (ONFRAY, 1995), estilização de uma vida a dois, aberta à manifestação dos afetos e às potências, às velocidades de vida que insistem em explodir os binarismos (homem/mulher, homo/heterossexual, etc.), as segmentações, que nos mutilam e empobrecem.

Nesse sentido é que a questão da homossexualidade, do devir-homossexual concerne a todos nós, quer sejamos homossexuais, heterossexuais, bissexuais, transexuais, etc. Retomo Derrida:

Relação por conseguinte não a-sexuada, mas sexuada de outra forma, para além da diferença binária que governa o decoro de todos os códigos, para além da oposição feminino/masculino, para além igualmente da bissexualidade, da homossexualidade ou da heterossexualidade que dão no mesmo? É sonhando com salvar pelo menos a oportunidade dessa questão que gostaria de acreditar na multiplicidade de vozes sexualmente marcadas, nesse número indeterminável de vozes emaranhadas, nesse móbil de marcas sexuais não identificadas cuja coreografia pode arrastar o corpo de cada 'indivíduo', atravessá-lo, dividi-lo, multiplicá-lo, seja ele classificado como 'homem' ou 'mulher', segundo os critérios em uso (1991: 167-168).

É a questão da possibilidade de singularizar nossos afetos, de saudar os encontros, de organizar os vínculos de forma artística, criadora, enriquecida, de poder escapar dos emparedamentos identitários, do exílio em categorias estanques demais, “grosseiras” demais, como dizia Guattari. Contra o lineamento de nossa subjetividade, contra o empobrecimento das formas de vida, de amor, de erotismo, deixar que surja algo novo, assegurar o direito de experimentar.

Notas

- 1 Este texto retoma e amplia a comunicação apresentada no I Encontro de Ciências Sociais do Ceará, realizado em 2005, em Fortaleza, e se insere numa série de investigações, em curso, que dá prosseguimento à pesquisa da tese: penso aqui, particularmente nas atividades em comum, realizadas pelo Grupo de Trabalho “Corpo, gênero e sexualidade”, este vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, como um instrumento de consolidação da linha de pesquisa “Sociologia da sexualidade e da família” do referido Programa.
- 2 A Tese, intitulada Reservado e invisíveis: administração de intimidade nas parcerias homoeróticas, foi defendida no PPG-Sociologia da UFC em setembro de 2004.

- 3 Ver Roudinesco (2000; 2003), Mitchell (2006), Birman (2001), Butler (2003), dentre outros.
- 4 Deleuze e Guattari analisam a ascensão deste familismo edipiano como um dos mecanismos centrais de fabricação da subjetividade moderna em O anti-édipo (1976).
- 5 Judith Butler, filósofa norte-americana, bastante influenciada pela psicanálise e pelo chamado pensamento pós-estruturalista (Foucault, Deleuze, Derrida), é uma das mais representativas pensadoras militantes da *queer theory*, que se ocupou de estudos sobre gays e lésbicas e que se originou dos *gender studies*. Os estudos gays e lésbicos, nessa perspectiva, elegem a abordagem da sexualidade, adotando o paradigma da performance, das práticas corporais subversivas, bastante distanciadas da política das identidades, que tendem a especificar os sujeitos a partir de um fundamento ontológico: o desejo, ou o sexo como “real”, segundo a crítica que Butler faz à psicanálise lacaniana. Ao tomar o transexualismo não como patologia, mas como modelo com base no qual pensa a sexualidade humana, como “recusa de securar à diferença biológica”, esta sempre estabelecida em uma disputa simbólica, Roudinesco vê em Butler um “culto do *borderline*”, por afirmar que “a diferença é sempre imprecisa” (ROUDINESCO; PLON, 1998: 292). Mais à frente, volto a mencionar o *queer* de Butler.
- 6 *Gender: a useful category of historical analysis* (1986). In: *Gender and the politics of history*, New York: Columbia University Press, 1988. Utilizo a tradução do artigo de Scott feita por Tomaz Tadeu da Silva, “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”. *Educação e Realidade*, 20(2), 1995.
- 7 A expressão “*queer theory*” entrou no discurso teórico nos anos 1990, e foi cunhada por Teresa de Lauretis (1991), que alinha a teoria *queer* ao pós-estruturalismo, a um compromisso com o anti-essencialismo e às estratégias de desconstrução. Os estudos *queer* saem do campo dos *gays and lesbian studies*, assumindo uma autonomia e uma feição mais “radical”. Essas perspectivas analíticas da sexualidade têm se desenvolvido predominantemente no campo acadêmico norte-americano, mas há também representantes na Europa dessa forma de pensamento. Ver, por exemplo, o prefácio de Preciado a Bourcier (2001), que fala na diferença entre “a rica teoria americana *queer*” e o “*queer* povera” de Bourcier.
- 8 Daí porque, com a psicanálise, passamos de uma sexualidade socialmente reprimida a uma sexualidade admitida, mas sempre mais culpada e recalçada. Ver Roudinesco (2003), capítulo 4: “O filho culpado”.
- 9 Lacan distingue, na experiência de apreensão da realidade pelo sujeito, três dimensões: imaginário (dimensão do narcisismo, da imagem na construção do *ego*), simbólico (efeitos da palavra, das lógicas simbólicas no funcionamento *psíquico*, cujos operadores fundamentais são o *falo*, a castração e a metáfora paterna) e real (definido como aquilo que é impossível de ser assimilado pelo sujeito, que é o *paco* à operação de *metaforização*, daí ser relacionado ao trauma, à repetição e à experiência do sexo e do corpo *pulsional*, como limite do *somático* e do *psíquico*).
- 10 Do “*homopsychanalyticus*” a o momento do sujeito. Trabalho apresentado no VIII Encontro de Ciências Sociais do Norte/Nordeste (Fortaleza, 10-13 junho 1997). Inédito.

- 11 Para a distinção do livro de arte do álbum, apontado por Éric Marty, ver Barthes (2003: XVIII).
- 12 Essa reportagem veio a ser corrigida uma semana depois num "Erramos", em que o Jornal retifica a informação, mencionando que houve, antes do episódio destacado, um caso de adoção, no Rio Grande do Sul, por um casal homossexual feminino. Não podemos deixar que nos escape o significativo deste "Erramos": não teríamos aí uma espécie de confirmação da idéia segundo a qual a homossexualidade feminina se configura como arranjo amoroso-sexual com menos visibilidade, na medida em que impacta menos o alibi do dominante brasileira, permanecendo um território em que a curiosidade do olho do poder não se exerceu ostensivamente com o caso das relações masculinas? Trata-se aí de negociações dispare com a ilusão viril que orienta a cultura sexual brasileira, com suas ambigüidades e contradições.
- 13 Fantoches de madeira ou de barro de que fala GINZBURG, Carlo. Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 92.
- 14 Essa idéia da relação como sendo o fundamento do próprio relacionamento, isto é, a relação só se mantém pela satisfação psíquica que dela podem extrair os parceiros, está presente na idéia de Luhmann (1991) do casamento definido como o vínculo emocional de intimidade entre o casal e também em Giddens (1993; 2002), para quem os homossexuais foram protagonistas na invenção do sentido que hoje atribuímos à palavra "relação". É de Giddens, aliás, a expressão "relação pura", isto é, a relação que não conta com nenhum outro mecanismo de cimentação a não ser o grau de satisfação emocional experimentado na relação.

Referências Bibliográficas

- BADINTER, Elisabeth (2005). *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BALANDIER, Georges (1976). *Antropo-lógicas*. São Paulo: Cultrix / EDUSP.
- BARRETT, Michèle (1996). "Feminismo" (verbetes). In: BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. (ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BARTHES, Roland (2003). *Como viver junto*. São Paulo: Martins Fontes.
- BIRMAN, Joel (2001). *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BORILLO, Daniel; FASSIN, Eric (org.). (2001). *Au-delà du PaCS: l'expertise familiale à l'épreuve de l'homosexualité*. Paris: P.U.F.
- BOURCIER, Marie-Hélène (2001). *Queer zones: politiques des identités sexuelles, des représentations et des savoirs*. Paris: Éditions Balland.
- BOURDIEU, Pierre (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- ____ (1998). La transgression gay. *Télérama*, n. 2535, 12/08/1998. Entretien. Disponível em <http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/btele984.html>
- BUTLER, Judith (2004). *Undoing gender*. New York: Routledge.
- ____ (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ____ (2002). "Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler". *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1.
- ____ (2001). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- CERTEAU, Michel de (1994). *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- CHODOROW, Nancy (1978). *The reproduction of mothering. Psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkeley: University of California Press.
- COSTA, J. F. (1992). *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- DELEUZE, Gilles (2003). *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense.
- ____ (2002). *L'Île deserte et autres textes (Textes et entretiens 1953-1974)*. Paris: Minuit.
- ____ (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- ____ GUATTARI, F. (1976). *O anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago.
- DERRIDA, J. (2001). *Estados-da-alma da psicanálise: o impossível para além da soberana crueldade*. São Paulo: Escuta.
- ____ (1998). *Resistances of psychoanalysis*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- ____ (1991). *Points de suspension: entretiens*. Paris: Galilée.
- ____ ROUDINESCO, Elisabeth (2004). *De que amanhã: diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FASSIN, Eric (2001). *La voix de l'expertise et les silences de la science dans le débat démocratique*. In: BORILLO, Daniel; FASSIN, Eric. (org.).
- FOUCAULT, Michel. (1994). *Dits et écrits, IV (1980-1988)*. Paris: Gallimard.
- ____ (1993). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- ____ (1992). *A vida dos homens infames*. In: *O que é um autor?* Lisboa: Vega.

- ____ (1988). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- GIDDENS, Anthony. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ____ (1993). *As transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. da UNESP.
- GINZBURG, Carlo (2001). *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GUATTARI, Félix (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34.
- KRISTEVA, Julia (2000). *Sentido e contra-senso da revolta (discurso direto): poderes e limites da psicanálise I*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LAURETIS, Teresa de (1991). "Queer theory: Lesbian and gay sexualities". *Differences: a Journal of Feminist Cultural Studies*, v. 3, n. 2.
- LENOIR, Remi (2001). Le familialisme et le PaCS. In: BORILLO, D.; FASSIN, Eric. (org.). *Au-delà du PaCS: L'expertise familiale à l'épreuve de l'homosexualité*. Paris : P.U.F.
- LOURO, Guacira Lopes (2003). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- MAGNO, M. D. (1994). *A natureza do vínculo*. Rio de Janeiro: Imago.
- MELUCCI, Alberto (2004). *O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global*. São Leopoldo-RS: Editora UNISINOS.
- NICHOLSON, Linda (2000). "Interpretando o gênero". In: *Estudos Feministas*, v. 8, n. 2.
- ONFRAY, Michel. (1995). *A escultura de si*. Rio de Janeiro: Rocco.
- PAIVA, A. Crístian S. (2004). *Reservados e invisíveis: a administração da intimidade nas parcerias homoeróticas*. Tese. (Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.
- ____ (2001). Política da dobra e cuidado de si: ou Foucault deleuziano. In: LINS, Daniel (org.). *Nietzsche e Deleuze: pensamento nômade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secult.
- ____ (2000). *Sujeito e laço social: a produção de subjetividade na arqueogenealogia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secult.
- ____; VALE, A. F. C. (org). (2006). *Estilísticas da sexualidade*. Campinas: Pontes; Fortaleza: PPG-Sociologia UFC.
- ROUDINESCO, Elisabeth (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ____; PLON, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- RUBIN, Gayle (1975). The traffic in women. In: REITER, Rayna R. (ed.). *Toward an Anthropology of women*. New York: Monthly Review Press.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SCHÉRER, René (1999). Deleuze e a questão homossexual – uma via não platônica da verdade. *Lugar Comum: Estudos de mídia, cultura e democracia*. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, n. 7 janeiro/abril.
- SCOTT, Joan (1988). *Gender and the politics of History*. New York: Columbia University Press.
- SIMMEL, Georg (1950). *The sociology of Georg Simmel*. New York: The Free Press.
- ____. (2006). *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- TEIXEIRA, Carla Costa (2000). *Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

O SENTIDO DA COMUNIDADE CATÓLICA SHALOM ENTRE OS CARISMÁTICOS DE FORTALEZA¹

Neste artigo, discuto a importância do Shalom para a Renovação Carismática Católica (RCC) em Fortaleza², o que representa para os adeptos pertencer a esta comunidade e porque fazer parte dela opera efeitos tão importantes na vida de seus membros, fazendo com que eles se declarem fortes, confiantes e protegidos para enfrentar os problemas da vida. Para entender esta relação do fiel com a comunidade, analiso seu dispositivo simbólico, as bases em que ele se assenta e o envolvimento das pessoas nela, apresentando os itinerários religiosos dos carismáticos ou o que eles denominam a “caminhada”³, com a finalidade de apreender, pelo menos parcialmente, o seu significado. Assim, a partir das representações e das práticas que emergem no seio da comunidade, examino o sentido que ela tem entre os carismáticos, especialmente, entre seus adeptos, considerando as observações de Max Weber sobre o carácter de ação comunitária da religião, que nos permite compreender o sentido através das vivências, das representações e dos fins subjetivos dos indivíduos (WEBER, 1991: 279). Segundo Weber, é preci-

ROSEANE FREITAS NICOLAU *

RESUMO

Este artigo discute o engajamento e a relação dos fiéis com a Comunidade Católica Shalom, destacando a importância desta para a Renovação Carismática em Fortaleza. Tomada como tipo ideal no sentido weberiano, analisamos a comunidade como um lugar social de extrema importância para a reconstrução de identidades religiosas, considerando, de acordo com Weber, o carácter de ação comunitária da religião, que nos permite compreender o sentido, através das vivências, das representações e dos fins subjetivos dos indivíduos. Para apreender as representações do fiel em relação à comunidade, analisamos seu dispositivo simbólico, as tramas de sentido em que ela se assenta e o envolvimento das pessoas nela, apresentando os itinerários religiosos dos carismáticos ou o que eles denominam a “caminhada”, com a finalidade de apreender, pelo menos parcialmente, o seu significado.

ABSTRACT

This paper discuss the commitment and the relation of the faithful with Shalom Catholic Community pointing out its importance to the Catholic Charismatic Renewal in Fortaleza. Considered as ideal in weberian sense we analyze the community as a social place of extreme importance for the rebuilding of religious identities, taking into account according to Weber the aspect of religious community action, allowing us to understand through experience the meaning of the representations and subjective intentions of the individuals. To learn the representations of the faithful in relation to the community we analyze its symbolic structure, the sense lattice in which it is basic and the people involvement, presenting the religious itinerary of the charismatic or what they call the “caminhada”, with the purpose to learn at least partially, its meaning.

* Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da UFC. Doutora em Sociologia.

so integrar a ação ou o pensamento religioso ao círculo das ações cotidianas ligadas a um fim, o que me levou a acompanhar, nos espaços de sociabilidade do Shalom, reuniões de Grupos de Oração e observar as práticas dos fiéis em eventos e rituais carismáticos – missas de cura, Cenáculos⁴ e Seminários de Vida no Espírito Santo. Desse modo, selecionei um Grupo de Oração que acompanhei durante oito meses como observadora, visitei três Comunidades de Vida e fiz entrevistas individuais com autoridades e leigos carismáticos.⁵

Os testemunhos⁶ e as entrevistas constituem os recursos que utilizei para analisar as representações dos carismáticos e as diferentes formas de engajamento na RCC, bem como o percurso religioso dos fiéis, sendo possível detectar as mudanças cognitivas operadas a partir da conversão e as alterações de atitudes religiosas e de estilo de vida. Nesse aspecto procurei observar de que maneira as pessoas se comportam a partir da adesão, o que elas pensam de si antes e depois, atentando para as representações subjacentes ao seu dito, não como códigos a serem decifrados, mas como idioma a ser interpretado, no sentido

de Geertz (1989). Dessa maneira, procurei integrar a experiência dos fiéis ao sistema de representações que a Renovação Carismática oferece, partindo do fenômeno experimentado pelos atores e das representações que fazem de sua vivência, no sentido em que Simmel (1971) toma essas representações, atribuindo-lhes grande importância, pois é através delas que o homem constrói o mundo, percebe-o e se orienta nele.

Para entender a inserção no universo carismático e o sentimento de pertença à comunidade, analiso a trama de sentidos em que se assentam essas comunidades, surgidas no seio da Igreja com o movimento da Renovação Carismática Católica.

A Renovação Carismática Católica

A RCC surgiu em meados da década de 1960, nos Estados Unidos⁷, inspirada nos movimentos pentecostais (centrados no Espírito Santo) das igrejas evangélicas. Retomando o uso dos carismas pelos fiéis católicos, a RCC foi considerada, desde sua origem, como fenômeno próximo ao pentecostalismo protestante, uma espécie de “ramal evangélico” da Igreja Católica ou pentecostalismo católico⁸, pregando uma fé que espetaculariza os encontros, supervaloriza a espiritualidade individualizada e explora a comunicação direta com Deus. Sua marca é a atualização e contemporaneidade que imprime aos dons do Espírito Santo, distribuídos entre os apóstolos, a partir do episódio de Pentecostes.⁹

Foi com o Concílio Ecumênico Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, que surgiram as duas principais correntes do catolicismo brasileiro: A RCC e o Cristianismo de Libertação. Este último com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a RCC, com as Comunidades de Vida e as Comunidades de Aliança. A Igreja Católica estava propondo transformações, com a pretensão de incentivar a renovação litúrgica e bíblica, rever a função do leigo no mundo e na Igreja, enfim, procurar novas relações entre a Igreja e a sociedade moderna e outras religiões. Muitos autores destacam o papel do leigo nestes movimentos (MAUES, 1998; PIERUCCI & PRANDI, 1996), o que, em minha opinião, apre-

enta-se como importante aspecto simbólico para a adesão dos fiéis. Ainda que estes movimentos sejam institucionalmente atrelados e submetidos à hierarquia da Igreja, a atuação leiga faz-se de maneira relativamente autônoma do clero, possibilitando a valorização das potencialidades dos fiéis leigos, cabendo a eles um papel de destaque nas lideranças de ambos os movimentos. No caso da Renovação Carismática, os leigos assumem diversas funções, como pregação, formação doutrinária, aconselhamento, cura, pastoreio¹⁰, entre outras.

A participação leiga em funções antes exercidas exclusivamente por religiosos contribui para o sentimento de valorização pessoal dos carismáticos, mas este sentimento só se torna permanente com a reconstrução de identidades que resulta da superposição de outros fatores presentes na RCC: a formação de comunidades e a ênfase nos dons do Espírito Santo, principalmente os chamados dons espirituais, que são distribuídos no momento do batismo no Espírito Santo. Os dons são facultades outorgadas aos cristãos para seguirem os impulsos do Espírito no caminho da perfeição espiritual. São eles: dom das línguas (glossolalia), da interpretação (das línguas), da evangelização, da cura, da profecia, da sabedoria, do discernimento dos espíritos e dos milagres. Era comum, entre os profetas do Antigo Testamento, a prática destes dons, o que continuou se repetindo nas primeiras comunidades cristãs descritas no Novo Testamento. Os convertidos recebem a efusão do Espírito de Deus e, junto com ela, os dons, que devem ser cultivados pela conversão de vida, a partir da qual a pessoa se dispõe a fazer a vontade divina. O dom é recebido quando a pessoa acredita ser possível a Deus: curar, libertar, fazer milagres. Isso leva a pessoa a se converter, estimulando-a a ser testemunho de fé cristã, o que, por seu turno, motiva a adesão ao movimento ou traz aqueles que estão afastados da Igreja.

Para entendermos a importância desses dons, é preciso marcar a diferença teológica que a Igreja Católica faz entre carisma e dom. De acordo com o professor de teologia Estêvão Bittencourt (2002), os

carismas são graças especiais pelas quais o Espírito Santo torna os cristãos aptos a tarefas e funções que contribuem para o bem ou serviço da comunidade. Assim, seriam o dom de profecia, o das curas, o das línguas e o da interpretação de línguas. Neste sentido, existem dois tipos de dons do Espírito Santo: os infusos e os efusos. Os infusos são aqueles que servem para a conversão pessoal. E os efusos são os utilizados para o próximo, através da fé. Estes são os carismas concedidos para tornar algumas pessoas capazes de colaborar com a salvação dos outros e para cumprir diferentes funções ou “missões” em favor da expansão do Reino de Deus. Nas Comunidades Carismáticas, os portadores dos carismas exercem um grande poder simbólico entre os seus membros. Existe, ainda, o carisma da comunidade, pois cada uma se identifica como tendo um carisma específico, sendo este tomado como uma missão ou vocação da comunidade, sua essência, enfim. O carisma é o fator principal de constituição de uma comunidade e o elemento que garante unidade e pertença culturais a seus integrantes, possibilitando que eles se identifiquem e construam uma identidade cultural, passando a se designar como “da comunidade”. É também através de seu carisma original que as chamadas Comunidades de Fraternidade ou Novas Comunidades se constituem. Elas são a base social da RCC e são compostas de núcleos, conselhos, Comunidades de Aliança, Comunidades de Vida e Grupos de Oração, onde ocorrem as mais diferentes manifestações e atividades que contribuem para a renovação dos fiéis.

A forma espetacular com que a RCC rapidamente ganhou visibilidade no Brasil se deve, em grande parte, à divulgação dos inúmeros rituais públicos que a renovação promove. Em todo o país fazem sucesso as missas celebradas em grandes espaços, por religiosos carismáticos como o Padre Marcelo Rossi¹¹, que chegam a reunir milhares de pessoas. Isso, segundo Brenda Carranza, torna a RCC

(...) O movimento religioso católico que atrai milhares de pessoas, lotando estádios, ginásios, campos de futebol, sambódromos, tornando-os verdadeiros

laboratórios públicos de emoções líquidas e cenários de emotividade, nos quais o fiel não tem pudor nem vergonha de se expressar. Sobretudo aquele fiel de classe média caracterizado pela sua racionalidade e distanciamento de qualquer manifestação popular que o ligue à pobreza (CARRANZA, 2000: 122).

No Estado do Ceará, e particularmente em Fortaleza, o espaço público é invadido pela simbologia cristã identificada com a tradição católica, a oração, os cantos de louvor a Deus e as missas performativas, com o aparecimento e crescimento dos grupos da Renovação Carismática. Os símbolos católicos, antes confinados às igrejas, ganham as ruas, onde circulam carros com slogans religiosos – “Este carro é de Jesus”, “Deus é fiel” ou “Nossa Senhora me guia” –, pessoas rezando o terço e manifestando sua fé nos mais diferentes locais: *shopping centers*, praças, etc. As missas católicas tornaram-se cada vez mais participativas e animadas por palmas e gestos que acompanham cânticos de ritmos dançantes. Segundo Emmir Nogueira¹², uma das que acompanhou de perto os primeiros passos dos carismáticos em Fortaleza, a RCC chegou aqui em 1975, trazida por uma “turma muito simples (...) que se reuniu para o primeiro Seminário de Vida no Espírito Santo” (Ágape, ano XXII, nº 205, p. 9). Falando das origens da RCC, Emmir diz que o fato de “Deus ter escolhido leigos, jovens, universitários e, ainda por cima, ricos” é que causou tanto impacto. Segundo Barros Júnior (1993), acontecimentos isolados contribuíram para que o movimento se desenvolvesse. O Cenáculo, o Colégio Santa Cecília e a Capela das Irmãs Missionárias são lugares diretamente ligados às origens da RCC, em Fortaleza. Junto com os universitários, estes são os primeiros agrupamentos que se empenharam na realização de Seminários de Vida, noites de oração, retiros, etc., despertando o interesse pela leitura da Bíblia, a reconciliação com os sacramentos e desenvolvendo os dons carismáticos e a formação de coordenadores e lideranças da

RCC; posteriormente, iriam formar as comunidades carismáticas.

Shalom, uma fortaleza para o espírito

O Shalom, como se referem à comunidade seus adeptos, constitui-se simbolicamente como uma fortaleza para o espírito, a partir das representações e tramas de sentidos que se constroem a seu redor, desde sua criação. Fundada por Moisés de Azevedo¹³, aos nove de julho do ano de mil novecentos e oitenta e dois, nasceu inspirada no ‘Café Cristão’ – casas à beira da estrada, no Canadá, que acolhiam jovens para anunciar-lhes o Evangelho. No espaço constituído por uma lanchonete e uma livraria, o fundador teve a idéia de evangelizar “jovens afastados de Deus”, utilizando a lanchonete como “isca para realizarmos nossa pesca”. Os jovens que não aceitavam um convite para ir à missa ou a um encontro da pastoral da juventude, não recusariam um convite para lanchar e, entre um lanche e outro, “falavam de Deus, cantavam e louvavam” (Revista Shalom Maná, nº 114, agosto-setembro, 2002).

Esse primeiro Centro de Evangelização, que funciona ainda hoje, é denominado de Shalom da Paz, uma espécie de casa-mãe, representando a origem dos vários locais onde se reúnem atualmente os inúmeros grupos de oração e as comunidades. Em pouco tempo, a obra atingiria, não somente jovens, mas também famílias e pessoas das mais diversas procedências sócio-culturais, crescendo em número de participantes e em ações evangelizadoras. Sua expansão tornou a comunidade um modelo institucional com hierarquias, diretrizes e estatuto que organiza os vários projetos que compõem a estrutura física do Shalom¹⁴.

Para Miranda (1999), a Comunidade Shalom é uma espécie de referência, da qual partem as diretrizes e onde é ministrada a formação das pessoas (p. 35). Com um grande poder de atração entre os católicos de Fortaleza, e um valor simbólico bastante forte entre seus adeptos, esta comunidade tem importância especial para a Renovação, na medida em que resgata muitos fiéis, sendo considerada a maior “pescadora de almas”, dentre as Comunidades de

Fraternidade¹⁵. E esse seu lugar realmente é reconhecido, não somente no âmbito local, mas também no cenário nacional da RCC¹⁶. Para a coordenadora da Renovação em Fortaleza, o Shalom tem uma fundamental importância na expansão desse movimento no Estado, pois, segundo ela: “O Shalom foi responsável pelo crescimento, porque deu muita assistência, multiplicou muito, deu muita formação, fez muitos seminários, muitos encontros (...) Aqui todo mundo teve uma passagenzinha pelo Shalom”.

De fato, faz parte do Carisma Shalom evangelizar e formar os filhos de Deus, o que realiza promovendo um número variado de eventos e utilizando para divulgá-los os meios de comunicação que possui¹⁷. Os membros do Shalom se auto-intitulam anunciadores da paz que Jesus fala no evangelho e dizem ter a missão de levar, com seu exemplo de vida, com sua palavra e seu testemunho, o Shalom de Deus aos corações. Assim, se dizem instrumentos de reconciliação do mundo com Deus: “Ressuscitados com Cristo, recebemos dele a missão e nos tornamos presença de paz no mundo. Paz que é conversão, reconciliação com Deus, com os homens e conosco mesmos” (Revista Shalom Maná, nº 114, agosto-setembro, 2002).

Mas, o que significa, para os adeptos, fazer parte dessa comunidade? Ser referência para os católicos, representantes da paz e instrumentos de Deus, confere ao Shalom e aos seus membros uma valorização especial, embora outros elementos simbólicos contribuam para a representação positiva da comunidade e seus membros. O Shalom da Paz, situado na Rua Maria Tomázia, na Aldeota, bairro de classe média alta da cidade, contém elementos importantes de significação, que atraem as pessoas, e, ainda que se abram novas casas em bairros mais afastados, é o mais procurado, tanto por membros do Shalom, quanto por católicos em geral. Conforme depoimentos, muitas pessoas se deslocam de bairros distantes para participar das reuniões promovidas no Shalom da Paz, apesar de existirem outras casas Shalom mais próximas de suas residências. Uma entrevistada me disse: “Eu moro num bairro muito distante, o Cristo Redentor. Eu venho pra cá; e a paróquia é do lado da

minha casa. Eu comecei a minha vida cristã na paróquia, mas aqui eu comecei a ter uma experiência maior com Deus...”. Segundo um dos coordenadores: “As pessoas vêm para cá porque elas se sentem amadas por Deus, se sentem acolhidas, e isso faz com que elas saiam de muito longe para vir para cá”.

Independentemente dos motivos utilizados pelos fiéis para justificar esses deslocamentos, considero esse espaço como uma possibilidade de ascensão social simbólica em duas vertentes: uma ligada à origem da RCC, em Fortaleza; e a outra, à valorização pessoal que ele propicia.

Na primeira vertente, conforme um entrevistado, esse grupo da RCC começou em um momento político importante, quando se anunciava um novo Ceará – “A Ilha da Prosperidade” – da qual todos queriam fazer parte. Benoit Gaudin, em sua tese sobre o Fortal¹⁸ (este iniciado na década de 1980), discute o “milagre cearense” que começa mais ou menos na mesma época (GAUDIN, 2000, p. 235). O certo é que a origem da RCC entre ricos americanos e a sua entrada no Ceará pela classe média, ofereceram a possibilidade de ascendência social simbólica àqueles que estavam fora da “Ilha”! Todos desejam fazer parte da elite privilegiada e lá se abrem as portas para receber a todos na igualdade fraterna, incluindo-os na “Ilha”.

Na segunda vertente, independentemente da situação sócio-econômica, a pessoa pode ocupar um lugar socialmente valorizado, quando assume uma atividade de destaque na hierarquia da comunidade. Carla, por exemplo, uma jovem de 22 anos que mora no subúrbio de Fortaleza, coordena atualmente um grupo de oração no Shalom da Paz freqüentado por pessoas de todas as classes sociais. Ela ocupa a função de pastora¹⁹ e, sobre isso, disse: “eu agora estou aqui como pastora de um grupo, eu não era nada. Todas essas pessoas mais velhas e mais preparadas do que eu, mas Deus me escolheu e eu já estou nesse lugar”.

Se, de um lado, existe a possibilidade de ascensão social para pessoas de baixa renda, existe também a possibilidade de ocupar um lugar social

com certa visibilidade dentro do grupo, como o de Conselheiro, coordenador, etc., que atrai pessoas de todas as classes sociais. Para um grande número de donas de casa, cuja função social se perdeu após a criação dos filhos, o Shalom se torna uma possibilidade de restabelecer a função social perdida, através da inserção nos trabalhos da comunidade. Isso tem grande valor simbólico, pois recupera um lugar subjetivo de extrema importância para a socialização do sujeito e, conseqüentemente, para a reconstrução de sua identidade. Em discussão com os interacionistas simbólicos, Stuart Hall (2001) mostra que a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade e que o eu é projetado nas várias identidades culturais. A identidade religiosa é uma das possibilidades de se recuperar a identidade no mundo social, aspecto extremamente importante para a sobrevivência do eu. Portanto, a constituição da identidade religiosa contribui para alinhar os sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que se ocupa no mundo social e cultural. Assim, ao assumir uma função social integrando-se no grupo religioso, recupera-se não apenas a função ou lugar social perdidos, mas a própria possibilidade de sobrevivência do eu pelo lugar que o sujeito passa a ocupar diante do outro. É principalmente a posição subjetiva que o sujeito ocupa que lhe permite sustentar uma imagem valorizada diante do outro, necessária à reformulação da imagem que ele tem de si. O Shalom oferece essa possibilidade, não fazendo, pelo menos explicitamente, distinção entre ricos e pobres, letrados e iletrados, cultos e incultos.

A forte valorização simbólica do Shalom não se restringe a seus membros, mas se estende à comunidade católica em geral, pois muitos católicos, carismáticos ou não, participam dos eventos dizendo sentirem ali um acolhimento especial. Uma senhora que ouvi disse ir a todos os eventos do Shalom porque “O pessoal do Shalom é quente, eles são muito dedicados e buscam realmente a vida cristã. Eu me sinto muito bem aqui”. Para ela, os adeptos do Shalom são um modelo ideal a ser seguido e um exemplo de como se deve caminhar em direção à santidade.

O certo é que os membros do Shalom transmitem um sentimento positivo, pois demonstram uma disposição particular para enfrentar os problemas da vida, característica dos fortes e confiantes. Esta disposição, segundo analisei, é construída a partir do sentimento de pertença à Comunidade, lugar onde é possível vivenciar fenômenos de ordem emocional responsáveis pelas transformações interiores de vida. É na experiência compartilhada que se desenvolvem os dons carismáticos e que se assume um compromisso com os trabalhos da comunidade, tornando efetiva a participação. Segundo uma informante, não basta freqüentar o Shalom, é preciso se comprometer com a obra e renovar sua vida, tornando-se membro de um Grupo de Oração, de uma Comunidade de Aliança ou de uma Comunidade de Vida e seguir as prescrições particulares de cada agrupamento, com seu estilo de participação específica, que particulariza os itinerários e os diferentes perfis religiosos.

O Grupo de Oração “É o principal serviço e expressão da RCC. Deve promover a experiência de Pentecostes ou facilitá-la para o fiel, acompanhando-o no caminho espiritual (...) sua finalidade é anunciar o Querigma²⁰, fazer o anúncio da Boa Nova” (informante).

É no Grupo de Oração que se inicia a caminhada no Shalom, após a participação em um Seminário de Vida no Espírito Santo, ritual que termina com o Batismo no Espírito Santo²¹ e que é condição *sine qua non* para a inserção em um grupo da Comunidade Shalom. Este pode acontecer em um grande evento, a exemplo do Renascer, ou em cursos ofertados regularmente para pequenos grupos. Palco das manifestações do Espírito Santo e do testemunho, o grupo apresenta em seus rituais as formas de participação mais diversas, tanto no que se refere ao engajamento nos trabalhos, quanto nas vivências rituais, sendo por isso uma das formas mais atuantes da RCC, mas, ao mesmo tempo, a mais fluida, pois as pessoas podem dele participar sem “se comprometer”.

Já os integrantes das Comunidades de Vida

(CV) ou de Aliança (CA) se implicam de formal radical, única possibilidade de fazer parte delas. Eles são identificados através do TAO ou Cruz de São Francisco que carregam no peito.²² Ser portador do TAO é o desejo mais íntimo dos adeptos do Shalom, pois significa atingir um grau mais elevado no caminho da santidade e um passo a mais na construção da identidade carismática. Mas implica também um grande investimento pessoal, característico dos fortes e perseverantes, cuja disposição para assumir uma intensa rotina de oração, estudos da Bíblia e compromissos com a obra estejam acima de qualquer outra atividade, exigindo muita dedicação e renúncia. Para ser membro de uma CV ou CA é preciso ser vocacionado, ou seja, se “consagrar” engajando-se em um grupo vocacional, iniciando “(...) uma caminhada de oração e diálogo que não tem duração determinada, mas que é uma marcha em busca de uma convicção da vontade do Senhor” (Estatuto da Comunidade). Para tal, o interessado formaliza um pedido de ingresso na comunidade, através de uma carta, após passar por um longo período de discernimento. A vocação aparece como uma atração ou um apelo divino de entregar-se ao Reino.

Os integrantes dessas comunidades fazem três votos de compromisso: pobreza, obediência e castidade. O primeiro determina que os bens sejam disponibilizados para uso de todos. Os integrantes da CA devem destinar dez por cento dos rendimentos para a obra, além de uma contribuição mensal para o fundo de comunhão, como sinal de solidariedade com os mais necessitados. O voto de obediência é o compromisso de obedecer a Jesus Cristo, ao seu Evangelho, à Igreja, às regras de vida Shalom e às autoridades constituídas segundo a vontade do Senhor. O voto de castidade é vivido de maneira diferente, entre os consagrados solteiros e os casados, obedecendo ao estado de vida de cada um. Segundo explicações de um informante, “encontram-se os três estados de vida²³: celibato, matrimônio e sacerdócio. Todos com direitos e deveres, abraçam todas as bênçãos e exigências próprias desta vocação”.

O Shalom possui doze Comunidades de Vida,

que são formadas por pessoas que abandonam o convívio da família para morar em casas comunitárias, partilhando os bens e vivendo da “providência”. Como disse Pedro,

(...) somos chamados a abandonar tudo e viver inteiramente e plenamente a ‘vocação Shalom’. Vivemos na e da vinha do Senhor, moramos em residências comunitárias onde colocamos tudo em comum; crescemos juntos no amor fraterno e na vida de oração.

O que mais chama a atenção no estilo de vida dos membros da CV é a tendência a “auto-segregação”. Eles se vestem com simplicidade, circulam apenas pelos ambientes sociais relacionados às igrejas e ao Shalom, têm um modo de falar calmo, transmitindo compreensão e aceitação do outro, uma alegria que se expressa pelo sorriso constante no rosto e que dizem ser motivada pela comunhão com Deus. Não freqüentam cinema, bares ou qualquer outro lugar considerado impróprio. A rotina diária dos membros da CV é dedicada aos compromissos espirituais: oração pessoal, estudo bíblico através do método da *Lectio Divina*²⁴, terço e Eucaristia, cantos de louvores ao Senhor, através da oração das Laudes, reunião de formação comunitária e partilha de vida. Além dessas atividades espirituais, desenvolvem trabalhos relativos à evangelização. Segundo os integrantes, eles vivem para louvar, adorar e bendizer ao Senhor, cultivando os carismas do Espírito Santo. Como se pode perceber, o estilo de vida na comunidade é muito próximo ao estilo de vida religiosa, com uma rotina de oração e de trabalho, na qual as atividades “mundanas” e a circulação por outros espaços sociais são interditas. Inclusive, é o que colocam como proposta de estilo de vida.

Já as Comunidades de Aliança, são formadas por pessoas que “dedicam sua vida ao Senhor no meio secular”. Embora sejam totalmente engajados na vida religiosa, os integrantes desta comunidade não precisam morar em residências coletivas, como na CV, morando em sua própria casa e desenvolvem

do suas atividades profissionais fora da comunidade. Encontram-se aí pessoas dos mais diferentes perfis socioeconômicos. Entrevistei uma advogada da CA que entrou na RCC com o marido: “(...) fazemos parte da CA que é uma comunidade externa (...) nós trabalhamos fora também (...) Mas tem setores da obra que a gente trabalha como voluntária e outros que a gente trabalha com serviço remunerado”.

Eles seguem as mesmas regras de vida dedicada ao Senhor que se reflete no modo de vida familiar, profissional e social, levando os compromissos da comunidade para sua vida pública. Ao mesmo tempo, circulam entre os não-carismáticos, que têm outra concepção de vida, outro estilo religioso e outra maneira de olhar o mundo.

As novas comunidades

As Novas Comunidades trazem implícita uma expectativa de mudança social que faz crescer o número de adeptos, multiplicando-as. Segundo Hervieu-Léger (2005), elas representam a inclinação característica da modernidade religiosa, que é criar comunidades fundadas em afinidades sociais, culturais e espirituais. As comunidades carismáticas não se inscrevem no nada, mas num contexto formado por um tecido humano, social, político, histórico, geográfico e institucional que favoreceu seu aparecimento. Muitos lêem os fenômenos comunitários como movimentos contestadores²⁵; outros como alienantes do mundo; mas, a verdade é que as comunidades se constituem como fenômenos religiosos de linha fundamentalista, com pretensão de retorno a um cristianismo primitivo, fazendo-se presente em uma época na qual se previa o desaparecimento da religião. Entretanto, como sugere Hervieu-Léger (2005: 45), são as próprias transformações da modernidade que sustentam um lugar de importância para a religião, pois suscitam crises, criando um universo de incertezas, cujo efeito é de um vazio social e cultural produzido pela mudança e vivido como ameaça pelos indivíduos e pelos grupos. Assim, os sistemas religiosos tradicionais vão se reordenando sob novas formas, perpetuando-se e permanecendo com um grande poder de atração sobre os indivíduos

os e a sociedade, como acontece com a RCC. Aqui, as pessoas encontram, na vivência comunitária e na prática religiosa, explicações e sentido para a vida, quando não os encontram no mundo.

Para Monique Hébrard, as comunidades são lugares de vida, de dar e receber e representam um lugar protegido, cujo meio permite ao cristão buscar a santidade ao abrigo do mundo, onde se pode encontrar a paz (HÉBRARD, 1979: 138). O dirigente de uma grande comunidade carismática americana diz: “Nós sentimos a enorme força de opressão de uma sociedade materialista, hedonista, anticristã. Assim, chegamos a esta necessidade de formar o Corpo de Cristo, apareceu-nos o desejo de fazer uma nova sociedade, pode-se dizer mesmo uma contra-cultura” (HERBRARD, 1979: 138).

Pode-se afirmar que tais grupamentos emergem tendo como um dos objetivos principais a vida em comunidade. Um coordenador do Shalom afirma que: “Se nós nos abrimos ao Espírito Santo, ele nos faz renunciar a um estilo de vida individualista, e nos abre para uma vida mais comunitária (...) a pertença a uma comunidade deixa de estar ao lado da nossa vida espiritual para ser o centro mesmo”. Para este coordenador, a comunidade é uma escola na qual se desaprende a viver, segundo os elementos do mundo e se aprende a viver segundo o amor. A “vida no amor” é o ideal máximo a ser buscado. E isso significa partilhar, acompanhar, estar sempre presente, *cuidar do outro e ser cuidado*. Algo semelhante ao ideal familiar, que a comunidade estaria reproduzindo, simbolicamente. O ideal de uma família onde reina a paz, o amor, a compreensão, a disponibilidade de uns para com os outros que todos idealizam.

Segundo os carismáticos, as comunidades devem ser vistas de dois ângulos: o da aspiração a uma sociedade melhor, mais humanizada, e como um dispositivo para favorecer a elevação espiritual. Assim, o princípio da comunidade é elevar espiritualmente seus membros para que, em seu conjunto, possam construir uma sociedade melhor, o que implica desenvolver um sentimento de pertença através do crescimento pessoal. E é nisso que o carismático se engaja, sendo também isso o que fundamenta o

dispositivo simbólico que atrai tantas pessoas. Estes elementos, juntamente com a publicidade que se faz em torno das Novas Comunidades, fazem com que estas ocupem um lugar simbólico privilegiado do qual os católicos querem participar.

O engajamento no Shalom e o fortalecimento do espírito

O engajamento no Shalom implica um processo de mudanças, de reconstrução de identidade e de fortalecimento psicológico, propiciando uma nova forma de significar e ordenar o mundo. O “católico especial”, que emerge desse processo, tem uma autoconfiança que se exterioriza através da alegria, da amabilidade, da afetividade e da solidariedade para com os irmãos. Esse “resultado” vai se desenhando a partir da vivência em comunidade, na relação que se estabelece entre os indivíduos e na maneira particular pela qual eles se ligam à sociedade. E é nos rituais dos grupos de oração que tudo começa. Por isso, é oportuno acompanhar o ritual que desenvolve o forte espírito de pertença.

As reuniões do Grupo de Oração se passam na seguinte seqüência ritual: acolhida, quando todos se cumprimentam com alegria, incentivada por cânticos, palmas e movimentos corporais, acompanhados de expressões como “entre no clima”, “libere a ação do espírito”, “deixe o espírito entrar”. As músicas com ritmos dançantes e letras como “quero mergulhar na alegria do Senhor”, “vem Espírito, encha-me de luz”, “vem libertar meu coração”, “renova-me Senhor”, acompanham “aleluias” e “glória a Deus”. Esse momento, que dura mais ou menos vinte minutos, prepara para a ação do Espírito, que é solicitado a comparecer e a manifestar seus dons e carismas. As pessoas começam a orar, “na língua dos anjos”, e o coordenador do grupo repete em voz suave: “o Espírito Santo está agindo, transformando, curando doenças físicas e emocionais; ele visita a cada um nesse momento, abandonem-se ao espírito”.

Em seguida a esse momento de euforia coletiva e de experiência com o espírito, no qual acontece a “Revelação”, passa-se a uma fase de cânticos mais suaves e introspectivos seguida da “Partilha”, ocasião

em que a pastora solicita a participação das pessoas para que relatem o que foi revelado, como foram “tocadas” pelo Espírito Santo e o que sentiram naquele momento. É quando se revela algo milagroso que aconteceu na vida da pessoa. Passa-se, então, de uma vivência emocional coletiva para uma oração comunitária, em que as experiências individuais devem ser compartilhadas. Geralmente, esse momento é introduzido pela pastora ou por outra pessoa, com pequenos exemplos alegóricos tirados, da sua vida cotidiana, através dos quais ilustra sua relação privilegiada com Jesus e o Espírito Santo, resultado de sua caminhada. As narrativas nesse espaço são relacionadas ao cotidiano das pessoas e tem-se a oportunidade de ouvir relatos sobre a experiência religiosa diária com Deus, e as transformações que provocam no dia a dia. O principal objetivo desses testemunhos é mostrar “a experiência com Deus nas pequenas coisas, pois esta acontece em todos os momentos”.

Seguem-se momentos de silêncio, entrecortados por uma série de mensagens enviadas por Deus, mensagens recebidas nos dias precedentes. As pessoas vão contando suas experiências, as visões que tiveram enquanto estavam entregues à oração. Começam com frases do tipo: “Jesus disse”, “o Espírito me revelou”, “senti Jesus me tocar...”. A pastora repete com frequência: “Tem que falar, partilhar a emoção, a experiência, o que Deus faz na sua vida, pois isso serve para o irmão”. Partilhar é a palavra de ordem, pois a oração comunitária significa a partilha e ninguém deve ficar calado nessa hora. As pessoas, segundo a pastora, devem apresentar o que sentem no grupo para entender a obra de Deus na sua vida. O entendimento do que se passa nesse momento é “o Espírito Santo que coloca e se não se abre o coração não se consegue perceber o que Jesus quer dizer”. Em um depoimento, uma pessoa disse: “Deus falava comigo e eu não sabia, pensava que era a minha consciência. Se a gente não ficar atento, não consegue identificar o que ele nos ensina”.

O próximo passo é estabelecer a relação das experiências vividas no grupo com os fatos da vida

cotidiana, a partir de um novo saber adquirido. Assim, são apresentados os testemunhos de curas e os relatos de acontecimentos cotidianos para os quais são atribuídos novos sentidos:

A experiência com Deus é em todos os momentos, nas pequenas coisas. É só prestar atenção na ação dele na nossa vida, esperar, confiar e se segurar na fé. É preciso ter força para confiar, resistir (Maria, integrante do grupo).

Esse momento pode durar uma hora ou mais, passando em seguida para a Pregação, ocasião em que as falas são interrompidas para dar lugar à leitura de uma passagem da Bíblia, escolhida frequentemente da Epístola de São Paulo, considerada como texto didático, por ser escrito em linguagem não-parabólica, adequada para os não-familiarizados com a “palavra de Deus”. É a leitura da Bíblia que dá todo o suporte para que se reconheça a ação de Deus, diz a pastora, incitando os presentes a se inscreverem nos cursos de estudos bíblicos oferecidos pelo Shalom. As pessoas também são orientadas a fazerem sua oração pessoal, diariamente, condição necessária ao desenvolvimento de uma maior “intimidade com Deus”. Para uma integrante, o mais difícil na caminhada é a oração pessoal, mas é ela que desenvolve os sentidos para se perceber a presença de Deus e entender sua palavra. Diz que “é preciso concentração, sair do mundo, se isolar do que está ao seu redor... Os mestres passam anos em contemplação, em êxtase, para sentir (...) imagine nós”. É preciso, então, abraçar o hábito da oração; hábito que o grupo ajuda a desenvolver. Por isso, não se deve faltar às reuniões, “mesmo quando a vontade é não vir, tem que vencer o cansaço, pois é tão necessário vir ao grupo quanto ir à missa. Aqui a sua visão se abre” (Carla).

É nesses rituais que a “visão do fiel vai se abrindo” para um universo no qual os fatos são sempre atribuídos à vontade divina e as decisões mais simples passam a ser tomadas a partir de orações e em retiros espirituais. Tudo deve ser discernido atra-

vés da oração. Dessa maneira, vai se desenhando a identidade carismática, com o desenvolvimento de hábitos e condutas típicas do grupo. E é também nos rituais que a pessoa vai sendo estimulada a se engajar nos trabalhos, pois embora a inserção no grupo seja o primeiro passo, “comprometer-se com a obra” e “persistir na caminhada” são os principais fatores que levam alguém a se “renovar”. Assim, após a inserção no grupo, a pessoa deve assumir uma atividade e desenvolver uma nova maneira de ser e de se comportar. Isso faz com que passe do momento mágico da experiência com Deus, ao momento de cultivar uma racionalidade para desenvolver novas atitudes na vida. Como disse Andréia: “não é só me ajoelhar e rezar... Claro, mas tem que estudar, conhecer, pensar, investigar e trabalhar”.

Trabalhar significa engajar-se em um ministério ou projeto. Os ministérios são núcleos responsáveis pelas diferentes atividades de evangelização. Existem vários ministérios: dos pregadores, da libertação, do pastoreio, do aconselhamento, etc., que se ramificam em vários outros e que são escolhidos de acordo com o interesse da pessoa. Segundo um coordenador, o incentivo à participação nos ministérios começa após um período de seis meses de frequência ao grupo, quando a pessoa se convence de que a melhor forma de amar a Deus é lhe servindo. “Nada é forçado”, mas é cobrado esse engajamento, a cada reunião de grupo e nos rituais, onde se mencionam sempre os cursos, as reuniões de estudo, os retiros, acampamentos e outras atividades. Se, de um lado, existe um leque de possibilidades para o sujeito, de outro, existe a disposição pessoal para se envolver com os trabalhos. Existem membros de grupos de oração que passeiam por vários ministérios, participam de alguns trabalhos, mas não se implicam totalmente com eles. Outros, entretanto, são “firmes na caminhada”, comprometendo-se radicalmente. E quanto mais radicalmente a pessoa se engaja, mais fortalecida ela vai se sentindo, sendo estimulada por um “formador pessoal”, que a aconselha no momento de tomar decisões. Para dar suporte ao engajamento dos inúmeros renovados, é preciso um trabalho permanente, uma vigilância e um encorajamento constantes.

A escolha do lugar ideal, como diz Moisés, se faz de acordo com “onde for o chamado de Deus”. Significa dizer que os “tocados pelo Espírito Santo” irão se engajar nos espaços de sociabilidade da RCC, a partir de sua própria caminhada e investimento na sua salvação, e trabalhar naquilo que o seu talento indica. Assim, a mobilidade do sujeito pelos espaços do Shalom e sua persistência implicam diferentes itinerários traçados pela forma de engajamento e indicam importantes diferenças individuais, que podem ou não mudar o estilo de vida das pessoas. Os efeitos da adesão estão diretamente relacionados com o percurso e o investimento pessoal de cada um. Embora o objetivo maior seja pertencer a uma Comunidade de Aliança ou de Vida, nem sempre se consegue trilhar este percurso. As pessoas que acompanhei no grupo de oração funcionam dentro daquilo que podemos considerar como suas possibilidades. As prescrições que determinam a caminhada de desenvolvimento espiritual - orações pessoais, rezar o terço todos os dias, participar dos eventos, ir à missa, assumir um ministério - não são cumpridas à risca por todos. Muitos não conseguem seguir as recomendações, embora se proponham a isso, como ouvi de alguns informantes: “Eu nunca persisto na caminhada. Já é a terceira vez que faço o Seminário de Vida e começo no grupo de oração. Mas eu sou fraca”; “Eu freqüento o grupo há quatro anos, mas nunca me engajei em um ministério. Agora vou ver se consigo”. Promessas que, muitas vezes, não se cumprem, mas mantêm a ligação com o grupo.

Pode-se perceber a busca por uma adequação da conduta de cada um ao “modelo carismático”. Existe um tipo idealizado de “pessoa que pertence ao Shalom”, tanto entre os carismáticos, quanto entre os católicos tradicionais. Os “perfis religiosos” se expressam na forma de engajamento, na variação dos níveis de religiosidade e na multiplicidade extrema das experiências religiosas. O modelo carismático a ser seguido é, segundo o fundador, São Francisco, “o baluarte da vocação Shalom”. A imagem do santo despojado, pobre, homem de louvor e de oração, fiel ao chamado divino e obediente à Igreja compõe o ideal carismático. Se a imagem ideal do carismáti-

co é São Francisco, para aqueles que caminham no Shalom ela está encarnada na figura de Moisés, cujas características se confundem com a do santo. Assim, há uma imagem ideal no horizonte a ser construída, representada tanto por Moisés como por Emmir, figura feminina mais citada como ideal a ser atingido, conforme se constata neste depoimento:

(...) quando vi a Emmir disse: quero ser igual a ela, ter esta alegria e disponibilidade para com o irmão e essa aparência de tranqüilidade e segurança que ela tem em seu semblante.

Moisés e Emmir são, portanto, o modelo de identificação entre os renovados do Shalom. Moisés, como o bíblico, foi escolhido por Deus para a missão de fundar a Comunidade Shalom, tendo Emmir como sua colaboradora. Moisés, “o fundador”, possui uma função: a de ser o líder, pois ele foi “escolhido por Deus para ser a cabeça da nossa comunidade”, disse um informante. Isso lhe confere uma autoridade que vai além da mobilização emocional que é capaz de provocar. Sua palavra é autoridade, reconhecida pelo saber divino, sendo relativa à sua função e ao carisma que se reconhece nele. O carisma do fundador é de participar da paternidade de Deus. Ele é seu eleito, pastor de seu rebanho. Na análise weberiana, penso que Moisés se aproxima da figura do profeta, esta figura que porta um carisma pessoal, “(...) o qual, em virtude de sua missão, anuncia uma doutrina religiosa ou um mandado divino” (WEBER, 1991, p. 303). Weber não faz distinção entre o profeta que anuncia de novo uma revelação antiga daquele que reivindica para si uma revelação totalmente nova, isto é, entre o “revelador” e o “fundador” de uma religião. O que importa para ele é a vocação pessoal, que distingue profeta e sacerdote. A autoridade do profeta não está a serviço da tradição sagrada, como no caso do sacerdote, mas ela se dá em virtude de sua revelação pessoal ou de seu carisma. Assim, a legitimação do profeta atua em nome de seu dom pessoal. Por isso, ele pode se cons-

tituir como exemplo a ser seguido, pois organiza a vida e o mundo num sistema coerente de sentido. O profeta promove “... uma sistematização de todas as manifestações da vida, portanto, de coordenação do comportamento prático num *modo de viver*, qualquer que seja a forma que este adote em cada caso concreto” (WEBER, 1991, p. 310).

Os fundadores são evocados como verdadeiros representantes divinos, desfrutando, junto aos fiéis, de um prestígio elevado. Geralmente, as pessoas se referem a eles como “uma bênção”, tomando as suas palavras como verdade absoluta, jamais questionada, pois são legitimadas pelos testemunhos de suas vidas. Para os fiéis, o que lhes confere este *status* é, principalmente, o fato de serem ungidos com os dons do Espírito Santo.

Para ser Shalom, é preciso seguir esse modelo e desenvolver os dons. E isso se consegue com perseverança e dedicação à obra, o que possibilita emergir talentos individuais, livremente revelados pela prática comunitária, religiosamente legitimada em termos de carisma. Mas, só se obtém tudo isso sendo perseverante e capaz de renunciar às coisas do mundo. A decisão de assumir um trabalho indica o compromisso com a fé através da tomada de consciência para se engajar eticamente no trabalho. A partir deste compromisso começa a transformação da pessoa para o estatuto de “ser Shalom”, com a consequente sensação de pertencer ao que designei como a “fortaleza do espírito”. Toda essa transformação é operada em uma comunidade que oferece proteção e sustenta uma dimensão de valorização simbólica capaz de fortalecer cada um de seus membros.

Considerações finais

Para Hervieu-Léger (1987), a RCC coloca em questão, de maneira mais ou menos implícita e, às vezes, muito explicitamente, as “leituras positivas” da realidade moderna e a estratégia pastoral que lhe corresponde. A insistência sobre a conversão, sobre a experiência sensível da mudança interior, traz nela mesma a condenação do “mundo”, com a qual os “fios de luz” não podem combinar. Para ser interior, a

ruptura com os falsos valores do mundo não deve ser menos total: ela implica estar no mundo “como não estando”. O convite do apóstolo é, sabe-se, suscetível de interpretações muito diversas, mas ele justifica, em todo caso, uma desconfiança na atenção das concepções do engajamento que alimenta a problemática tornada clássica da “presença cristã” no mundo, “esperando a salvação”. Existe no quadro carismático a atenção da “conquista em incumbência cristã” dessas “esperas coletivas”, alguma coisa do pessimismo do pentecostes histórico, frente a uma cotidianidade mundana, da qual é necessário ser arrancado para renascer em uma vida verdadeiramente nova: o batismo no Espírito sendo o momento de formalização dessa ruptura na trajetória do convertido.

No sentido sócio-antropológico aqui analisado, a inserção na comunidade cumpre um papel importante que enlaça o sujeito no apelo carismático por um mundo mais humanizado e participativo em termos religiosos. E, para isso, é preciso viver uma experiência de vida religiosa na qual não cabem mediações, “mergulhando nas coisas de Deus” e comprometendo-se em evangelizar o irmão, o que, aliás, é recomendado fazer diariamente, no trabalho, na família, na rua. Deve-se falar, sem pudor nem vergonha, com as pessoas sobre Deus e suas maravilhas, sendo multiplicador, “testemunho de Deus”. Este é o principal meio através do qual se trazem novos irmãos para a comunidade. Segundo a fala de um dos pregadores: “Se cada um evangelizar um irmão por dia, mudaremos Fortaleza”.

Este apelo vem substituir o espaço vazio deixado pelas tecnologias políticas (utopias, programas, modos de ação e estratégias). Os valores defendidos pela Renovação Carismática são baseados no ideal de fraternidade cristã, que torna os homens capazes de conviver em paz consigo e com os outros: “Shalom da paz”. Isso consegue estabilizar a vida, tanto em seus aspectos sociais quanto individuais, pois garante, simbolicamente, formas ideais de convivência social, pautadas em uma igualdade de valores éticos, morais e afetivos, que oferecem um suporte importante para se enfrentar as ameaças em que se constitui a sociedade moderna, ao mesmo tempo em

que atende às aspirações individuais, tornando-se o suporte afetivo para as pessoas, e recuperando as redes de pertença nas quais se construía a identidade do homem no passado.

Assim, nos agrupamentos do Shalom se constroem redes de pertença, onde muitos encontram renovação de sentido, de verdades e de práticas de vida, levando a uma conseqüente mudança na forma de atuar socialmente, segundo o modelo representado pelo “jeito Shalom de ser”. Embora a renovação seja um investimento pessoal que, como vimos, só depende do esforço de cada um, nesta caminhada ele não está só, pois conta com a ajuda do irmão. No discurso do Shalom, todos devem incentivar e orientar os que estão no início de sua caminhada. Assim, a caminhada se torna uma “pedagogia entre irmãos”, que funciona como uma dinâmica de construção de uma “nova pessoa”, no curso da qual ela recusa certos elementos, trocando-os por outros e onde re-elabora o sentido do sofrimento. E tem sempre alguém ao lado para ajudar, pois cada um tem seu formador pessoal. Também a convivência com os que se constituem como modelos de identificação favorece a modelação da conduta.

Cabe, agora, refletir sobre o tipo de sujeitos produzidos numa sociedade dirigida para o consenso, que evita o conflito no confronto com diferenças, e onde se funciona a partir de um modelo interpretativo único, quando se conta com tantas possibilidades criativas de interpretar a realidade. O novo, o inédito, o criativo se produz no confronto e no conflito de idéias, na possibilidade de dialogar com várias formas de pensamento. Ao se inscrever no interior de um sistema totalitário, retirando-se dos embates sociais e submetendo-se a prescrições inquestionáveis para obter proteção, parece que o que se busca é o refúgio na fortaleza representada pelo Shalom, e não o crescimento pessoal.

Para finalizar, desejo salientar que a tentativa de tamponar a dor e o mal-estar, seja por que via for, é um engodo que pode levar a sérias distorções, não apenas de si mesmo, mas principalmente da própria realidade social em que o sujeito está inserido, quando se cria um tipo de sociedade idealizada. Como

disse Freud (1930), não há nada de bom no idealismo, pois com um ideal o homem ilude a si mesmo e aos outros. Todo ideal é enganoso e enganador, o que significa que devemos desconfiar das promessas de felicidade que as instituições totalitárias apresentam. Por outro lado, agarrar-se a um ideal é um caminho, uma escolha, uma saída para a angústia, nem melhor nem pior que outras. E, para muitos, a única saída possível é refugiar-se na busca da verdade divina e submeter-se aos ensinamentos e às prescrições celestes, mesmo que em prejuízo de sua liberdade. Nesse caso, a liberdade mais importante, do ponto de vista do sujeito, é a de escolha. Se ele deseja permanecer aprisionado a um ideal, seja ele religioso, científico, romântico ou político, que escolha o que julga ser o melhor para si.

Notas

- 1 Este artigo é um recorte de minha tese de doutorado intitulada "Um novo católico: cura, emoção e reconstrução de identidades na Renovação Carismática Católica", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, em 2005, cujo enfoque central é a questão da cura e o processo de extirpação ritual do sofrimento pela via da conversão à Renovação Carismática Católica (RCC). De fato, analisei o engajamento no discurso emocional da fé, detendo-me particularmente no Ministério de Cura da Comunidade Católica Shalom, que oferece atendimento aos aflitos e sofredores, através de um dispositivo de acolhimento onde as pessoas encontram conforto e orientação, bem como cura para os "males do espírito", a exemplo do que é referido em trabalhos como os de Marion Aubrée (2000), e Peter Fry e Gary Howe (1978), que analisam a afiliação pentecostal como resposta aos problemas de saúde, desemprego e dificuldades interpessoais. Na mesma linha, ver Aubrée (1978 e 1995). A Comunidade Shalom é a mais antiga e importante de Fortaleza e, também, a primeira comunidade da RCC no Ceará, sendo a segunda maior do Brasil, atrás apenas da Canção Nova. Ao longo desta pesquisa, observei que a Comunidade Católica Shalom, com sua estrutura organizacional, se desenvolveu como uma rede de pertença, onde muitos encontram renovação de sentido, de verdades e de práticas de vida, tendo como contrapartida a radicalidade do fiel, condição que se impõe para desfrutar das benesses que ele oferece.
- 2 Com mais de dois milhões de habitantes, a capital do Ceará é a cidade onde mais rapidamente crescem as comunidades carismáticas católicas de diversos tipos, contando hoje com grupos de renovação em todas as paróquias, conforme informação da coordenadora da Renovação Carismática.
- 3 Maneira como se referem os carismáticos ao seu percurso de engajamento na RCC.
- 4 Grandes encontros de milhares de fiéis, geralmente sediados em ginásios esportivos ou estádios de futebol. Em Fortaleza, são promovidos, anualmente, o Halleluya, o Renascer, o Queremos Deus, o Semear e o Desperta!, além de outros de menores proporções como o Renascerzinho, congressos de evangelização e os retiros promovidos pelas várias comunidades.
- 5 Foram gravadas 26 entrevistas: 16 com leigos carismáticos, 2 com padres, 2 com autoridades da RCC, em Fortaleza, e 6 com autoridades da Comunidade Shalom.
- 6 Depoimento de vida espontâneo por meio do qual a experiência com Deus é relatada, ressaltando as transformações pessoais que ela promove.
- 7 Professores e estudantes de teologia, de três universidades, reuniram-se em oração, acreditando que isso iria renovar sua fé. Receberam, então, a Efusão do Espírito Santo; isso forjou as bases do movimento que, no ano seguinte, se expandiu nos EUA e no mundo. (Sobre a origem e expansão da RCC, ver Herbrard, 1991; Csordas, 1992 e 1997c; Barros Jr., 1993; CNBB, 1994; Prandi & Souza, 1996; Benedetti 1988; Chagas, 1977; Miranda, 1999; Carranza, 2000; Maués, 1998; Oliveira, 1978; entre outros).
- 8 Segundo Herbrard, 1991, e Carranza, 2000, a RCC, no Brasil, sofreu mudanças que fizeram recusar este rótulo. Entretanto, utilizo esta expressão baseada em suas características.
- 9 Festa celebrada no quinquagésimo dia após a Páscoa. Os apóstolos estavam reunidos, esperando que se cumprisse a promessa de Jesus, quando o Espírito Santo desceu dos céus e os encheu com seu poder. Estes se puseram a falar outras línguas, conforme o Espírito lhes concedia expressarem-se (Atos 2.1-13).
- 10 Termo que na RCC refere-se ao trabalho de líderes de comunidade e de grupos de oração.
- 11 Padre que se tornou famoso como cantor e autor da Aeróbica do Senhor, primeira de uma série de músicas que compôs, com enorme sucesso em vendas.
- 12 Utilizo, neste caso, o nome verdadeiro, pois se trata de uma figura pública conhecida. Em mir Nogueira foi coordenadora local da RCC, membro do Conselho Estadual e é co-fundadora da Comunidade Shalom. Todos os demais nomes citados são fictícios, para resguardar a identidade dos informantes.
- 13 Aqui, utilizo também o nome verdadeiro do fundador, pois além de se tratar de uma figura pública, conhecida nos meios carismáticos, considero simbolicamente importante este nome, dada a referência a outro fundador, Moisés bíblico.
- 14 Projeto Juventude (Colégio Shalom), Shalom da Paz, Shalom de Fátima, Shalom Parquelândia e Projeto Família, cada um com uma sede própria, além das casas que abrigam as Comunidades de Vida. Existe ainda a casa da Administração Geral, espécie de governo geral que cuida da parte administrativa, sendo, inclusive, chamada pelos adeptos de Cambéba, em alusão à sede do governo do Estado.
- 15 Em Fortaleza, existem oito Comunidades de Fraternidade:

- Shalom, Obreiros da Tardinha, Face de Cristo, Anuncia-me, Recado, Corpo Místico, Corpo Místico de Cristo e Nova Evangelização.
- 16 A Comunidade Shalom é considerada a maior do Brasil em termos de presença no território nacional e internacional. Está presente em vinte e dois estados e possui sete missões fora do Brasil. É reconhecida pela Igreja como Associação Privada de fiéis, e visa a um futuro enquadramento canônico, no que hoje a Igreja chama de “Comunidades Novas”: Revista Shalom Maná, nº 114, agosto-setembro, 2002.
- 17 Uma emissora de rádio, uma emissora de televisão, uma editora e uma produtora de bens religiosos.
- 18 Micareta realizada na cidade de Fortaleza, no mês de julho. A micareta é uma espécie de carnaval de rua, que acontece em período diferente do carnaval oficial.
- 19 Essa designação é destinada a quem exerce a coordenação de um Grupo de Oração, Projetos ou Ministérios.
- 20 Querigma é o conteúdo da pregação apostólica primitiva, esquematicamente presente nos discursos de Pedro (Atos 2, 14-39; 3, 12-16; 4, 9-12; 5, 29-32; 10, 34-43) e em um de Paulo (Atos 13, 16-41). São temas querigmáticos, dentre outros: ensinamentos, milagres e a efusão do Espírito Santo, que contém um apelo à conversão. Para melhores esclarecimentos, ver Oliveira Júnior, 2000, p. 46.
- 21 O batismo no Espírito Santo acontece em rituais caracterizados por um clima emocional intenso, podendo provocar êxtase ou catarse, e é o momento em que se recebe, pela primeira vez, o Espírito Santo. O Espírito se manifesta através da glossolalia, da efusão do Espírito ou Repouso no Espírito, momentos marcados pelo abandono do fiel à experiência de êxtase religioso.
- 22 Identificação da comunidade Shalom.
- 23 No Estatuto da Comunidade, fica expresso que o estado de vida é, antes de tudo, um chamado ao pessoal, implicando uma missão em favor da Igreja e do mundo. O estado de vida de cada membro da Comunidade, seja ele o matrimônio, o celibato ou o sacerdócio, é o meio pelo qual se vive melhor a vocação de ser Shalom.
- 24 Leitura espiritual (divina), que consiste em ler o texto da Sagrada Escritura, passando, em seguida, à meditação, à contemplação e ao diálogo com o Senhor.
- 25 Ver, por exemplo, Jean Seguy, citado por Hervieu-Léger, 1999.
- nordeste brasileiro”. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, (ANPOCS), 26 (1-2): 48-55.
- ____ (2000), “Les maladies nerveuses et leurs thérapeutiques populaires au Brésil. Nouveaux Brésil fin de siècle”. In, Caravelle, Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Bresilien. Toulouse, 75: 49-60.
- BARROS JR., F. de Oliveira. (1993). Queremos Deus na aldeia-Aldeota: a RCC na Arquidiocese de Fortaleza. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BITTENCOURT, Estevão. Os Dons do Espírito Santo. Revista *Pergunte e Responderemos*, (S.1) nº 479, p. 163, 2002. Disponível em www.osb.org.br.
- CARRANZA, Brenda. (2000). Renovação Carismática Católica. Origens, mudanças e tendências. São Paulo: Editora Santuário Aparecida.
- CNBB. (1994), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Orientações Pastorais sobre a Renovação Carismática Católica.
- CSORDAS, Thomas J. (1992). “Religion and the world system: the pentecostal ethic and the spirit of monopoly capital”. In *Dialectical Anthropology*, 17, nº 1: 03-24.
- ____ (1997). *Language, Charisma, and Creativity: the Ritual Life of a Religious Movement*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- FREUD, Sigmund. (1930). “O Mal Estar na Civilização”. In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- FRY, Peter H. e G. N. HOWE. (1975). “Duas Respostas à Aflição: Umbanda e Pentecostalismo”. *Debate e Crítica, Revista de Ciências Sociais*, 6: 75-93.
- GAUDIN, Benoit. (2000). *Identités, carnaval et industrie de la culture dans le nordeste du Brésil: la micareta du Fortal*. Tese de doutorado, Université Aix – Marseille I. université de Provence.
- GEERTZ, Clifford. (1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.
- HALL, Stuart. (2001). *A Identidade na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A.
- HEBRARD, Monique. (1979). *Les Nouveaux Disciples. Voyage à travers les communautés charismatiques*. Paris: Editions du Centurion.
- ____ (1991). *Les Charismatiques*. Paris: Cerf.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. (1999). *Le Pèlerin et le Convert. La religion en mouvement*. Paris: Flammarion.
- ____ (1987). “Charismatic Catholicism et institution”. In

- LADRIÈRE, P. e LUNEAU, R. (dir.). *Le retour des certitudes – événements et orthodoxie après Vatican II*. Paris: Centurion.
- _____. “A transmissão religiosa na modernidade: elementos para a construção de um objeto de pesquisa”. In *Estudos de Religião*. São Paulo: Universidade Metodista, ano XIV, nº 18, jun. 2000, p. 39-54.
- HERVIEU-LÉGER, D e LADRIÈRE, P. (1990). *Christianisme et Modernité*. Paris: Cerf.
- MAUÉS, R. Heraldo. (1998). O Leigo Católico no Movimento Carismático em Belém do Pará. Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu (mimeo).
- MIRANDA, Júlia. (1999). *Carisma, Sociedade e Política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- PIERUCCI, A. F. e PRANDI, R. (1996). *A Realidade Social das Religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. (1978). “Análise Sociológica da Renovação Carismática Católica”. In OLIVEIRA, P. A. Ribeiro (et alii). *Renovação Carismática Católica*. Petrópolis: Vozes.
- NICOLAU, Roseane (2005). Um “Novo Católico”. Cura, emoção e reconstrução de identidades na Renovação Carismática Católica. Tese de doutorado, Universidade Federal do Ceará.
- SEGUY, Jean. (1993). L’approche Wébérienne des phénomènes religieux. In CIPRIANI, R. MACIOTI, M. (ed.) *Omaggio a Ferrarotti*, apud Hervieu-Léger.
- SIMMEL, Georg. (1971). “A metrópole e a vida mental”. In VELHO, Gilberto. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.
- _____. (1986). *El individuo y la libertad*. Barcelona: Península.
- WEBER, Max. (1921). *Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Ed. UNB, 1991.
- “A Ciência como Vocação” (1963). In *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.
- Revista Shalom Maná, nº 114, agosto-setembro, 2002.
- Revista Ágape, ano XXII, nº 205.

OS ZIGUEZAGUES DO DR. CAPANEMA

São vários os modos e os objetivos de análise de uma narrativa histórica e, se a percebemos como “documento”, é porque a escrita ou a imagem que ela evoca registra algo que não se perdeu na areia do tempo, tornando-se, portanto, parte de nosso acervo cultural. Trazer os *Ziguezagues* do Dr. Capanema à luz das publicações contemporâneas constitui, mais do que a tentativa preciosista de valorizar um arquivo documental, emprestar-lhe novos sentidos, percebendo, na acepção de Walter Benjamin, as possíveis articulações que ele aponta entre passado e presente.

A narrativa de Guilherme Schüch de Capanema sobre expedição científica realizada no Brasil é formada por uma série de trinta e dois artigos ou crônicas publicadas no *Diário do Rio de Janeiro*, nos anos de 1860 a 1862. Situa-se no contexto em que missões exploratórias, dotadas dos mais variados propósitos, passam a povoar a história deste país.

Seja de caráter científico ou comercial, as viagens exploratórias realçavam aspectos pioneiros do conhecimento, registrando características variadas da natureza mineral e vegetal, incluindo também observações sobre dimensões importantes da vida social.

Se, muitas das missões de reconhecimento, feitas por viajantes estrangeiros, recolhiam materiais que voltavam para as instituições financiadoras dos países de origem, a Comissão Científica de Exploração, da qual fazia parte o Dr. Capanema, circunscrevia-se à tentativa de estabelecimento de uma ciência de caráter nacional.

A comissão que se estabeleceu no Ceará, no período de 1856 a 1861, constituiu, nesse sentido, a primeira expedição científica brasileira que realizou coletas, exames e experimentações. Conforme estava determinado nas instruções de viagem, era ne-

De: MARIA SYLVIA PORTO ALEGRE
Os ziguezagues do Dr. Capanema: ciência, cultura e política no século XIX.

Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

Por: IRLYS ALENCAR F. BARREIRA*

* Doutora em Sociologia, professora Titular da Universidade Federal do Ceará.

cessário classificar os minerais encontrados e investigar serras nas quais se suspeitava existirem metais preciosos.

Nascida no Estado monárquico do século XIX, a Comissão Científica Brasileira ritualizava o esforço de inscrever o país no âmbito da modernidade civilizadora, condizente com os padrões europeus do conhecimento, baseados na descoberta e classificação típicas dos valores positivistas.

A Comissão Científica de Exploração pensava também “ser a hora de priorizar pesquisadores brasileiros”, com a tarefa de ampliar o conhecimento sobre e no país, impedindo que a visão “de fora” deturpasse a observação necessária ao desenvolvimento da ciência. Conforme as palavras de Capanema:

(...) porque mandar vir os exploradores munidos de cabedal científico de pouco servirá, pois esses homens têm outra língua, outros hábitos, e outra natureza muito diferente da nossa. De modo que os habitantes do interior lhes repugnam, no que ficam pagos com usura, e até chegam a ser vítimas de sua excentricidade (CAPANEMA, cf. Porto Alegre, p. 30).

Caberia, portanto, aos exploradores imbuídos dos ideais da investigação científica emergente no Brasil, a missão de coletar, examinar e experimentar os achados, sendo a opção pelo Ceará baseada no pressuposto da existência de riquezas minerais, vegetais e animais.

A reprodução do texto original de Capanema também exigiu de Sylvia Porto Alegre um deciframento. O entendimento do vocabulário prolixo, as alusões do geologista a fatos nem sempre evidentes, enfim, constituíram-se também em ziguezagues percorridos, por ela, no sentido de instrumentalizar o

leitor para o entendimento da escrita e decodificação do jogo de palavras, do uso de neologismos e das referências factuais presentes no documento.

É sob o pseudônimo de Manoel Francisco de Carvalho, que Capanema disfarça em suas crônicas a crítica a inimigos, introduzindo referências negativas ao poder e a personalidades de destaque. Embora chefe da seção geológica, encarregado de exercer seu conhecimento nessa área restrita, o observador arguto refletia sobre assuntos de várias ordens, fazendo com que seu texto constituísse documento testemunhal de um momento relevante da história brasileira.

O livro *Os Ziguezagues do Dr. Capanema, ciência, cultura e política no século XIX* está dividido em três capítulos. No primeiro, a autora apresenta uma pequena biografia do chefe da seção geológica, por meio da qual se observam aspectos da inovação tecnológica, úteis ao próprio desempenho da Comissão. Algumas características do autor dos *Ziguezagues* são destacadas, dando sentido a suas opções e curiosidades científicas. De fato, Capanema cresceu em um ambiente favorável às letras e artes. Aos dezesseis anos, seguiu viagem para a Europa, dedicando-se, lá, aos estudos de engenharia e mineralogia. Posteriormente, exerceu as atividades de ensino e pesquisa incluindo, em suas habilitações, negócios particulares e missões oficiais. Viajou ao Ceará por três vezes: como membro da Comissão Científica de Exploração; no momento da construção da estrada de ferro Baturité-Fortaleza; e, na condição de diretor da repartição dos Telégrafos, como encarregado de estabelecer a comunicação entre Ceará e Maranhão.

No segundo capítulo do livro, Sylvia Porto Alegre contextualiza o documento de Capanema, visando tornar o texto compreensivo ao leitor. Trata-se, segundo a autora, de uma, entre as várias leituras possíveis, iluminada por dados extraídos de arquivos, documentos, relatórios oficiais, correspondências, livros e folhetos. A recuperação de personagens e fatos da época oferece também pistas para se entender a relação entre a atividade científica e as práticas culturais do Brasil, mediadas pela conexão entre corte e províncias.

O estilo do documento de Capanema diz também da condição dupla do observador que, segundo Sylvia Porto Alegre “ora se coloca no lugar distanciado e neutro do cientista, ora assume o engajamento político, conforme a assunto era tratado, o humor do momento ou os interesses em jogo” (p.53). É essa variação que torna o texto polêmico fazendo com que as crônicas de Capanema sejam expressão das idéias e interditos da época de sua escrita.

Após a contextualização da obra e da vida de Capanema, o terceiro capítulo apresenta os escritos originais do geologista, incrementados de notas explicativas sobre termos ortográficos utilizados na época.

A descrição de práticas culturais e políticas diversificadas, incluindo dados sobre a agricultura, comércio, religião, alimentação, flora e fauna, torna o texto de Capanema um acervo interessante para se pensar também sobre a vida social cearense no período documentado. Aí estão presentes observações sobre a política, a religião, as crenças e tudo aquilo que tornava a região visitada digna de curiosidade e registro.

Sobre as eleições, o autor descreve vários fatos pitorescos de compra de votos, refletindo sobre práticas locais e pessoais de poder, em contraponto à emergente estrutura legal, nesse momento impotente para fazer valer o exercício de normas e prescrições. Segundo suas palavras,

(...) Nós já temos tão numerosos exemplos de eleições sangrentas, e mesmo assim a administração não sabe tomar medidas adequadas a prevenir desgraças, sobretudo quando ela tem aviso. É sina de quem arrota muita severidade e não tem energia, nem força moral suficiente para se fazer respeitar. Estão marcadas as eleições de Icó e Telha para 11 de novembro. Para este último lugar vão o Dr. Chefe de polícia. Temos a convicção de que tudo se fará pacificamente, apesar dos ódios desenvolvidos pelos últimos assassinatos. Praza a Deus que estes

tenham sido os derradeiros (Cf. Porto Alegre, p. 189).

Outros comentários alusivos a religiosidade, crenças e comportamentos do “povo cearense” estão presentes no documento, revelando ser o autor signatário de uma representação que contrapõe uma espécie de Brasil moderno a um Brasil arcaico:

(...) um povo tão crédulo está muito e muito atrasado em instrução, e por isso não está habilitado a conhecer os seus verdadeiros interesses; não é ele que sabe quais as instituições que mais lhe convêm; basta que apareça algum Padre Agostinho ou algum Anticristo, que com pouco o fanatiza (...).

São múltiplas as possibilidades de leitura dos *Ziguezagues*. Como texto a ser decifrado do ponto de vista sócio-antropológico, destacam-se as referências ao tempo da seca (BRAGA, 2004), circunstanciando as dificuldades de sobrevivência das populações interioranas, a religiosidade e os costumes. Uma outra possibilidade de leitura pode revelar, através da ideologia do autor, o modo como a região cearense evoca um tipo de reconhecimento e descrição. Lembro, nesse sentido, da leitura que faz Robert Darton (1986) sobre a narrativa de um cidadão anônimo observador de Montpellier, em 1768, como porta de entrada para entender a emergência de uma nova disciplina condizente com os padrões burgueses da época. O texto, na visão do historiador, mais que um documento detalhado e prolixo, traduzia a perplexidade de um observador face ao que ele considerava desorganizado porque não se enquadrava na lógica hierárquica da corte. A subjetividade do observador de Montpellier, antes de se tornar empecilho à objetividade da descrição do contexto urbano, fornecia um outro material do imaginário da época.

A perspectiva de Darton inspira outras possibilidades de exploração do texto de Capanema se pensamos a explanação de suas idéias como repre-

sentativa de uma visão de mundo que se imiscuía no Brasil da modernidade emergente.

O livro de Sylvia Porto Alegre, ao expor o documento de Guilherme Schüch de Capanema, sobre a missão científica realizada no Ceará, percorre a trilha da “tradução” ou do “deciframento”, promovendo um encontro feliz entre história e antropologia. O documento apresentado no livro evoca percepções e práticas de uma época, registros etnográficos de costumes permeados por uma visão peculiar do autor – a lógica narrativa atravessada pela ironia e jocosidade.

A idéia de edição do documento já vinha sendo sugerida ao Museu do Ceará, pela autora, que se dispôs a dar seguimento ao trabalho de Renato Braga sobre a história da Comissão Científica. Considerava, em edição anterior (PORTO ALEGRE, 2003), a necessidade de transcrição dos manuscritos, na medida em que “Trata-se de material raro e valioso para o trabalho de estudiosos das mais diversas áreas e um testemunho precioso para a história das ciências no Brasil, nos primórdios de sua expansão e consolidação” (op. cit. p. 12).

O livro de Sylvia Porto Alegre traduz, portanto, a importância das possibilidades infinitas de recuperação de um relato histórico em meandros lingüísticos que remontam as práticas culturais e políticas do Brasil oitocentista. O projeto gráfico, a capa e a diagramação do livro completam a riqueza do trabalho, dando ao leitor a impressão de que a arte e a ciência são partes de uma mesma missão.

Referências Bibliográficas

- DARTON, Robert (1986). *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal.
- BRAGA, Renato (2004). “Ensaio crítico-histórico da Comissão Científica de Exploração”. In *Conviver*, uma revista de estudos avançados do semi-árido, vol I, n.4, out/dez de 2004.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvania (2003). *Comissão das Borboletas. A Ciência do Império entre o Ceará e a Corte*. Fortaleza: Museu do Ceará, col. Outras Histórias, Secretaria da Cultura do estado do Ceará, 2003.

ÍNDICE PARCIAL DE AUTORES 1995-2005*

- ABUL-EL-HAJ, Jawdat. “Da ‘era Vargas’ à ‘FHC’: transições políticas e reformas administrativas”. V. 36, n. ½, p. 33-51, 2005.
- ACUÑA, R. Patrício. “Reforma agrária. O impossível diálogo”. V. 34, n. 1, p. 143-147, 2003 (resenha de livro).
- AGUIAR, Odílio Alves. “A experiência totalitária em Hannah Arendt”. V. 30, n. ½, p. 97-104, 1999.
- AGUIAR, Odílio A. “Philosophia ancilla theologiae? (A propósito da encíclica Fides et Ratio, do Papa João Paulo II)”. V. 29, n. ½, p. 133-144, 1998.
- ALEXANDRE, Agripa Faria. “Uma análise da concepção de risco social em Antony Guiddens e Ulrich Beck”. V. 30, n. ½, p. 88-96, 1999.
- ALMEIDA, M. Helena Tenório de. “A banalização da injustiça social”. V. 31, n. 2, p. 134-135, 2000 (resenha de livro).
- ALMEIDA, M. Regina Celestino de. “Anchieta e os índios em Iperoig: reflexões sobre suas relações a partir da noção de cultura histórica”. V. 29, n. ½, p. 109-119, 1998.
- ALMEIDA, Marco Antônio de. “A literatura de aventuras e a expansão do Ocidente. (As viagens extraordinárias, de Júlio Verne)”. V. 29, n. ½, p. 120-132, 1998.
- ALMEIDA, Marco Antônio de. “Quem é o bandido? A narrativa policial na literatura brasileira”. V. 33, n. 2, p. 64-83, 2002.
- ALVAREZ, Gabriel O. e RODRIGUES, Marlene Teixeira. “Prostitutas cidadãs: movimentos sociais e políticas de saúde na área de HIV / AIDS”. V. 32, n. ½, p. 53-68, 2001.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de. “Modernismo e ambivalência na representação literária de Belo Horizonte”. V. 32, n. ½, p. 30-40, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. “Opacidade (ou vitalidade) das classes sociais?”. V. 34, n. 1, p. 73-77, 2003.
- ARAÚJO, M. Neyára de Oliveira. “Novos pobres: o que há de novo?”. V. 27, n. ½, p. 85-98, 1996.
- ARAÚJO, M. Neyára de Oliveira. “A colonização do Brasil: marcas de dor e resistência”. V. 31, n. 2, p. 70-72, 2000.
- ARAÚJO, M. Neyára de Oliveira. “Sob o SELs de França: uma esfera pública plebéia desponta. Ensaio de interpretação sociológica do Systéme d’Exchange Local”. V. 35, n. 1, p. 31-44, 2004.
- ARCANJO, J. Estevão Machado. “O gordo e o magro: o Nordeste segundo Gilberto Freyre e Djacir Menezes”. V. 27, n. ½, p. 73-83, 1996.
- ARCANJO, J. Estevão Machado. “A fé e a razão na política: conservadorismo e modernismo das elites cearenses”. V. 32, n. ½, p. 139-141, 2001 (resenha de livro).
- ARTURO, Pedro. “A carreira profissional dos bacharéis em ciências sociais da UFC”. V. 32, n. ½, p. 100-112, 2001.
- ARY, Zaíra. “Subjetividade, socialização e sexualidade como desafio posto às ciências sociais. (Reflexões feitas a partir de uma pesquisa)”. V. 29, n. ½, p. 145-159, 1998.
- AUBRÉE, Marion. “Os orixás e o espírito santo em socorro do emprego: duas estratégias de inserção socioeconômica no Nordeste brasileiro”. V. 26, n. ½, p. 48-55, 1995.

* Na edição de 1995, volume 26, números ½, por ocasião dos 25 anos da Revista, publicamos o Índice Geral de Autores, 1970-1994. Decorridos 10 anos, atualizamos esse Índice (1995-2005).

- BANDIER, Norbert. "Por uma sociologia das vanguardas". V. 31, n.1, p. 7-17, 2000.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. "Cultura e educação no pensamento gramsciano". V. 35, n. 2, p. 100-109, 2004.
- BARREIRA, César. "Velhas e novas práticas do mandonismo local. Um diálogo com Maria Isaura Pereira de Queiroz". V. 30, n. ½, p. 37-43, 1999.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. "A cultura e a política: encontros frutíferos de uma agenda de pesquisa". V. 28, n. ½, p. 34-48, 1997.
- BARREIRA, Irllys A. Firmo. "Sinfonias do cotidiano brasileiro. (Poesia e música em Chico Buarque de Holanda)". V. 29, n. ½, p. 92-108, 1998.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. "A dominação masculina". V. 30, n. ½, p. 178-181, 1999 (resenha de livro).
- BARREIRA, Irllys A. Firmo. "Política, moral e cidadania no contexto de atores sociais urbanos". V. 32, n. ½, p. 41-52, 2001.
- BARREIRA, Irllys A. Firmo. "O legado de Bourdieu na construção de uma sociologia crítica (1930-2002)". V. 33, n. 2, p. 141-144, 2002 (homenagem póstuma).
- BARREIRA, Irllys A. Firmo. "Uma história do feminismo no Brasil". V. 34, n. 1, p. 135-138, 2003 (resenha de livro).
- BARREIRA, Irllys A. F. "O lugar do indivíduo na sociologia: sob o prisma da liberdade e dos constrangimentos sociais". V. 34, n. 2, p. 51-63, 2003.
- BARREIRA, Irllys A. Firmo. "De tout petits liens mille et une nuits". V. 35, n. 1, p. 129-133, 2004 (resenha de livro).
- BARROS, Antônio Teixeira de. "Público e privado na cultura brasileira: da Casa Grande aos nossos dias". V. 31, n. 2, p. 92-116, 2000.
- BARROS, Luitgarde O. Cavalcanti. "Antropologia da honra: uma análise das guerras sertanejas". V. 29, n. ½, p. 160-168, 1998.
- BENTOLILA, Alejandra Silvia. "Signos de distinção, consensos e legitimidade no cenário da política". V. 31, n.1, p. 36-48, 2000.
- BESERRA, Bernadete. "Tal pai, tal filho? Algumas anotações sobre o legado de Durkheim na antropologia de Radcliffe-Brown e Marcel Mauss". V. 34, n. 2, p. 64-78, 2003.
- BEZERRA, Roselane Gomes. "Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro". V. 36, n. ½, p. 134-137, 2005 (resenha de livro).
- BONELLI, M. Glória e OLIVEIRA, Fabiana L. de. "A política das profissões jurídicas: autonomia em relação ao mercado, ao Estado e ao cliente". V. 34, n. 1, p. 99-114, 2003.
- BORGES, Luís Carlos. "Processos discursivos da diferença e desigualdade entre os Guarani Mbyá". V. 31, n. 2, p. 117-128, 2000.
- BORGES, Vanda L. de Souza. "A fábrica dos sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano". V. 33, n. 2, p. 138-140, 2002 (resenha de livro).
- BRAGA, Elza M. Franco. "O feminismo na sombra". V. 31, n.1, p. 158-159, 2000 (resenha de livro).
- BRAGA, Elza. M. Franco. "Socioeconomia solidária e a questão democrática: desvendando caminhos e utopias". V. 35, n. 1, p. 57-67, 2004.
- BRÜSEKE, Franz Josef. "A contingência e a consciência do absurdo". V. 27, n ½ , p. 12-23, 1996.
- BURITY, Joanildo. "Cultura e cultura política: sobre retornos e retrocessos". V. 33, n. 1, p. 7-31, 2002.
- CARLEIAL, Adelita. "Comunicação e marketing sindical". V. 31, n.1, p. 49-59, 2000.
- CARVALHO, Alba M. Pinho de. "Sociedade civil e espaços públicos no Brasil". V. 33, n. 1, p. 119-121, 2002 (resenha de livro).

- CARVALHO, Alba M. Pinho de. "Hegemonia como via de acesso ao pensamento de Gramsci: um foco na revolução passiva". V. 35, n. 2, p. 34-53, 2004.
- CARVALHO FILHO, Benedito. "História das mulheres no Brasil". V. 28, n. ½, p. 137-138, 1997 (resenha de livro).
- CARVALHO, Benedito. "De que família você é? A 'família cearense': distinção, símbolos e poder". V. 30, n. ½, p. 75-87, 1999.
- CARVALHO Benedito. "A paranóia do soberano: uma incursão na alma da política". V. 32, n. ½, p. 146-151, 2001 (resenha de livro).
- CARVALHO, F. Gilmar de. "Patativa do Assaré: poesia, profecia e performance". V. 30, n. ½, p. 28-36, 1999.
- CARVALHO, Rejane V. Accioly de. "A publicidade-espelho indaga e responde: quem somos nós brasileiros?". V. 31, n.1, p. 18-35, 2000.
- CARVALHO, Rejane V. Accioly de. "O retorno da competitividade na disputa pelo governo do Ceará em 2002". V. 35, n. 1, p. 73-99, 2004.
- CAVALCANTE, Peregrina F. Capelo. "Matadores de gente: trajetória da pistolagem". V. 33, n. 2, p. 84-89, 2002.
- CERCLET, Denis. "O turismo cultural para reencantar o mundo". V. 33, n. 2, p. 37-44, 2002.
- CLERC-RENAUD, Agnès. "Amizade e interesse: formas de troca e compadrio". V. 36, n. ½, p. 126-131, 2005.
- COELHO, Elizabeth M. Beserra. "Quinhentos anos de (des)cobrimento: as nações que o Brasil encobriu". V. 31, n. 2, p. 7-24, 2000.
- COELHO, Elizabeth M. B. "A retórica da interculturalidade e as políticas indigenistas pós-88". V. 35, n. 1, p. 100-106, 2004.
- CORDEIRO, Celeste. "O anjo caído: reflexões em torno da (des) honra de Isaías Caminha". V. 27, n. ½, p. 38-53, 1996.
- CORDEIRO, Celeste. "O Brasil vira manchete: o papel da imprensa na formação do Brasil moderno". V. 29, n. ½, p. 84-91, 1998.
- CORDEIRO, D. Sávio de Almeida. "Pesquisa em ciências sociais: o projeto de dissertação de mestrado". V. 31, n.1, p. 156-157, 2000 (resenha de livro).
- COSTA, Icléia T. Magalhães. "Coleção Arthur Ramos: da musealização à (in)visibilidade e ao esquecimento". V. 35, n. 1, p. 115-128, 2004.
- COSTILLA, Lucio F. Oliver. "A fortaleza da utopia latino-americana" V. 27, n. ½, p. 143-147, 1996 (resenha de livro).
- COSTILLA, Lucio F. Oliver. "O Estado latino-americano perante a mundialização do capital". V. 28, n. ½, p. 7-24, 1997.
- COSTILLA, Lucio F. Oliver. "A morte do trabalho ou o desencanto da intelligentsia?". V. 34, n. 1, p. 49-58, 2003.
- COSTILLA, Lucio F. Oliver. "A sociologia no tempo: memória, imaginação e utopia". V. 34, n. 2, p. 110-112, 2003 (resenha de livro).
- COSTILLA, Lucio F. Oliver. "A 'guerra do gás' na Bolívia: análise sociológica de uma crise política". V. 35, n. 1, p. 68-72, 2004.
- COSTILLA, Lucio F. Oliver. "Gramsci: suas obras e seus leitores". V. 35, n. 2, p. 7-9, 2004.
- COSTILLA, Lucio F. Oliver. "Um Gramsci para o século XXI". V. 35, n. 2, p. 110-134, 2004.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. "O futuro da questão indígena". V. 28, n. ½, p. 105-114, 1997.
- DABUL, Lígia. "Objeto de classe: forma e universalidade. Refletindo sobre histórias da antropologia da arte". V. 27, n. ½, p. 99-114, 1996.
- DAMASCENO, Maria Nobre. "Nas trilhas da experiência: a memória, a crise e o saber do movimento popular". V. 30, n. ½, p. 176-177, 1999 (resenha de livro).

- DECOURT, Nadine. “Babel-contos: literatura oral e mundialização”. V. 33, n. 2, p. 7-15, 2002.
- DETSI, Inês. “A mediação dos ‘meios’: dominação simbólica e sociabilidade”. V. 31, n.1, p. 83-94, 2000.
- DETSI, Inês. “Uma contribuição aos estudos sobre representação, à luz do conceito de gênero”. V. 34, n. 2, p. 99-109, 2003.
- DIANTEILL, Erwan. “Pierre Bourdieu e a religião: síntese crítica de uma síntese crítica”. V. 34, n. 2, p. 30-42, 2003.
- DOMINGOS, Manuel. “Os poderosos do sertão”. V. 30, n. ½, p. 58-71, 1999.
- DUARTE, M. Beatriz Balena. “A escola como organização”. V. 33, n. 1, p. 110-118, 2002.
- FERREIRA, Assuéro. “A SUDENE e o Nordeste: sobre os primórdios de sua atuação”. V. 30, n. ½, p. 44-57, 1999.
- FERREIRA, Assuéro. “Crise estrutural e desemprego: para além de uma crise do trabalho”. V. 32, n. ½, p. 86-99, 2001.
- FERREIRA, Assuéro. “Pluralismo político e mídia: democracia possível ou impositiva?”. V. 33, n. 1, p. 61-71, 2002.
- FERREIRA, Assuéro. “Estado e economia no Brasil: 1930-1964. Fundamentos da construção de um capitalismo urbano-industrial periférico”. V. 36, n. ½, p. 52-72, 2005.
- FLORES, L. Felipe Baeta Neves. “Dois estudos: I – Das imagens sociais de autor. II – da teoria das influências”. V. 27, n. ½, p. 5-11, 1996.
- FREITAS, Nilson A. de. “A tortuosa vereda do método: Gilberto Freyre – literatura ou ciência sobre o Brasil?”. V. 33, n. 1, p. 99-109, 2002.
- GARCIA, César. “A cultura pode ser um obstáculo ao desenvolvimento?”. V. 35, n. 1, p. 107-114, 2004.
- GAUDIN, Benoit. “Micareta e identidade cultural”. V. 28, n. ½, p. 127-136, 1997.
- GERMANO, Idilva. “A moralidade brasileira no olhar do ficcionista, do ideólogo e do teórico”. V. 27, n ½, p. 54-63, 1996.
- GERMANO, Idilva. “A perspectiva pós-colonial em Homi K. Bhaba”. V. 27, n ½, p. 150-153, 1996 (resenha de livro).
- GERMANO, Idilva. “Antigos e modernos: progressismo e reação tradicionalista no Ceará provincial”. V. 28, n. ½, p. 139-142, 1997 (resenha de livro).
- GERMANO, Idilva. “Utopias selvagens – narrativas de fundação em José de Alencar e Darcy Ribeiro”. V. 29, n. ½, p.7-18, 1998.
- GERMANO, Idilva. “As memórias na toca do tempo: a narração da experiência brasileira nos romances de João Ubaldo Ribeiro”. V. 36, n. ½, p. 117-125, 2005.
- GONÇALVES, Adelaide. “Trabalhador lê?”. V. 34, n. 1, p. 59-72, 2003.
- GONÇALVES, Danyelle N., MACHADO, Eduardo G. e ALBUQUERQUE, J. Lindomar C. “A interpretação da teoria de Gramsci por Carlos Nelson Coutinho: uma leitura crítica”. V. 35, n. 2, p. 84-99, 2004.
- GONDIM, Linda M. Pontes. “Ética, política e planejamento nas encruzilhadas da pós-modernidade: as contribuições de Habermas e Forester”. V. 28, n. ½, p. 49-64, 1997.
- GONDIM, Linda M. Pontes. “A crítica ao mercado máximo no pensamento liberal: questões de ética, estética e política em tempos neoliberais”. V. 29, n. ½, p. 184-188, 1998 (resenha de livro).
- GONDIM, Linda M. Pontes. “Imagem da cidade ou imaginário espacial? Reflexões sobre as relações entre espaço, política e cultura, a propósito da Praia de Iracema”. V. 32, n. ½, p. 7-21, 2001.

- GRAMSCI, Antonio. “A situação italiana e as tarefas do PICI – teses de Lyon”. V. 35, n. 2, p. 10-33, 2004 (reprodução de texto).
- HAGUETTE, André. “Ética e racionalidade moderna”. V. 26, n. ½, p. 106-108, 1995 (resenha de livro).
- HAGUETTE, André. “Contextualização da educação escolar no Ceará”. V. 30, n. ½, p. 144-162, 1999.
- HERB, Karl Friedrich. “Transformações do privado. Paradoxos da crítica da modernidade em Hannah Arendt”. V. 33, n. 1, p. 72-77, 2002.
- HEREDIA, Beatriz M. Alasia. “Um antropólogo numa ONG. Algumas reflexões sobre prática acadêmica e prática política”. V. 36, n. ½, p. 89-96, 2005.
- HOEFLE, Scott William. “Igreja, catolicismo popular e religião alternativa no sertão nordestino”. V. 26, n. ½, p. 24-47, 1995.
- JACQUET, Christine. “As leis do silêncio”. V. 30, n. ½, p. 163-175, 1999.
- JANINE, Renato. “O afeto autoritário”. V. 36, n. ½, p. 5-17, 2005.
- JUNQUEIRA, Lília. “Crença e racionalidade na narrativa social da miséria (interpretações da representação da relação entre fé e sofrimento social numa novela)”. V. 33, n. 2, p. 52-63, 2002.
- KUNZ, Martine. “Mãos de mestre”. V. 26, n. ½, p. 111-112, 1995 (resenha de livro).
- KUNZ, Martine. “Expedito Sebastião da Silva – poeta-artesão de Juazeiro do Norte”. V. 27, n. ½, p. 64-72, 1996.
- LAACHER, Smain. “Estado, imigração e delito de hospitalidade”. V. 35, n. 1, p. 7-19, 2004.
- LAHIRE, Bernard. “Do *habitus* ao patrimônio individual de disposições: rumo a uma sociologia em escala individual”. V. 34, n. 2, p. 7-29, 2003.
- LANIADO, Ruthy N. e SANTOS, Patrícia Lessa. “Capital social e ação participativa: o bem público e o sentido contemporâneo da filantropia”. V. 35, n. 1, p. 45-56, 2004.
- LAPLANTINE, François. “Dinâmica, riqueza e complexidade das relações culturais entre o Brasil e a França”. V. 28, n. ½, p. 25-33, 1997.
- LEMENHE, M. A. de A. Lima. “Representações sociais e ‘política’ de classe: momentos de constituição dos industriais cearenses como sujeito coletivo”. V. 28, n. ½, p. 65-74, 1997.
- LEMENHE, M. Auxiliadora. “Boa semente, bons frutos? Portugal e os portugueses no pensamento social brasileiro”. V. 31, n. 2, p. 25-39, 2000.
- LEVORIN, Paulo. “O conceito de política em Maquiavel e a política como maquiavelismo”. V. 26, n. ½, p. 90-94, 1995.
- LIMA, Jacob C. e ARAÚJO, M. Neyára de Oliveira. “O trabalho sem utopias: novas configurações produtivas e os trabalhadores”. V. 34, n. 1, p. 19-30, 2003.
- LINS, Daniel. “Cartografia do bandido social: o acaso e a necessidade”. V. 29, n. ½, p. 169-179, 1998.
- LOIOLA, Marilde. “Ética na política brasileira”. V. 33, n. 1, p. 51-60, 2002.
- LOPES, José Sérgio L. “Participação pública e controle da poluição: a ambientalização dos conflitos sociais”. V. 35, n. 1, p. 20-30, 2004.
- LÖWY, Michael. “Weber et Marx: protestantisme et capitalisme”. V. 34, n. 2, p. 43-50, 2003.
- LUSTOSA, Isabel. “Tirania e humor no país do homem cordial”. V. 29, n. ½, p. 73-83, 1998.
- MACHADO, Igor J. de Rennó. “Evans-Pritchard: ação e estrutura”. V. 27, n. ½, p. 125-135, 1996.
- MARINHO, Renata. “A guerra dos deuses. Religião e política na América Latina”. V. 33, n. 2, p. 135-137, 2002 (resenha de livro).
- MARRONI, Maria da Glória. “Migrantes

- internacionales y campesinas(os) pluriactivas(os): estrategias de reproducción social diferenciadas por gênero”. V. 33, n. 2, p. 121-132, 2002.
- MARTINS, Isaurora. “Arte e cidadania numa experiência pedagógica com crianças e adolescentes na periferia de Fortaleza”. V. 32, n. ½, p. 69-76, 2001.
- MARTINS, Lineimar Pereira. “Prática e discurso na transmissão do conhecimento no Brasil”. V. 33, n. 1, p.87-98, 2002.
- MARTINS, Mônica Dias. “Transição capitalista e classe dominante no Nordeste”. V. 26, n. ½, p. 109-111, 1995 (resenha de livro).
- MARTINS, Paulo Henrique. “A cultura autoritária no Brasil”. V. 30, n. ½, p. 105-132, 1999.
- MATTOS, Geísa. “‘Táticas, trapaças e astúcias’: a política da vida real”. V. 33, n. 1, p. 46-50, 2002.
- MATTOS, Geísa. “As (difusas) fronteiras entre a política e o mercado”. V. 35, n. 2, p. 139-143, 2004 (resenha de livro).
- MAUÉS, R. Heraldo. “Técnicas corporais de cura espiritual: semelhanças, diferenças, significados”. V. 36, n. ½, p. 97-104, 2005.
- MEDEIROS, Marília S. Falci. “A construção teórica dos conceitos de socialização e identidade”. V. 33, n. 1, p.78-86, 2002.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. “Padre Cícero e seu espírito público”. V. 26, n. ½, p. 84-89, 1995.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. “Alceu Amoroso Lima: a ‘psicologia do povo’ ou ‘o homem brasileiro’ – um projeto inconcluso”. V. 29, n. ½, p. 19-43, 1998.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. “A obra como errância dos limites e perpetuação da memória. (A propósito do livro de Ana Maria Roland: Fronteiras da palavra, fronteiras da História)”. V. 26, n. ½, p. 180-183, 1998 (resenha de livro).
- MENEZES, Eduardo Diatahy, Bezerra de. “O local e o global na modernidade cultural brasileira”. V. 30, n. ½, p. 72-74, 1999.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. “Patrimônio cultural imaterial. ‘Bem cultural de natureza imaterial’: que é isso?”. V. 31, n.1, p. 78-82, 2000.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. “Os 500 anos exigem nosso auto-descobrimto ou a invenção do Brasil no pensamento brasileiro”. V. 31, n. 2, p. 59-69, 2000.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. “A cultura e a língua face às novas tecnologias da informação e da comunicação”. V. 32, n. ½, p. 77-85, 2001.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. “I – Richard Morse: morre um humanista” e “II – Morre Calasans, a memória viva da história de Canudos”. V. 32, n. ½, p. 131-138, 2001 (in memoriam).
- MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. “A modelagem sociocultural na expressão das emoções (notas para uma sociologia das emoções)”. V. 33, n. 2, p. 90-103, 2002.
- MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. “Roberto Ventura (1957-2002)”. V. 33, n. 2, p. 145-146, 2002 (homenagem póstuma).
- MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. “O fascínio de Scherazade: os usos sociais da telenovela”. V. 34, n. 2, p. 113-118, 2003 (resenha de livro).
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. “Um romance histórico narra a épica de cearenses na conquista do acre”. V. 36, n. ½, p. 132-133, 2005 (resenha de livro).
- MIGUEL, Luís Felipe. “De que falam os marxistas quando falam de classes?”. V. 30, n. ½, p. 133-143, 1999.

- MIRANDA, Dilmar Santos de. “A música de consumo no mundo administrado segundo Adorno: jazz, música popular e indústria cultural”. V. 28, n. ½, p. 90-104, 1997.
- MIRANDA, Júlia. “Religião e política: novos desafios à sociologia”. V. 26, n. ½, p. 13-23, 1995.
- MIRANDA, Júlia. “Ética, política e comunicação nas representações do ‘homem ordinário’”. V. 28, n. ½, p. 75-89, 1997.
- MIRANDA, Júlia. “A dimensão política do cristianismo no Brasil. O que dizem as eleições”. V. 34, n. 2, p. 88-98, 2003.
- MOKARZEL, Marisa. “Arquitetos do imaginário amazônico: a cidade sob o olhar de três artistas plásticos”. V. 32, n. ½, p. 22-29, 2001.
- MORALES, Lúcia Arrais. “Brasil, meu Brasil brasileiro”. V. 31, n. 2, p. 51-58, 2000.
- MOREIRA, M. Vilma Coelho. “A inserção da mão-de-obra feminina na indústria de confecção no Ceará: o caso das cooperativas de confecções do Maciço de Baturité”. V. 28, n. ½, p. 115-126, 1997.
- MOTA, Leonardo de Araújo e. “Os tempos hipermodernos”. V. 35, n. 2, p. 135-138, 2004 (resenha de livro).
- NEVES, Delma Pessanha. “Voluntariado filantrópico: humanismo salvador e gestão social”. V. 34, n. 1, p. 31-48, 2003.
- NEVES, Frederico de Castro. “Inventando o Brasil... Uma visão historiográfica”. V. 31, n. 2, p. 40-50, 2000.
- NOBRE, M. Cristina de Queiroz. “Estado capitalista, lutas políticas e eleições: uma análise com Gramsci”. V. 35, n. 2, p. 71-83, 2004.
- NOBRE, Tereza. “Mulheres que matam”. V. 33, n. 2, p. 133-134, 2002 (resenha de livro).
- NOUSS, Aléxis. “Transculturação, mestiçagem e singularidade”. V. 33, n. 2, p. 104-114, 2002.
- OLIVEIRA, Aécio Alves de. “A dialética do ‘fim’ do trabalho”. V. 34, n. 1, p. 78-98, 2003.
- OLIVEIRA, Aécio Alves de. “Gramsci e sua concepção ampliada de Estado: uma atualização”. V. 35, n. 2, p. 54-70, 2004.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo, de. “Comunicação, ética e cidadania”. V. 36, n. ½, p. 73-88, 2005.
- OLIVEIRA, Márcio de. “O uso da noção de mito em sociologia: analisando os discursos sobre Brasília”. V. 36, n. ½, p. 105-116, 2005.
- PADILHA, Valquíria. “Shopping center: templo capitalista de consumo e lazer”. V. 31, n.1, p. 119-135, 2000.
- PARDAL, Paulo de Tarso. “A revolta do texto e o silêncio dos objetos (uma leitura de falas inacabadas)”. V. 33, n. 2, p. 115-120, 2002.
- PASCUAL, Jesus Garcia. “O modelo econômico brasileiro atual e o impacto na formação de estudantes universitários”. V. 34, n. 1, p. 127-134, 2003.
- PAULINO, A. George Lopes. “Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão”. V. 35, n. 1, p. 139-144, 2004 (resenha de livro).
- PINHEIRO, Ângela de A. Araripe. “Walter Benjamin e Cora Coralina: uma incursão à narrativa”. V. 27, n ½, p. 24-37, 1996.
- PINHEIRO, Joceny. “A sociedade contra o social”. V. 31, n. 2, p. 129-133, 2000 (resenha de livro).
- PINHEIRO, Joceny. “A solidão dos moribundos”. V. 33, n. 1, p.122-126, 2002 (resenha de livro).
- PINTO, Mércia. “Pastoril: um musical brasileiro”. V. 33, n. 2, p. 16-36, 2002.
- POLICARPO JÚNIOR, José. “Trabalho socialmente qualificado, produção de valor, indústria cultural e paradigma da linguagem: reflexões iniciais sobre as relações entre economia, cultura e individualidade”. V. 31, n.1, p. 136-153, 2000.

- POMPA, Cristina. “O ‘mito do mito da terra sem mal’: a literatura ‘clássica’ sobre o profetismo Tupi-Guarani”. V. 29, n. ½, p. 44-72, 1998.
- PORDEUS JÚNIOR, Ismael. “É com certeza uma casa luso-afro-brasileira”. V. 26, n. ½, p. 56-64, 1995.
- PORDEUS JÚNIOR, Ismael. “Uma poética do sertão”. V. 30, n. ½, p. 7-14, 1999.
- PORDEUS JÚNIOR, Ismael. “O imaginário luso-afro-brasileiro na umbanda portuguesa”. V. 31, n. 2, p. 80-91, 2000.
- PORDEUS JÚNIOR, Ismael. “O processo de textualização na santeria cubana”. V. 33, n. 2, p. 45-51, 2002.
- PORDEUS JÚNIOR, Ismael. “Os processos de reetnização da umbanda no Ceará”. V. 34, n. 2, p. 79-87, 2003.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia “Revista de ciências sociais, 25 anos”, V. 26, n. ½, p. 6-12, 1995.
- PORTO ALEGRE, M. Sylvia. “Etnicidade e mudança cultural”. V. 27, n. ½, p. 136-142, 1996.
- RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores, sindicatos e novas áreas industriais no Brasil”. V. 34, n. 1, p. 7-18, 2003.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. “O verbo encantado: imagens do Padre Cícero na literatura de cordel”. V. 26, n. ½, p. 71-83, 1995.
- RIEDL, Titus. “De índios, crânios e os seus colecionadores. Dados sobre o exotismo e a trajetória da antropologia, no Brasil do século XIX”. V. 27, n. ½, p. 115-124, 1996.
- RODRIGUES, Laécio R. de Aquino. “Norbert Elias por ele mesmo”. V. 34, n. 1, p. 139-142, 2003 (resenha de livro).
- RODRIGUES, Lea Carvalho. “A política das mudanças no sistema financeiro nacional”. V. 33, n. 1, p. 32-45, 2002.
- SALAMA, Pierre. “América Latina, dívidas e dependência financeira do Estado”. V. 36, n. ½, p. 18-32, 2005.
- SAMPAIO, Inês S. Vitorino. “Discursos infantis no domínio público”. V. 31, n.1, p. 60-77, 2000.
- SCHRÖDER, Peter. “A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena”. V. 32, n. ½, p. 142-145, 2001 (resenha de livro).
- SERRA, Ordep. “Antropologia nas encruzilhadas: ‘que é feito da etnociência?’. Algumas reflexões teóricas a partir de pesquisas sobre etnomedicina e etnobotânica no mundo do Candomblé”. V. 32, n. ½, p. 120-130, 2001.
- SEVERIANO, Fátima. “(Pseudo)indivíduo e indústria cultural contemporânea”. V. 31, n.1, p. 95-109, 2000.
- SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. “A santidade de Jaguaripe: catolicismo popular ou religião indígena?”. V. 26, n. ½, p. 65-70, 1995.
- SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. “Mairi revisitada”. V. 26, n. ½, p. 108-109, 1995 (resenha de livro).
- SILVA, José Carlos G. da. “Tempo mítico e construção da memória”. V. 31, n. 2, p. 73-79, 2000.
- SOARES, Simone S. Ferreira. “A importância da antropologia visual nas monografias etnográficas”. V. 32, n. ½, p. 113-119, 2001.
- SOUSA, Paulo A. G. de. “Repensando a indisciplina”. V. 26, n. ½, p. 95-105, 1995.
- TAVARES, Fátima R. Gomes. “Secularização e modernidade religiosa”. V. 27, n. ½, p. 147-149, 1996 (resenha de livro).
- TUPINAMBÁ, A. Caubi Ribeiro. “O império americano: hegemonia ou sobrevivência”. V. 35, n. 1, p. 134-138, 2004 (resenha de livro).
- VASCONCELOS, José Gerardo. “‘Heróis’ ou ‘bandidos’? Militantes de esquerda nos cárceres

políticos (1964-1979)". V. 31, n.1, p. 110-118, 2000.

VIEIRA, Inês Almeida. "Memórias e sociabilidades na Programação do Ouvinte". V. 34, n. 1, p. 115-126, 2003.

VIEIRA, Sulamita. "Plasticidade da linguagem musical de Luiz Gonzaga". V. 30, n. ½, p. 15-27, 1999.

VIEIRA, Sulamita. "Estação Carandiru". V. 31, n.1, p. 154-155, 2000 (resenha de livro).

Índice organizado por Sulamita Vieira

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES

Por favor, envie sua contribuição em disquete de 3,5", em programa Word for Windows, com cópia impressa em papel para:

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais
Centro de Humanidades
Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)
60.020-181 Fortaleza, Ceará/BRASIL
Tel./Fax: (85) 3366.7416 ou (85)3366.7421

O texto deve ser digitado em espaço um e meio (1,5) e não ultrapassar 30 laudas (sete mil palavras).

Utilize letra *Times New Roman*, de tamanho 12 para todo o texto, inclusive para os títulos, subtítulos e notas.

Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo (máximo de sete linhas), de um *abstract* informações sobre o autor (instituição, cargo, titulação acadêmica etc.).

Os títulos, subtítulos etc. devem ser ressaltados por meio de 2 espaços dentro do texto, sem utilização de formatação especial para destacá-los.

As citações que não ultrapassarem 3 linhas devem permanecer no corpo do texto. As citações de mais de 3 linhas devem ser separadas do texto por meio de 2 espaços, em itálico e 1,5 mm margem esquerda.

Palavras em outros idiomas, nomes de partidos, empresas etc. deverão ser escritos em itálico.

FORMAS DE CITAÇÃO

- a bibliografia, em ordem alfabética, e as notas e bibliografias, numeradas, deverão aparecer no final do texto.

- as referências bibliográficas no interior do texto deverão seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data: página). Exemplos: (BARBOSA, 1964) ou (BARBOSA, 1963:35).

- se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, deve-se diferenciar por uma letra após a data: (CORREIA, 1993a), Correia, 1993b).

- caso o autor citado faça parte da oração, a referência bibliográfica deve ser feita da seguinte maneira: Wolf (1959:33-37) afirma que...

- referências bibliográficas que venham acompanhadas de comentários e informações complementares devem ser colocadas como nota.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia deve conter todas as obras citadas e orientar-se pelos seguintes critérios:

Livro: Sobrenome em maiúsculas, Nome. (Data entre parênteses). Título em itálico. Local: Editora.

Exemplo: HABERMAS, Jürgen. (1987), *Dialética e hermenêutica: para a crítica da hermenêutica de Gadamer*: Porto Alegre: L&PM Editores.

Coletânea: Sobrenome em maiúsculas, Nome. (Data). "Título do capítulo entre aspas", in em itálico, iniciais do nome seguidas do Sobrenome do(s) organizador(es), Título da coletânea em itálico. Local: Editora.

Exemplos: MATOS, Olgária. (1990). "Desejos de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin", in A. Novaes (org.), *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Artigo: Sobrenome em maiúsculas, Nome. (Data). "Título do artigo entre aspas". Nome do periódico em itálico, número da edição: numeração das páginas.

Exemplo: VILHENA, Luís Rodolfo. (1996). "Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32: 125-149.